

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
E CIÊNCIAS POLÍTICAS**

REGINA TRINDADE LOPES

**AS PERCEPÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES
SOBRE A VIOLÊNCIA**

**Rio de Janeiro
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REGINA TRINDADE LOPES

**AS PERCEPÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES
SOBRE A VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gláucio Ary Dillon Soares

Rio de Janeiro
2007

Às mulheres que me transmitem força, equilíbrio e luz:

Maria, Eva, Jocélia e Edlamar

AGRADECIMENTOS

Desejo compartilhar as virtudes deste trabalho com todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa fosse iniciada e concluída:

- ❖ Ao Prof. Gey Espinheira que proporcionou o meu ingresso no Programa de Redução de Danos Sociais nos Bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador - RDS, oportunidade valiosíssima para tentar compreender a obscura relação da Polícia Militar com as populações empobrecidas, a partir da configuração da cidade. Este sim foi o principal instante da minha reflexão acerca do tema estudado;
- ❖ Ao valoroso Prof. Gláucio Soares, orientador e fiel amigo, que me fez refletir sobre a minha prática acadêmica, conduzindo-me aos caminhos dos métodos quantitativos em ciências humanas, tão necessárias para a compreensão dos fenômenos sociais;
- ❖ Ao Prof. Luis Antônio Machado da Silva ao me receber como a sua orientanda no primeiro ano do curso, no IUPERJ, dando-me estímulo e muita atenção às minhas inquietações ao permitir que eu avançasse e defendesse esta dissertação sob a orientação do Prof. Gláucio.
- ❖ À Prof.^a Letícia Veloso pela disponibilidade de ouvir minhas idéias e aflições acerca da complexa questão das violências, além da constante troca de conhecimento e orientações valiosíssima para a análise deste trabalho;
- ❖ À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro durante o período do curso;
- ❖ Aos meus familiares e preciosos amigos presenciais e a distância que participaram em dado momento deste trabalho, sempre carinhosos e maiores torcedores: Luzia, Jubatã, Maria da Conceição, Jacira, Maria José (Zeu), Joélia, Jaciara Barreto, Ângela Mercado e Flávia Alves. Minhas mães adotivas: Wilma Sacramento e Helenita (Nitinha) pelo afeto, além das figuras queridas, Ilka Marcolino e Nailda Gonçalves, meus sinceros agradecimentos pelo carinho que recebi em teus lares na cidade carioca.
- ❖ Aos policiais militares das áreas da Orla e do Subúrbio Ferroviário pela colaboração na execução deste trabalho, abrindo uma fenda na obscura relação entre Sociedade e Polícia;

RESUMO

O tema desta dissertação é a relação entre o caráter militar da formação policial (mortificação civil) e as percepções dos policiais militares sobre a violência, a partir da configuração da cidade de Salvador. Tomo por objeto de pesquisa o policial militar para sugerir de que a violência se relaciona e se torna elemento constitutivo de uma identidade ambígua em relação aos direitos humanos e com a própria noção de cidadania das organizações policiais. A alocação do efetivo policial militar, assim como dos grandes equipamentos que viabilizam o habitar e a acessibilidade na cidade, está pautada na diferenciação por renda *per capita*, *classe e raça/cor* das áreas da cidade: nobres e periféricas. Neste sentido, demonstro de que há associação forte entre nível de renda e as duas áreas da cidade (Orla Marítima e Subúrbio Ferroviário), evidenciando os impactos diferenciais das taxas de mortalidade em Salvador. As representações espaciais da violência, a partir do aprofundamento da militarização e conseqüente circunscrição dos seus agentes, criam restrições sobre a possível transição de uma polícia-força para uma polícia-serviço em áreas específicas da cidade.

Palavras-chave: policial militar; percepções sobre a violência; condições socioeconômicas; mortalidade; Salvador.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
Introdução: Salvador: uma cidade estrategicamente cindida	12
1. A Cidade desvelando suas faces: desigual e explosiva	17
2. Violência versus Ação Policial: uma percepção avassaladora	25
2.1. A Polícia e suas contradições: a obscura relação entre teoria e prática	32
2.2. Notas Goffmanianas: a mortificação institucionalizada	37
3. Notas Metodológicas: a objetivação do olhar sociológico	45
3.1. O reconhecimento de si dentro do campo: pesquisador – objeto - pesquisador	46
3.2. Os limites do campo: a visão que quase sempre ilude	48
3.3. A escolha dos métodos	52
3.3.1. Abordagem quantitativa	53
3.3.2. Abordagem qualitativa	55
4. A distribuição do Efetivo da Polícia Militar da Bahia: a duplicidade da Segurança Pública	56
4.1. A distorção dos recursos e dos efetivos policiais em duas áreas distintas de Salvador: na Orla Marítima e no Subúrbio Ferroviário	59
5. A descrição dos dados: a via crucis da trajetória e da percepção policial	68
6. Fatos e recortes de uma análise	82
6.1. A atividade policial sob a existência militarizada	83
6.2. O efeito da circunscrição na rotina policial	88
7. Conclusão: um bloqueio latente	94
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	105

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Vista aérea de uma invasão, existente até o ano 2000, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, constituída por palafitas (barracos construídos sobre o mar)	13
FIGURA 2	Parte dos bairros da Barra e da Vitória, em Salvador	17
FIGURA 3	Vista aérea dos bairros do Calabar, Ondina e Graça	20
FIGURA 4	Parte externa do módulo de São João do Cabrito, Subúrbio Ferroviário	64
FIGURA 5	Parte interna do módulo no São João do Cabrito, Subúrbio Ferroviário	64
FIGURA 6	Parte externa do módulo do Largo da Mariquita, Orla Marítima	65
FIGURA 7	Parte interna do módulo do Largo da Mariquita, Orla Marítima	65
MAPA 1	Distribuição dos Bairros na Capital Baiana	108
MAPA 2	Distribuição das Companhias Independentes sob Comando de Policiamento da Capital da Bahia	109
MAPA 3	Distribuição das Companhias Independentes sob Comando de Policiamento Metropolitano da Bahia	110
MAPA 4	Distribuição das Companhias Independentes sob Comando de Policiamento das Regiões da Bahia	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Renda Mensal Média em Salvador (2005)	19
Gráfico 2	Renda Mensal Média na Orla Marítima e no Subúrbio de Salvador	19
Gráfico 3	Índice de Desenvolvimento Humano: Europa, África e Salvador	21
Gráfico 4	As taxas de homicídios de homens por 100 mil habitantes no Brasil	22
Gráfico 5	Distribuição proporcional das causas externas em relação à mortalidade geral, segundo faixas etárias, Brasil	29
Gráfico 6	Taxa de mortalidade por homicídio (/100.000 hab.), segundo estratos de condições de vida. Salvador, 1991 e 1994	30
Gráfico 7	Distribuição do efetivo policial por década de ingresso	68
Gráfico 8	Relação entre Ano de Praça e Área de Atuação Atual	69
Gráfico 9	Relação entre ano de praça e faixa etária do policial militar	69
Gráfico 10	Relação entre ano de praça e motivação do policial militar	70
Gráfico 11	Relação entre ano de praça e nível educacional do policial militar	70
Gráfico 12	Relação entre estado civil e sustento da família do policial militar	71
Gráfico 13	Relação entre número de filhos e estado civil do policial militar	71
Gráfico 14	Relação entre nível educacional e sexo do policial militar	73
Gráfico 15	Relação entre localidade de moradia e atuação policial	73
Gráfico 16	Nível de satisfação dos policiais militares ao atuarem nas áreas onde residem	74
Gráfico 17	Visão dos Policiais Militares sobre a diferença da atuação policial Militar em Salvador	75
Gráfico 18	Critérios para Abordagem Policial	75
Gráfico 19	Relação entre Abordagem Policial e a Cor do Suspeito	76
Gráfico 20	Na visão do policial, o tipo que mais causa problemas no bairro Referente à Faixa etária	77
Gráfico 21	Na visão do policial, o tipo que mais causa problemas no bairro Referente à Faixa etária	78
Gráfico 22	Na visão do policial, o tipo de tratamento ofertado aos cidadãos da Polícia Militar – Orla Marítima	78
Gráfico 23	Na visão do policial, o tipo de tratamento ofertado aos cidadãos da Polícia Militar – Subúrbio Ferroviário	78
Gráfico 24	Relação entre bebidas e dívidas de drogas	79
Gráfico 25	Relação entre pobreza e drogas	79
Gráfico 26	Sensação de Segurança na Atividade Policial	80
Gráfico 27	Circunstâncias em que ocorrem violências: nas praças – Orla	80
Gráfico 28	Circunstâncias em que ocorrem violências: nas praças – Subúrbio	80
Gráfico 29	Circunstâncias em que ocorrem violências: com marginais – Orla	97
Gráfico 30	Circunstâncias em que ocorrem violências: com marginais - Subúrbio	97

LISTA DE TABELAS/QUADROS

Tabela 1	Distribuição do efetivo da PMBA	56
Tabela 2	Alocação do efetivo da PMBA – Distribuição por municípios	57
Tabela 3	Distribuição do Policiamento a Pé na Orla Marítima de Salvador	59
Tabela 4	Policiais, viaturas e delegacias nos bairros nobres e periféricos de Salvador	61
Tabela 5	Distribuição do efetivo policial no Subúrbio Ferroviário de Salvador (2005)	63
Tabela 6	Distribuição do efetivo policial na Orla Marítima de Salvador (2006)	65
Quadro 1	Quadro da Estimativa de Atendimento Policial	66
Tabela 7	Relação entre Nível Educacional e Sexo dos Policiais Militares	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT – Área Temática
ADH – Atlas de Desenvolvimento Humano
BA – Bahia
BPM – Batalhão de Polícia Militar
CBOM – Comando de Bombeiro
CENTEL – Central de Telecomunicação
CIA – Centro Industrial de Aratu
CIPM – Companhia Independente de Polícia Militar
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CJP – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador
CP – Circunscrição Policial
CPC – Comando de Policiamento da Capital
CPE – Comando de Policiamento Especial
CPOM – Comando de Policiamento Metropolitano
CPR – Comando de Policiamento da Região
CRH – Centro de Recursos Humanos
COPPE -
DP- Delegacia de Polícia
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
ISC – Instituto de Saúde Coletiva
OPRRC – Operação de Prevenção e Repressão a Roubos Coletivos;
PM – Polícia Militar
PMBA – Polícia Militar do Estado da Bahia
PO – Policiamento Ostensivo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA – Região Administrativa
RMS – Região Metropolitana de Salvador
RONDESP – Rondas Especiais
RP – Rádio Patrulhamento
SAC – Serviço de Atendimento do Cidadão
SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SD PM – Soldado da Polícia Militar
SGT PM – Sargento da Polícia Militar
SD PFEM – Soldado Feminino da Polícia Militar
SSP/BA – Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
SM – Salário Mínimo
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UPO – Unidade de Planejamento Operacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZI – Zona de Informação

Introdução: Salvador: uma cidade estrategicamente cindida

A capital da Bahia, conhecida por seus encantos e magias, contagia os turistas envolvidos pelo clima da alegria e da hospitalidade soteropolitana que não evidencia o impacto da segregação espacial e étnica submetida à maioria da população empobrecida e afro-descendente. Salvador é uma cidade cindida por *classe* e por *cor*, categorias que permeia todas as esferas social, política e econômica em suas relações no processo de formação e urbanização do território baiano.

A expansão urbana de Salvador teve início com as primeiras invasões na cidade que ocorreram nas décadas de 1940 e 1950, decorrentes dos fluxos migratórios, oriundos do meio rural e das cidades do interior. Entretanto, ao contrário do que se pensava sobre as populações que viviam nestas áreas invadidas, um contingente desocupado, marginal e desempregado, também fazia parte desta mesma sociabilidade, trabalhadores de diversos setores da economia.

No entanto a grande maioria é gente pobre, entre eles militares (sargentos da polícia) e fuzileiros navais. Eram homens do povo, soldados, guardas, condutores de bonde, uma infinidade de gente pobre. (Apud Mattedi, 1981, p. 39)

Mattedi (1981), ao caracterizar a condição socioeconômica dos moradores das invasões, trabalhadores dos setores formal e informal, imprime em sua análise a desconstrução dos preconceitos e estereótipos que ainda marcam a (in) visibilidade periférica e/ou suburbana, bem similar às principais capitais brasileiras.

O que condiciona o surgimento da invasão como alternativa habitacional não é, portanto, a situação ocupacional enquanto tal dessas pessoas, mas o baixo nível de remuneração que percebem nível este condicionado por fatores de caráter estrutural que lhes escapam ao controle (Mattedi, 1981, p.39)

As invasões em terrenos urbanos têm por origem a própria configuração dos mucambos¹, construção de casebres, em contraposição aos sobrados habitados pela população mais abastarda da cidade. Em virtude da urgência por moradia, passa-se a figurar no cenário urbano as construções em terrenos alagadiços, área de manguezais, definidas por *palafitas*² em quase toda a via do Subúrbio Ferroviário de Salvador, bordejada pela Baía de Todos os Santos, caracterizando uma contínua luta por melhores condições de vida.

¹ Com a extinção das senzalas, a população de ex-escravos passa a ter como meio de habitação as palhoças, as cafuas e os mucambos: “trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem amparo das casas-grandes”. Ver FREIRE, 1998, p. 153.

² Construções de barracos sobre o mar



Figura 1– Vista aérea de uma invasão, existente até o ano 2000, no Subúrbio Ferrovário de Salvador, constituída por palafitas.

Fonte: José Apolinário (2004)

Configura-se, então, desde a década de 1940, um problema habitacional que tende a empregar as populações mais pobres da cidade nas periferias, lugar de precária condição de existência e quase inacessibilidade aos principais equipamentos urbanos. Mesmo com todo o processo de resistência às remoções impetradas pelo Estado, tais populações passam a ceder o espaço do centro da cidade para as camadas mais abastadas, classe média e alta.

O arquétipo desta crucial repartição da cidade, espaços do pobre e do rico, caracteriza-se pela remoção de inúmeras famílias³ que viviam no Centro Histórico, Pelourinho, em que foram minimamente indenizadas e encaminhadas para as periferias da cidade. Mas este modelo cindido de cidade já configurava o espaço urbanístico da cidade desde o século passado.

O modelo de bairro tradicional sintetizava a cidade, abrangendo tipos como o médico e o magistrado, nas casas e sobrados construídos na cumeeira por onde corria a rua principal; o professor, o oficial de justiça e o alfaiate, em casas modestas justapostas nas ladeiras e ruas adjacentes; o servente, a lavadeira e o sapateiro, em barracos isolados, avenidas e pardieiros situados nas encostas e no fundo dos vales (Moura, 1990, p. 126).

O que parecia ser um problema cronicamente inviável passa a ter grande relevância para o processo de urbanização da cidade, quando as invasões tendem a se proliferar pelas áreas periféricas, locais longínquos do centro da cidade, exigindo investimentos e infra-estrutura

³ Como estagiária de Desenho Técnico e Construção Civil no Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural – IPAC - nos anos de 1993-1994, foi possível conhecer muitas áreas do Pelourinho, a exemplo da Rua 28 de setembro, até hoje estigmatizada, em virtude do tráfico de drogas. Nas incursões realizadas pela área, conversei com muitas famílias que ocupavam os vãos dos imóveis, detectando que no espaço habitado não havia uma estrutura mínima para comportar tanta gente. Diante de uma inevitável remoção, as pessoas aceitavam as indenizações, desocupavam os vãos e se alojavam no imóvel ao lado, utilizando o dinheiro para comprar mercadorias para trabalharem. Já no final da revitalização do Pelourinho, em 1994, muitas famílias foram “removidas” dos imóveis e encaminhadas para outras partes da cidade, ou seja, os bairros periféricos. Porém, ainda existem muitas famílias habitando em tais espaços com as mesmas condições que dantes, precárias.

(cobrança de impostos), como pavimentação e operacionalização do sistema de transportes para os novos espaços do *habitar* soteropolitano⁴.

O impacto das invasões no processo de urbanização das principais capitais brasileiras adquire notoriedade no cenário nacional, especificamente no período compreendido entre 1945 e 1964, respectivamente, no final do Estado Novo e na consolidação das políticas do bem-estar social. Este período foi marcado por uma política “distributiva” populista, fortalecendo os “movimentos coletivos” em direção ao desejo comum: o lugar para morar/habitar⁵, sem, contudo, modificar suas reais condições de existência.

A população pobre, instalada em áreas relativamente centrais, foi pouco a pouco sendo desalojada e substituída por uma população de renda mais alta. O solo urbano passou a apresentar perspectiva então bastante definida de especulação. Instala-se em Salvador uma ‘crise habitacional generalizada’ com possibilidades de solução diferente para cada estrato da população (Mattedi, 1981, p. 44).

A ocupação da Orla Marítima por populações de baixa renda, na década de 1960, passa a interferir e inverter as regras do jogo, em decorrência do padrão de acumulação capitalista, tendo por escopo a repressão ao avanço e intensificação das invasões às áreas privilegiadas da cidade. Procura-se, para tanto, criminalizar o processo de ocupação das áreas centrais da cidade como “comportamento oportunista e especulativo”⁶, instituindo a política de extinção das invasões, ou seja, “a transferência da população residente nessas invasões para outros locais mais afastados e menos valorizados da periferia urbana” (Mattedi, 1981, p.46).

A intensificação da vigilância aos terrenos centrais da cidade não foi capaz de conter o avanço e a constituição de inúmeras invasões que se espalharam por todo tecido urbano. Porém, as novas invasões também criam novas configurações nos locais longínquos do centro, totalmente destituídos de infra-estrutura viáveis para habitação.

Invasões ocorreram e outras cresceram ao longo da Av. Suburbana, em locais como Praia Grande, Plataforma e Lobato (1969). Outras aconteceram em Marechal Rondon (1975), no Subúrbio de Escada (Alto da Terezinha, 1976), no Alto do Cruzeiro (1978), na Fazenda Periperi e, ainda em São Cristóvão, atrás da Base Aérea, invasão essa denominada Planeta dos Macacos (1978) (Mattedi, 1981, p. 47).

A autora nos traz o marco da constituição dos principais bairros do Subúrbio Ferroviário: Lobato, Plataforma, Escada, Alto da Terezinha e Periperi, ao longo de 09 anos (1969-

⁴ É preciso salientar de que os serviços de água, esgoto, energia, posto de saúde e rede escolar ainda são concedidos de forma contingente para estas áreas da cidade, ficando a cabo dos próprios moradores a realização de mutirões para obterem uma mínima infra-estrutura.

⁵ Ver Valladares (1981); Bonduki/Bonduki (1982); Gordilho-Souza (1991).

⁶ Os autores Maricato (1982) e Bonduki/Bonduki (1982) descrevem a estratégia de sobrevivência das famílias que vivem nas favelas, descriminalizando tal contexto já que o fato de venderem seus terrenos não poderia ser designado como uma ação especuladora. Ver também Valladares (1982).

1978), em que a política de repressão “legal” se apresentava de forma eficaz e também violenta no controle do espaço diante das investidas da população na forma de prover a habitação: invadir⁷.

O conflito pela ocupação de terras ociosas travadas entre os proprietários e os migrantes de inúmeras localidades, fez emergir uma categoria que estigmatiza ainda hoje um contingente populacional que parece viver em suspensão na busca por um espaço minimamente viável para se morar: o invasor. Este movimento coletivo de invadir determinadas áreas atrai a atenção dos segmentos da sociedade, politizando a questão da habitação.

Pesquisa realizada por Ângela Borges revela que, sem considerar aqueles clandestinos, foram levantados 103 loteamentos implantados até aquela época em Salvador e proximidades imediatas. Entre os casos pesquisados, aproximadamente 40% das famílias que adquiriram lotes tinham renda até três SM. Considerando apenas os loteamentos implantados entre 1970 e 1980, estes representaram uma oferta de cerca de 17 mil lotes, ou seja, analogamente, a faixa de renda de até três SM correspondeu a algo em torno de 6.800 lotes para a década referida. (Apud Souza Gordilho, 1991, p.69).

A transformação urbana da cidade perpassa as décadas de 1950 e 1960, seguida de um grande impacto nas relações capitalistas de produção em Salvador, com a implementação de grandes equipamentos industriais: o Centro Industrial de Aratu – CIA - (1966) e o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, em 1972, evidenciando a metropolização e urbanização da cidade com base na valorização do capital e no uso do solo urbano (Gordilho-Souza, 1991).

Gordilho-Souza (1999) explicita os limites das condições de habitabilidade e distribuição dos grandes equipamentos em Salvador, a partir das seguintes ocupações: Antiga (até a década de 1920) e Contemporânea (décadas de 1925-1991). As ocupações estão também divididas entre áreas boas e áreas deficientes. As áreas boas estão situadas em toda extensão da Orla Marítima e adjacências, também incorporando os grandes equipamentos (industrial, institucional, comércio e serviço); ao passo em que as áreas deficientes estão situadas ao longo da via férrea e adjacências, precisamente no Subúrbio Ferroviário e demais bairros periféricos da cidade.

A distribuição espacial da habitação em Salvador “integra-se no âmbito das políticas urbanas que contribuem para a estratificação espacial da cidade” (Gordilho-Souza, 1991), prescrevendo uma segregação socioespacial que configura a cidade soteropolitana em áreas empobrecidas e de maior valorização imobiliária.

No primeiro capítulo, dar-se continuidade ao processo de urbanização da capital baiana, agregando nesta discussão as faces constitutivas do modo de ser e de viver soteropolitano: desigual e explosivo. Têm-se, assim, o arquétipo da cidade de Salvador em que compartilha dos

⁷ Milton Moura define o ato de invadir como afirmação de sujeitos históricos diante de si e dos outros, munidos de uma grande sagacidade, elemento essencial para avançar além do estabelecido por outrem.

Índices de Desenvolvimento Humano tanto da Europa quanto da África, revelando a desigualdade social e espacial que impacta os seus moradores distintamente.

No segundo capítulo, busco explicitar algumas das principais questões acerca da violência e do caráter da militarização na formação do efetivo policial, dialogando com os principais estudiosos desta temática no Brasil, incluindo nesta análise alguns estudos sobre os impactos da violência na saúde pública.

No terceiro capítulo, exponho a metodologia utilizada para realizar a pesquisa de campo, agregando ao estudo o reconhecimento da relação entre pesquisador-objeto-pesquisador e os limites estabelecidos dentro o campo. Nesta pesquisa, fiz uso dos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de captar as inúmeras visões dos policiais militares acerca da violência.

No quarto capítulo, reservo espaço para discutir a organização da segurança pública em Salvador e sua duplicidade quanto à distribuição dos recursos e dos efetivos policiais, estrategicamente, dividido por renda per capita, classe e raça/cor.

No quinto capítulo, realizo uma descrição dos dados a partir das seguintes variáveis: idade, ano de ingresso na Polícia Militar, nível educacional, sexo etc., cujo objetivo se pauta na análise em perspectiva comparada das condições estruturais e das percepções dos policiais militares sobre a violência nas distintas áreas de Salvador: a Orla Marítima e o Subúrbio Ferroviário, a fim de compreender como os policiais militares de cada Unidade Policial, em suas narrativas acerca da criminalidade, percebem a violência em suas atividades rotineiras, diferenciando o seu tratamento por *classe, renda per capita e cor*.

No sexto e sétimo capítulos, busco aprofundar a discussão sobre os possíveis determinantes das intervenções policiais, adotando como gênese desta análise os contornos do caráter militar, expressa na hierarquia e na autoridade – sentidos de pertença do soldado junto às comunidades periféricas. E ensaio uma finalização inconclusa, salientando de que as percepções dos policiais militares do Estado da Bahia acerca da violência retratam o arquétipo de uma sociedade desigual que naturaliza os eventos violentos em detrimento dos direitos civis. E o discurso cidadã depara-se com o vazio de uma ordem que privilegia o reconhecimento em contínua desconexão de si e do outro num processo interativo entre o real e o ideal no controle social, servindo tal modelo para ambos os atores sociais: os policiais militares e, especialmente, a população suburbana.

1. A cidade desvelando suas faces: desigual e explosiva

Os bairros e micro-bairros da cidade de Salvador estão agrupados em Regiões Administrativas – RA’s – que se diferenciam pela renda *per capita*, população, classe, raça/cor etc. A distribuição dos recursos da segurança pública segue essas diferenças econômicas e sociais. As áreas nobres da cidade, especialmente os bairros da Orla Marítima, possuem um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - semelhante aos dos países da Europa (0,965), ao passo em que as áreas empobrecidas possuem IDH próximo aos dos países da África (0,653).

A configuração da cidade de Salvador atende ao padrão de urbanização centro-periferia, não se diferenciando das principais capitais brasileiras. Mas é comumente chamada de cidade alta e cidade baixa, consolidando assim um perfil de segregação cunhada ainda no período colonial.

Os mucambos conservaram até hoje, na paisagem social do Brasil, a primitividade dos primeiros tempos de colonização. Neles foi-se refugiando o caboclo; refugiando-se o negro fugido; refugiando-se o preto livre. O próprio branco integrado na situação social do caboclo. Entre o sobrado e o mucambo de centro de cidade ou de subúrbio de capital (Freire, 1998, p. 233).

A segregação socioespacial de Salvador também agrega, enquanto elemento excludente, o quesito cor: enquanto na cidade alta e em toda extensão da Orla Marítima de Salvador coabitam as pessoas das classes média e alta e em sua grande maioria de cor branca, passam então a usufruir da “legalidade” e dos grandes equipamentos de serviço público.



Figura 2 – Parte dos bairros da Barra e da Vitória, em Salvador
Fonte: José Apolinário (2004)

Os bairros de Ondina, Graça e Barra com populações e renda mensal média, respectivamente, (5.822 habitantes e 21 Salários Mínimos), (21.110 habitantes e 21 Salários Mínimos) e (11.967 habitantes e 16 Salários Mínimos) são frutos da expansão e da urbanização da cidade, pois agregam os capitais econômico, cultural e simbólico, legitimando-os enquanto consumidores válidos - marcas de uma modernidade pautada no consumo e no privilégio de classe (Bauman, 2001).

No mesmo espaço urbano, visualizamos o bairro do Calabar, com aproximadamente 6.322 habitantes com uma renda média de 2 SM, invasão que nasceu no bojo da expansão urbana e que sobreviveu aos males da época: as remoções. Mesmo coabitando nas áreas consideradas boas, tal população compartilha das mesmas mazelas dos bairros periféricos da cidade: desemprego e subemprego - marcas das conseqüências da modernidade⁸ que se diferenciam no espaço urbano em virtude da desigualdade social.

Na outra parte da cidade, evidenciamos as áreas consideradas deficientes, onde coabitam as populações com características similares: periféricas e predominantemente de afro-descendentes que sobrevivem da informalidade, subemprego, fazendo uso de equipamentos públicos precários, a exemplo dos transportes, da saúde, da educação, da moradia etc. – uma vida desassossegada marcada por expectativas e investidas falhas no mundo do consumo.

Na década de 1980, a situação sócio-habitacional da cidade evidencia um quadro dispare: os 83% da população de dez anos ou mais detinham rendimento médio mensal menor do que três SM, incluindo os 44,5% sem rendimento (BAHIA, 1985). Este quadro não sofreu grandes mudanças ao longo da década de 1990, chegando a intensificar a desigualdade social ao reservar para a população negra (2.054.000 habitantes), 81% do total, uma renda mínima que não ultrapassava os três salários mínimos, segregando e distribuindo tal contingente nas periféricas.

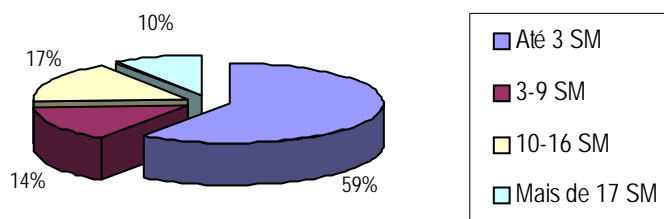
Na RMS o principal elemento de discriminação no mercado de trabalho é a raça, pois o rendimento médio real dos negros é de R\$ 403,00, ou seja, menos da metade dos não negros R\$ 839,00. Em relação aos rendimentos as mulheres negras têm a pior situação: os homens não negros recebem R\$ 1.051,00 em média, as mulheres não negras recebem pouco mais de 60% (R\$647,00); os homens negros 50% (R\$498,00) e as mulheres negras, menos de 30% (R\$297,00) (Silva, 2000, p113).

Na década de 1990, a Região Metropolitana de Salvador – RMS - contabilizava 2.500.000 habitantes, expandindo para 2.673.560 habitantes no ano de 2006. Porém, ao longo dos 16 anos correntes as políticas públicas destinadas à melhoria das condições de vida da população

⁸ Ver Giddens (1991)

periférica não foram capazes de reduzir, mas até acirrar, a desigualdade social pautada no privilégio de classe e nos níveis de renda por áreas e bairros⁹ da cidade¹⁰.

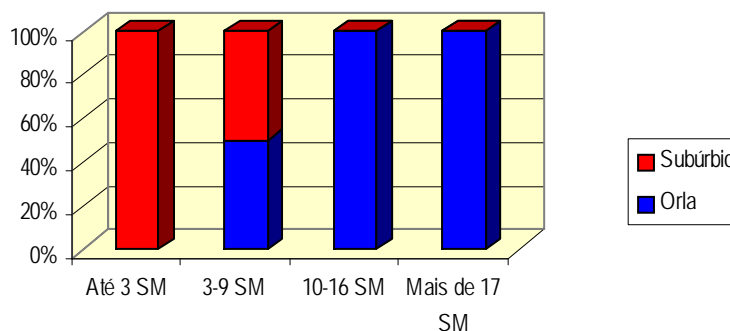
Gráfico 1 – Renda Média Mensal em Salvador (2005)



Fonte: População e Setores Censitários de Salvador - IBGE

Os dados evidenciam de que os 59% da população de Salvador sobrevivem com uma renda média mensal de até 3 SM, enquanto os 10% da população gozam de uma renda média mensal de mais de 17 SM. Os 14% da população vivem com uma renda média mensal entre 3 e 9 SM, ao passo em que os 17% restantes usufruem uma renda média mensal entre 10 e 16 SM. Quando analisamos a cidade por áreas e setores censitários a disparidade tende a evidenciar um quadro ainda mais impactante desta desigualdade.

Gráfico 2 – Renda Média Mensal em duas áreas de Salvador



Fonte: População e Setores Censitários de Salvador (2005) - IBGE

⁹ O bairro é definido como uma unidade intra-urbana, legalmente estabelecida para fins de planejamento. “A última divisão oficial de bairros da cidade de Salvador, data de 1960 quando, pela Lei Municipal nº. 1038, de 15 de junho de 1960, foram criados os bairros de Amaralina, Pituba, Rio Vermelho, Acupe Cosme de Farias, Engenho Velho de Brotas, Matatu, Calçada, Uruguai, Saúde, Bomfim, Itapagipe, Jardim Cruzeiro, Massaramduba, Mont Serrat, Tororó, Barbalho, Cruz do Cosme (hoje Caixa D’água e IAPI), Liberdade, Pau Miúdo, Quintas, Fazenda Grande, Lobato, São Caetano, Tanque da Conceição (hoje Largo do Tanque), Barris, Barra, Canela, Fazenda Garcia, Federação e Ondina” (Castro, 2005, p. 2).

¹⁰ Ver Tabela do Gráfico, no Anexo.

Os dados evidenciam de que os moradores da Orla Marítima, aproximadamente 198.984 habitantes, concentram em seu poder as maiores faixas do salário mínimo (10-16 e mais de 17 SM), ao passo em que os moradores do Subúrbio Ferroviário se concentram nas faixas mais baixas de salários mínimos (até 3 SM e 3-9 SM). Já os 57% da população suburbana que assumem uma renda mensal entre 3 a 9 SM estão concentrados no bairro de Mirantes de Periperi, localidade fundada no Subúrbio Ferroviário a partir dos Conjuntos Habitacionais financiados por funcionários públicos do Estado da Bahia (muitas famílias de policiais militares vivem no local).

A população que se concentra na faixa de renda dos 3-9 SM faz parte de um trecho periférico que permeia os bairros com alto padrão de consumo, herdeiros das primeiras invasões na cidade¹¹.



Figura 3 – Vista aérea dos bairros do Calabar, Ondina e Graça.
Fonte: José Apolinário (2004)

O arquétipo da distribuição de renda apresentado corrobora com os dados da PNUD: a existência de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, da Europa e da África numa mesma cidade: Salvador. Neste caso, a relação entre as áreas da cidade e renda média mensal da população é significativa tanto para 95% quanto para 99% de confiança na amostra.¹²

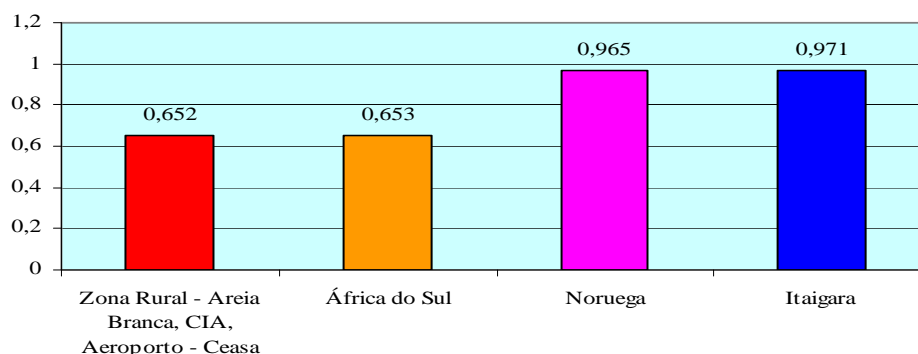
De acordo com os dados da PNUD¹³, a cidade de Salvador compartilha dos Índices de Desenvolvimento Humano tanto da Europa quanto da África, revelando a desigualdade social e espacial que impacta os seus moradores.

¹¹ O bairro da Boca do Rio foi fundada com a invasão “Pela Porco” na década de 1960, e mesmo que a maioria de sua população tenha sido removida para outras partes da RMS – Região Metropolitana de Salvador – a exemplo do bairro de Itinga, boa parte desta população ainda persiste num espaço urbano que tende a reconhecê-los enquanto indivíduos “sem eira nem beira” (Santos, 2001). Ver Anexo – Tabela da Distribuição dos bairros por aérea - Orla e Subúrbio.

¹² Ver no Anexo.

¹³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano – 2000 e 2004



Fonte: PNUD, 2006

O Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador, produzido a partir dos dados do IBGE, demonstra uma disparidade na distribuição de renda *per capita* da cidade, em 2000¹⁴. A distribuição dos Índices de Desenvolvimento Humano é comparável aos dos países da Europa, alocada em toda extensão da Orla Marítima e adjacências, ao passo em que a parcela africanizada da cidade se encontra na via férrea, ligando o Subúrbio Ferroviário aos demais bairros periféricos, o que torna evidente a concentração de renda e qualidade de vida em determinados grupos e bairros.

A configuração da cidade confirma a divisão entre pobres e ricos no espaço urbano, constituindo nesta relação um conflito ininterrupto. O primeiro está emparedado nas periferias e o segundo cercados pelos muros sob ampla vigilância. Os bens públicos são distribuídos disjuntivamente na Região Metropolitana de Salvador, ficando as populações empobrecidas mais vulneráveis aos riscos por morte violenta. E o rastro da violência é fruto da distribuição desigual dos equipamentos sociais e públicos, tornando-se uma das principais questões de saúde pública (Paim & Costa, 1999).

[...] quatro localidades que têm um índice superior ao da Noruega (0,965 no ano de 2004), que há seis anos consecutivos lidera o *ranking* internacional do IDH: Itagara (0,971), Caminho das Árvores-Iguatemi (0,968), Caminho das Árvores/Pituba-Rodoviária, Loteamento Aquários (0,968) e Brotas-Santiago de Compostela (0,968), todas na capital do Estado. Na ponta de baixo da lista, Zona Rural-Areia Branca, CIA Aeroporto-Ceasa (0,652), na capital baiana, e Aratu/Cotegipe/ Mapele/ Palmares/ Santo Antonio do Rio das Pedras (0,652), no município de Simões Filho, têm um índice equivalente ao do Tadjiquistão, na Ásia Central, e pouco pior que o da África do Sul (0,653) e o de Guiné Equatorial (0,653) — países que ocupam, respectivamente, a 122ª, 121ª e 120ª posição no *ranking* global do IDH de 2004, composto por 177 nações e territórios. Caboto/ Caroba/ Madeira/ Menino Jesus/ Passe/Pindobas (0,656), em Candeias, e Coutos-Fazenda Coutos, Felicidade (0,659) e Bairro da Paz/ Itapuã-Parque de Exposições (0,664), em Salvador,

¹⁴ http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2498&lay=pde. Página acessada em 02 de janeiro de 2007.

têm padrão de desenvolvimento inferior ao de Vanuatu (0,670), na Oceania, e Guatemala (0,673), que ficam, respectivamente, no 119º e no 118º lugar na listagem internacional.¹⁵

Analisando as taxas de mortalidade por causas externas no Brasil no ano 2000, a cidade de Salvador apresenta as menores taxas com mais de 100 óbitos por 100 mil habitantes (Souza et al, 2003). Porém, a desigual distribuição destas taxas na RMS é elevada.

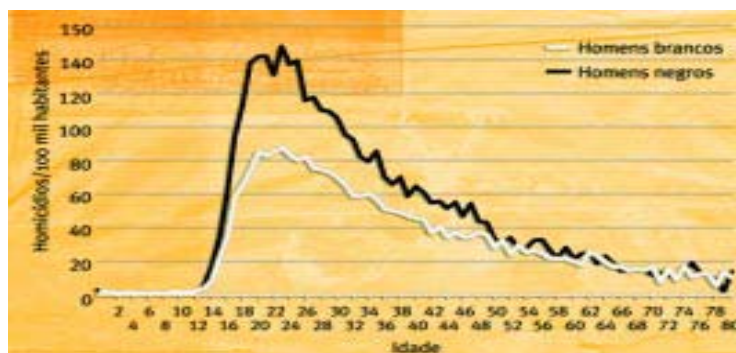
A distribuição espacial das taxas de mortalidade por homicídio, portanto do risco de morte, nas distintas áreas de Salvador está evidenciada nas Zonas de Informação¹⁶: ao passo em que as ZI's 03 e 04 (Ondina e Rio Vermelho) estão fora das zonas de maior risco de morte; as ZI's 57 e 66 (Lobato/Pirajá e Escada/Periperi/Praia Grande) permeiam as zonas de maior risco de morte na capital baiana.

Em pesquisas realizadas acerca dos impactos da violência sobre as populações urbanas, o risco de morte se concentra em jovens, homens, negros, baixa escolaridade e faixa etária dos 15 aos 29 anos [Espinheira (2005); Soares & Borges (2004); Cano (2003); FCCV (2002); et al]. Entretanto, há uma diferença altamente significativa entre os gêneros: “as taxas dos sexos masculino (64.7 por 100.000 habitantes) e feminino (3,4 por 100.000 habitantes)” (Paim & Castro, 1999, p.325).

Na pesquisa realizada por Paim & Castro (1999) incluem “as intervenções legais” nas taxas de mortalidade por homicídio – que seriam as intervenções policiais. Destacam, também, de que as mortes por homicídios superam as mortes por acidentes de transportes nas zonas mais pobres da cidade, ao passo em que nas zonas mais ricas há uma inversão das taxas, privilegiando em seu estudo a questão da saúde a partir das condições de vida.

Gráfico 4

As taxas de homicídios de homens por 100 mil habitantes (Brasil, 2000)



Fonte: Gláucio Soares e Doriam Borges, 2004

¹⁵ http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2498&lay=pde. Página acessada em 02 de janeiro de 2007

¹⁶ Uma Zona de Informação – ZI – é uma divisão da cidade estabelecida pela CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Salvador, definida por um conjunto de setores censitários contíguos, dentro de determinados limites geográficos e/ou viários da cidade. Pode cobrir parte de um bairro, o bairro inteiro ou mais de um bairro, considerando o cadastro de logradouros do município (FCCV, 2002)

Soares e Borges (2004) explicitam de que a segregação, espacial e racial, é fruto da ausência de políticas públicas voltadas para a habitação e em especial para a juventude, categoria mais atingida pelo risco de morte. O gráfico 4 evidencia de que a distribuição das taxas de homicídios entre homens e jovens tem um recorte racial bastante expressivo. Os negros, incluindo os pardos, são vítimas preferenciais, onde na morte a violência mostra a sua face estável e estrutural. Ou seja, o desemprego, o baixo nível educacional e os bloqueios de acesso aos bens materiais, intensificam a disparidade no índice de letalidade entre o centro e a periferia e /ou entre o asfalto e as favelas, e os mais empobrecidos estão mais vulneráveis às ações violentas das polícias (Cano, 2003, 219).

Fora da favela, o índice passa de 1,42 (265 mortos e 186 feridos) na fase anterior para 1,96 (165 mortos e 84 feridos) no período posterior a maior de 1995. Já nas favelas, a proporção de mortos por ferido é bem mais alta. O índice passa de 2,27 (191 mortos e 84 feridos) durante as administrações anteriores para um valor extremo de 5,73 (321 mortos e 56 feridos)

De acordo com os dados da Comissão de Justiça e Paz (2000), as ações policiais ocupam o 2º lugar das atribuições nos homicídios ocorridos entre 1996-2000 na cidade de Salvador e Região Metropolitana, concentrando-se nos bairros periféricos, formados por afro-descendentes e pobres, qualificados enquanto indivíduos marginais.

O maior número destes crimes aconteceu em bairros que têm características em comum: pobres, populosos (em sua maioria de negros), privados de um tratamento de políticas públicas de qualidade, com falta de infra-estrutura. Trata-se, na maioria, de bairros considerados nobres, como Itapuã, Rio Vermelho, Pituba e o Centro da cidade (CJP, 2000, p. 72).

Relega-se aos pobres o ônus da precarização e miserabilidade, tornando-os as principais vítimas do controle e do combate à criminalidade, condição que Bauman (2000, p. 23) explicita abaixo:

a pobreza não é mais um exército de reserva de mão de obra, tornou-se uma pobreza sem destino, precisando ser isolada, neutralizada e destituída de poder.

A pesquisa realizada pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência (2003), “Rastro da Violência”, constata de que a trajetória da violência não sofreu nenhum tipo de alteração significativa. Traz, assim, a outra face da Segurança Pública soteropolitana que estigmatiza e vitima os jovens em idade economicamente ativa – 15 aos 29 anos. Neste caso, apenas aqueles que participam como membros economicamente ativos na sociedade adquirem a cidadania, estando mais longe dos riscos de vitimização – taxa que tem uma maior

incidência entre os pardos (1.26 e 1.6) e negros (1.35 a 1.64) do que entre os brancos (0.66 a 0.73) (Cano & Ferreira, 2003). A percepção da violência é representada, neste caso, pelos sucessivos assaltos à dignidade humana, envolvendo as mais diversas formas da violência, seja moral, física, econômica, étnica e sexual.

Os estudos sobre o Brasil evidenciam uma persistência da política tradicionalista e das práticas clientelistas modernizadas que sobrevivem dentro do Estado. Santos (1993) evidencia de que a sociedade brasileira tem sido permeada por uma cultura cívica predatória, na qual as relações de reciprocidade e de confiança estabelecida por regras formais e informais são constantemente violadas, fragilizando o nível de confiança de engajamento dos indivíduos. E assim, se constrói o padrão de comportamento e de condutas em que se privatizam o espaço público e priorizam ações no âmbito dos grupos primários (família, vizinhança, clientes etc.).

O panorama da vida cotidiana dos moradores das áreas empobrecidas representa o que Carvalho (1995) chamou de cidade “escassa” – uma disputa generalizada, onde se instaura uma luta constante por reconhecimento de uma autoridade vigente, caracterizando uma ambiência desprovida de organização social cidadã, e que cede lugar a outro tipo de organização: a violência. E esta marca¹⁷ de inferioridade impressa nestes indivíduos, periféricos, projeta um sentido real de desarranjo social, imposto cotidianamente em suas atividades rotineiras, prescrevendo na contemporaneidade seus males de origem.

¹⁷ Ver Reis (2002).

2. Violência versus Ação Policial: uma percepção avassaladora

Um dos principais problemas da violência no Brasil ainda é a ação arbitrária e ambígua das instituições responsáveis pela preservação da ordem pública: as polícias, e em destaque a militar. O discurso sobre segurança e controle social das instituições policiais, detentora do monopólio do uso da força, está atrelado ao mito da marginalidade, construção social de uma realidade repartida, fragmentada e hierarquizada - legado herdado pelas primeiras corporações modernas voltadas para a segurança pública no final do século 18.

A força repressora do Estado formada no século 19 volta-se contra os escravos e demais populações livres da época, a partir da ótica discricionária, portanto discriminatória (Halloway, 1997). As estratégias e práticas de diferenciação no trato com o contingente populacional empobrecido das principais capitais brasileiras têm um caráter histórico e militar (guerrear), onde a “eficácia” policial se realiza em detrimento dos direitos civis, portanto da continuidade dos abusos e violações “legais” das operações policiais, tornando a segurança uma questão da morte como poder.

Adorno (1995) postula que a violência, em suas múltiplas formas de manifestação, mesmo com os avanços republicanos, ainda continua enraizada no imaginário social como um valor positivo na conduta e na prática cotidiana. O conflito faz-se presente nas diferenciações étnicas, de gênero, de classe, de propriedade e de riqueza, de poder, de privilégio e de prestígio.

Da Matta (1982) em suas reflexões sobre as raízes da violência desperta o leitor para a postura metodológica frente ao discurso amoral acerca dos fatos sociais, adotando em seus estudos uma perspectiva dialética e relacional, atentando para as especificidades das categorias sociológicas no tempo e no espaço.

Aqui a sociedade se reflete e de fato se concretiza, encarnando-se tanto na polícia quanto no criminoso; tanto na norma que diz ‘não pode’ quanto na antinorma que diz ‘eu quero’. Ordem e desordem, crime e castigo, violência e concórdia, não são mais etapas relacionadas exclusivamente a formas de propriedade, as leis do mercado ou forma de governo, mas são também modos pelos quais tudo isso revela de modo concreto aos nossos olhos (Da Matta, 1982, p. 15).

Holston & Caldeira (1999) ao analisar a configuração democrática no Brasil detecta que ao mesmo tempo em que se dá a expansão da cidadania se presencia a degradação destes mesmos direitos e os inúmeros assaltos à dignidade humana. Evidencia, assim, o estabelecimento de uma democracia disjuntiva que agrega ascensão do crime, a violência das polícias, abuso violento aos direitos humanos, além de certa convivência da população

brasileira diante do enquadramento militar reservado às classes empobrecidas dos centros urbanos. Entretanto, os abusos impetrados pelas polícias variam de acordo com os condicionantes políticos, sem, contudo apresentar rupturas com o legado autoritário, dando continuidade às suas práticas numa relação quase que íntima entre o legal e o ilegal nas operações policiais.

Caldeira (2000) traça o paralelo entre as interpretações acerca da violência numa relação dicotômica entre pobreza e crime – elementos constitutivos das análises acadêmicas, mas não consegue se distanciar deste mesmo viés: situa a elite brasileira como uma classe detentora do controle da violência, enquanto às classes trabalhadoras e a própria polícia são concorrentes e legitimadoras desta violência.

A polícia brasileira tem usado a violência como seu padrão regular e cotidiano de controle da população, não como uma exceção, e freqüentemente o têm feito sob a proteção da lei. É certamente verdade que as elites têm sabido usar os seus contatos e seu status para evitar os maus-tratos policiais (...), mas para as classes trabalhadoras o tratamento violento tem sido norma (Ibid., p.139).

A ambigüidade de certas categorias sociais: pobre/rico; morro/asfalto; centro/periferia; branco/preto acentua os conflitos em um mundo dicotomizado, portanto desigual. A fragmentação destas relações retroalimentam as ações policiais e suas narrativas acerca da violência. As categorias “pobre”, “favelado”, “suburbano” e “preto” estão situados dentro de um “campo” enquanto minorias estigmatizadas e marcadas pela violência.

A violência é a linguagem regular da autoridade, tanto pública quanto privada, isto é, do Estado ou do chefe de família... É necessário abandonar a idéia da violência como algo extraordinário e a interpretação estrutural – dualista que vê a ordem social como algo partido entre o universo da hierarquia e vínculos pessoais e outro da igualdade e do direito. A violência é constitutiva da ordem social, inclusive das instituições da ordem (Ibid., p. 140).

As especificidades que engendram as ambigüidades das narrativas sobre o fenômeno da violência recortam e afunilam ainda mais a relação entre a população empobrecida e o agente da lei, sendo que este último a define como perigosa e conseqüentemente produtora dos conflitos sociais.

O contraponto entre a visão sobre os moradores das áreas empobrecidas da cidade – periferias e subúrbios – e os espaços considerados “nobres” pela presença de condomínios fechados, habitados pela classe que detém prestígio e *status* situam o imaginário dos operadores da ordem numa direção linear da ação – apreensão e eliminação.

Podemos comparar a condição dos suburbanos na capital baiana à análise apreendida pela autora acerca dos nordestinos na ótica dos moradores da Moóca, em São

Paulo: “eles são descritos como sendo menos do que humanos, perigosos, sujos e contaminantes; são habitantes de lugares impróprios, como cortiços e favelas” (Ibid., p. 37). A classe abastada da sociedade faz uso do seu status, não apenas para evitar violência contra os seus, mas também para massificar as arbitrariedades e a própria impunidade nas relações estabelecidas com a instituição policial.

Na pesquisa apresentada por Caldeira (2000) não se fez presente nas falas do crime as narrativas dos policiais e nem dos nordestinos, elementos essenciais para se compreender a dinâmica de um fenômeno que metamorfoseasse enquanto cultura, além de proliferar práticas repressivas nos recônditos espaços de determinados segmentos da sociedade.

Eu estava trabalhando com uma policial feminina no PO, em frente ao banco, quando o gerente ao dá a ré no carro bateu na perna da PFem¹⁸. Fui conversar com ele e expor o ocorrido. O cara começou a me gritar dizendo que eles davam dinheiro para a Polícia e que aquilo não foi nada. Fiquei nervoso e quis conduzir o cara para a delegacia por desacato, quando ele fez uma ligação para um juiz que ligou para o Comando Geral, chegando lá no comandante da CIPM¹⁹, que logo enviou uma viatura para o local nos tirando da área. Moral da história: fui comunicado e estou respondendo. Fico com raiva porque temos uma Polícia cheia de politicagem²⁰.

São inúmeros os casos em que a Polícia não efetiva prisões diante do abuso e do poder imposto pela classe que detêm privilégios, ao passo em que também excede o uso da força diante da classe mais empobrecidas da cidade. Mas este tipo de relação, perigosa, é compactuado direta ou indiretamente pelos agentes de segurança pública, mesmo em que certos momentos possam lhes trazer humilhações e constrangimentos.

O que era ser “Polícia” antes e ser “Polícia” hoje?

Sgt PM – Antes era melhor em relação à violência porque a Polícia tinha maior controle sobre a população. E hoje não há controle. A população cresceu, o desemprego aumentou e é o fator para o crime²¹.

Sgt PM – A diferença é que antes nos respeitavam como policial. Hoje, qualquer pessoa desacata a o Polícia, inventa estória e tem crédito. E quem faz isso são os grandes: coronéis, juízes etc²².

Sd PM – Antes era uma Polícia mais repressiva e vagabundagem não vingava. Mas com a criação dos Direitos Humanos esse quadro mudou. Se um marginal mata uma pessoa e quando o PM age é repreendido e o crime cometido, não. O PM perdeu boa parte do seu poder de Polícia. Ele pensa duas vezes antes de combater o marginal. Os membros dos Direitos Humanos defendem os marginais do que o PM. Hoje ele, o PM, é mais limitado do que antes²³.

¹⁸ Policial Feminina

¹⁹ Companhia Independente de Polícia Militar da Bahia- CIPM/BA

²⁰ Entrevista concedida por soldado da CIPM/ Orla Marítima - BA, em outubro de 2006.

²¹ Entrevista concedida por sargento da CIPM/Subúrbio - BA, admitido na Polícia Militar em 1980 com a 4ª série do 1º grau.

²² Entrevista concedida por sargento da CIPM/ Orla Marítima - BA, admitido na Polícia Militar em 1996 com o 2º grau completo.

²³ Entrevista concedida pelo soldado da CIPM/ Orla Marítima - BA, admitido na Polícia Militar em 2005 com o 2º grau completo.

Sd PFem – Polícia antes e hoje? Antes era melhor porque tinha respeito. Hoje em dia em gente gritando na sua cara e o Polícia fica calado. As pessoas usam a imagem de antes para prejudicar o policial de hoje, cidadã. Se você não se impor todo mundo monta em você²⁴.

A impossibilidade de agir, não apenas com o recurso à violência e conseqüente excesso no uso da força (Muniz et al., 1999) em ambientes em que não são definidos enquanto “espaços do crime” (Espinheira, 2000) elevam às frustrações dos policiais diante de si, da instituição e de tais populações, causando-lhes um saudosismo do tempo áureo de uma polícia operante, porém violenta nos espaços em que a escassez urbana e o desconhecimento acerca dos direitos imperam: favelas, morros e subúrbios.

Mas será que estaríamos evidenciando um declínio do sentido de pertença (legitimidade) dos policiais militares frente ao processo de maior efetividade democrática e dos direitos civis? Tal sentimento é ambíguo e paradoxal, pois as mortes por homicídios incluem as “intervenções legais” – ações policiais – como propulsoras das taxas de mortalidade no Brasil, especialmente nas capitais onde o tráfico de drogas é mais intenso: Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Michel Misse (1999), em suas reflexões sobre os sentidos da categoria violência, demonstra de que as violências são representações sociais imbricadas nas diversas práticas vivenciadas no cotidiano. E o sentido de tais práticas é capturado a partir dos códigos e dos sentimentos morais, servindo também como parâmetro de análise da categoria “crime” e /ou “corrupção”. Mesmo sendo definida enquanto representação, há em si um núcleo duro expresso pelo poder e conseqüente uso excessivo da força.

A violência e também o crime só existem na interação com o “outro”, pois neste instante, na reação, passam a designar o “outro” como elemento potencial para a criminalidade. Neste caso, há consecutivamente a criminação e incriminação do sujeito, a partir da sujeição criminal tratando o indivíduo como propenso criminoso (Misse, 1999).

A noção de estigma elaborada por Erving Goffman (1988) só é nitidamente compreendida em sociedades onde se tem por fundamento o processo igualitário. Mas em países que naturalizam a desigualdade, tal estigma surge como aporte natural nas rotinas diárias. Ao imputar a certos indivíduos e não a outros, ocorre à sujeição do sujeito que passa a assumir os elementos constitutivos da criminalização, sabendo-se que a sujeição depende de certos eventos e circunstâncias.

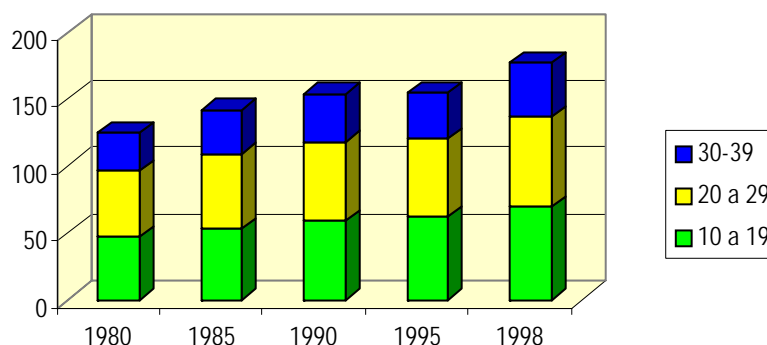
²⁴ Entrevista concedida por soldado feminina da CIPM/ Orla Marítima - BA, admitida na Polícia em 2003 com o 2º grau completo.

As múltiplas representações da violência (agressão física, abuso sexual, psicológico e institucional) trazem à opinião pública uma sensação de medo e desesperança diante de um problema que se tornou uma questão de saúde pública: as elevadas taxas da mortalidade por causas externas - homicídios, acidentes de transporte e suicídios, sendo os dois primeiros os responsáveis por mais da metade dos óbitos no país (Brasil, 2002).

As pesquisas sobre os impactos da violência na saúde, mortalidade e morbidade [Minayo (1994 & 2003); Souza et al (2003); Macedo (2001) Paim et al (1999 & 2005) et al] têm possibilitado mapear as tendências de um fenômeno que tende a encarnar, metamorfoseando-se, as práticas de um sistema social que naturaliza e dramatiza as violências como justificativa das conseqüências das desigualdades seja estrutural, de resistência e de delinqüência.

Gráfico 5

Distribuição proporcional das causas externas em relação à mortalidade geral, segundo faixas etárias, Brasil.



Fonte: Souza et al, 2003.

As taxas de mortalidade por causas externas no Brasil seguem uma linha exponencial desde o final da década de 1970, e os jovens, do sexo masculino, na faixa etária entre 10-19 anos, da região sudeste, são as maiores vítimas de homicídios nos anos de 1977, 1980 e 1985 (Minayo, 1990). Entretanto, no período de 1980 a 1998, o risco de morte se concentra nas faixas etárias dos 20 a 29 anos e 30 a 39 anos, em todas as microrregiões do país. Em uma década, as taxas de mortalidade duplicaram em quase todo o país, impactando a saúde pública, e os jovens na faixa etária dos 10 aos 29 anos são as maiores vítimas da mortalidade brasileira.

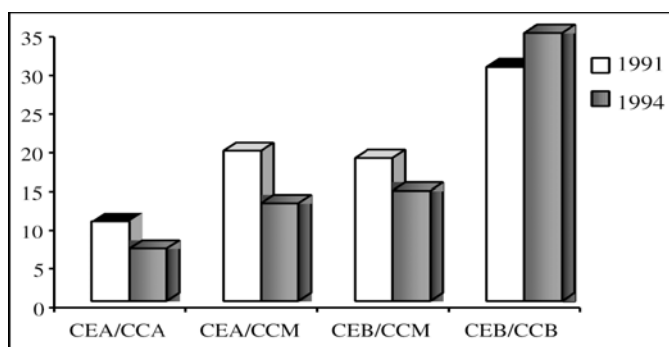
A marca de inferioridade impressa nestes indivíduos, periféricos e favelados, projeta um sentido real de desarrajo social, impetrada pela subjetivação do sujeito, cotidianamente em suas atividades rotineiras.

A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo e indiferença, culminando na estigmatização (Soares et al, 2005, p. 208)

De acordo com Macedo et al. (2001) há uma desigual distribuição da mortalidade por homicídios entre os estratos de condições de vida em Salvador. Enquanto os estratos com aporte de capital econômico alto e capital cultural alto e médio sofrem uma queda nas taxas de homicídios, os estratos com capital econômico e cultural baixos tendem a aumentar no mesmo período da análise. Neste caso, há uma relação significativa entre as taxas de homicídios e os níveis de renda.

Gráfico 6

Taxa de mortalidade por homicídio (/100.000 hab.), segundo estratos de condições de vida. Salvador, 1991 e 1994



CEA = capital econômico alto; CEB = capital econômico baixo;
CCA = capital cultural alto; CCM = capital cultural médio;
CCB = capital cultural baixo

Fonte: Macedo et al., 2001.

O excesso no uso da força policial ultrapassa os limites da legalidade nas favelas e nos subúrbios, num estado de consagração e eficácia pela via da quantificação da própria ação: mais prisões, mais repressão, mais mortes etc. Tal procedimento deteriora o tecido social representado pelas taxas de homicídios divulgados e justificados pelos órgãos de Segurança Pública como legítima, portanto, legal no discurso materializado através dos “Autos de Resistência” que emerge nas corporações policiais do Rio de Janeiro, a partir das promoções por atos de bravura.

Diversos indicadores confirmam um uso excessivo da força letal por parte da polícia e os relatórios médico-legais, mostram vários casos com fortes indícios de execução. O número de mortos ocasionados pelas intervenções policiais e a letalidade das mesmas dobram depois da entrada em vigor de certas políticas da Secretaria de Segurança, marcadamente as premiações por bravura (Cano & Ferreira, 2003).

Cano (1998) ao comparar os índices de letalidade da ação policial nas cidades norte-americana e latino-americana detecta que a cidade do Rio de Janeiro apresenta um índice alarmante (2,7), ao passo em que os índices das cidades norte-americanas chegam ao máximo de (1,0)²⁵.

Quando os disparos são efetuados a esmo, o número de mortos é muito reduzido em relação ao de feridos, e o índice terá um valor próximo de zero. Ao contrário, quando o número de mortos é igual ou superior aos feridos, isto é, quando o valor do índice de letalidade é igual ou superior a 1, o cenário aponta um uso excessivo da força e possível existência de execuções (Cano, 1998, p. 211).

A política de segurança pública adotada na cidade compartilha dos pressupostos da militarização e conseqüente eliminação dos ditos suspeitos, onde o lema da tropa é: caçar e matar o inimigo. Mas esta concepção de eliminação do outro, inimigo, provém do arquétipo equivocadamente dos Centros de Formação dos atores envolvidos, sejam praças e/ou oficiais, onde incorporam os códigos, as normas e as estratégias do combate ao crime.

A existência de uma secretária de defesa vinculada aos estados federativos já explicita o quanto se vive dentro de uma concepção militar para a solução dos “problemas” sociais, ao passo em que o extermínio e a eliminação dos suspeitos motivam e acelera o reconhecimento de suas causas: a impunidade.

As gratificações por bravura e/ou qualquer outra forma de elevar a auto-estima dos policiais apenas intensificam algo que já faz parte do *modus operandi* do exército fardado e (in) eficaz: o policial militar. Mas, como os agentes da ordem detectam os suspeitos em suas atividades rotineiras?

Cano (2000) analisa a literatura sobre a discriminação racial na área de segurança pública e justiça criminal sobre a possibilidade do viés racial no uso da força letal por parte da polícia. A percepção dos policiais militares está sim permeada pelo viés racial, atrelando a cor da pele (negra e pardos) e criminalidade. Os afro-descendentes, negros e pardos, estão mais vulneráveis ao uso da força letal da polícia, portanto ao risco de vitimização.

Sérgio Adorno (1995) ao pesquisar os crimes violentos ocorridos em São Paulo, em 1990, demonstra que há uma disparidade no acesso de negros e brancos à justiça criminal: os réus brancos “contam majoritariamente com defensoria constituída (60,5%). No caso dos réus negros, apenas (38,1%) são defendidos por assistente judiciário constituído” (Adorno, 1995, p. 56). Esta pesquisa também evidencia de que o negro (58,1%) tende a ser mais perseguido pela vigilância criminal do que os brancos (46,0%), no que tange as prisões em

²⁵ Vale ressaltar que o índice de letalidade americano (1,0) não significa nível viável e ou controle das ações policiais.

flagrante delito (Ibid., p.55). Ou seja, a cor é uma variável altamente significativa para o instrumento de discriminação na distribuição da justiça, e no maior rigor nas operações policiais.

Minayo et al (2005) realizaram um estudo comparativo das polícias Civil e Militar, tendo por foco à administração das atividades policiais e “os riscos profissionais, de segurança pessoal e de saúde ocupacional no exercício da Segurança Pública” (Minayo & Constantino, 2005). Nesta investigação, o risco se torna o contraponto da segurança, pois quanto mais se busca este bem, maior também será a percepção da insegurança.

Os policiais, em especial os militares que atuam na atividade-fim – operacional – estão mais expostos ao risco de morte em suas atividades profissionais, além de encarar cotidianamente a ausência de reconhecimento por parte da comunidade, acarretando para suas vidas certo sofrimento e insegurança diante da missão policial.

Compreender as circunstâncias e as condições sociais em que as representações da violência obtêm maior preponderância, aliando tais análises às narrativas cotidianas dos policiais militares, nos conduzirá também aos mecanismos de controle social utilizados diferencialmente nas distintas áreas dos centros urbanos, onde o nível de renda tem forte influência sobre a mortalidade no Brasil.

2.1. A Polícia e suas contradições: a obscura relação entre teoria e prática

Para a análise deste trabalho – os policiais militares - ainda há muitas discussões restritas à dicotomia “polícia versus violência”, seguindo o padrão de denúncia, ao passo em que se torna obscura as análises sociológicas sobre como a violência se insere nas instituições policiais, portanto, nas práticas dos seus agentes [Sapori & Souza (2001); Kant de Lima (1995); Pinheiro (1983 & 1993); Paixão (1984); Bretas (1998), Cano (1995), Muniz (1999 e 2001) et al.].

A militarização da Polícia se apresenta como um dos determinantes dos abusos e das sucessivas violações dos Direitos Humanos (Pinheiro, 1982) uma via em que comungo e estarei apresentando os dados coletados entre os anos de 2004 a 2006, a fim de confirmar esta assertiva.

Sapori & Souza (2001) divergem desta discussão porque as práticas violentas são operacionalizadas tanto por policiais militares quanto por policiais civis. Para reafirmar sua posição enfatiza alguns projetos bem sucedidos de policiamento militarizado, a exemplo da

França, Itália, Espanha e Chile, em que coadunam de forma eficaz com a representatividade da democracia.

Situação problemática é aquela em que não há uma clara divisão de trabalho entre as forças policiais e as Forças Armadas, confundindo-se assim as atribuições de segurança externa e de segurança interna (Ibid., p.117).

Ao transcorrer sobre a (in) compatibilidade entre a cultura militar e a atividade policial retoma a teoria das organizações²⁶ para justificar a sua assertiva: “não é a estrutura de consentimento que determina as metas organizacionais”²⁷, mas o inverso (Cf. Etzione, 1974) . Ou seja, são as metas estabelecidas e sua tipologia que afetam todo o mecanismo interno das organizações, portanto, do controle e da disciplina.

Os autores recorrem à história das polícias para afirmar que as polícias, após o golpe de 1964, ao assumir a missão de segurança pública e não mais o papel de um exército para o combate, tem se submetido, ao longo do tempo, ao processo de desmilitarização.

Um dos indicadores que dão suporte a essa afirmativa é a diminuição contínua da participação das disciplinas militares que representam 3% da carga horária total do Curso de Formação de Oficiais. Nos Cursos de Formação de Sargentos e Praças, por sua vez, a carga horária destas disciplinas é inferior a 7% do total (Ibic., p.180).

Neste caso, utilizam indicadores de uma única organização para inferir sobre a desmilitarização, mesmo que afirmem de que não têm intenções de fazer generalizações. Porém, o fato da organização policial de Minas Gerais ter reduzido à carga horária das disciplinas militares em sala de aula, não valida a assertiva dos autores de que “as bases estruturais de uma pretensa predisposição cultural militar para o extermínio do inimigo não exista mais”(Ibic., p.180).

A organização policial é analisada de cima para baixo, sem levar em consideração as falas dos seus principais atores: os praças (soldados, cabos e sargentos). Reduzi, teoricamente, as disciplinas militares não representa avanços para uma formação mais cidadã e a possível redução das tensões existentes nas Polícias, em decorrência dos abusos de poder entre os operadores da lei.

As manifestações policiais de 1997 apontaram para tensões internas que estavam latentes nas polícias militares, mas particularmente na relação entre praças-oficiais, de modo que os mecanismos de controle disciplinar passaram a ser alvo de intensa crítica por parte de segmento interno (Ibic., p.181).

²⁶ Ver ETZIONI (1974); YANOWITZ (1974)

²⁷ Apud Etzione (1974), p. 179.

Os dados empíricos sobre a experiência da Polícia Militar de Minas Gerais demonstram que se pode “compatibilizar” o caráter militar com a atividade civil que desempenham. Como a história de cada organização está situada no tempo e no espaço, em virtude da especificidade dos seus valores e códigos, não há como torná-la homogênea no cenário nacional.

Enquanto a Polícia de São Paulo fortalecia as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) na década de 80; a Polícia Militar de Minas Gerais tomava a iniciativa pioneira ao formar convênio com uma instituição civil para atuar na requalificação de seus oficiais superiores (Ibic., p. 181).

A estruturação da militarização das Organizações Policiais sobrevive a partir das suas próprias contradições interna e externa: a relação entre praças-oficiais e a relação entre Polícia, violência e comunidade. Estas questões ainda não foram tão bem dissecadas pela teoria sociológica, mas tem seu aporte principal na discussão defendida por Pinheiro (1983): o caráter da cultura militar nas atividades de segurança pública.

Sapori & Souza (2001), ao contrário de Pinheiro (1993), desloca o foco da violência policial do caráter militar para outras dimensões que constituem a própria organização, como o uso arbitrário do poder de polícia, sem, contudo explicitar quais seriam as outras dimensões.

A concepção que o policial tem de seu papel na sociedade, bem como da clientela com a qual ele lida, é muito mais relevante do que o caráter militar ou civil da organização para explicar suas atitudes violentas (Ibid., p. 183).

Bretas (1998), já havia argumento da necessidade de se explorar um universo ainda muito incipiente nas investigações científicas: a cultura e o universo da atividade policial que era por demais sobreposto pelos estudos sobre a instituição policial. Outros autores comungam desta argumentação [Paixão (1984), Muniz (1999), Kant de Lima (1995) et al], desvendando uma cultura policial impregnada de valores morais que são, continuamente, socializados nas práticas cotidianas dos policiais e entre si.

Os autores destacam dois aspectos da cultura policial que são compartilhados: a prática da violência como instrumental e como recurso moral, proveniente da “tensa e problemática relação entre polícia e ordem legal” (Ibid., p. 185). Ao passo em que a violência instrumental, uma prática institucionalizada, é utilizada como técnica de controle e prevenção da criminalidade – a existência de salas de tortura nas delegacias configura este quadro [Lemos-Nelson (2002); Pinheiro (1982) et al]; o recurso moral das práticas policiais se

caracteriza pelo confronto estabelecido entre policial e criminoso, sendo os últimos as impurezas do mundo que devem ser enviadas para bem longe, e em última instância eliminados.

Ainda no tocante a forma em que os policiais utilizam o recurso moral para justificar suas práticas violentas e legítimas frente à impureza da sociedade – os criminosos – os autores justificam que esta ação é deslanchada porque “os policiais tendem a se conceber como cumprindo uma missão sagrada” (Sapori & Souza, *op. cit.*, p. 185).

Esta retórica não pode ser confirmada sem a posição mais latente desta relação: a fala dos policiais. Os policiais militares encaram sua missão como uma atividade profissional, portanto capaz de resolver algumas situações e projetar perspectivas. Cito algumas situações que motivaram os indivíduos à corporação militar: 1) fuga do drama do desemprego; 2) estabilidade de funcionário público - salário seguro e pago no dia certo; 3) privilégios junto à comunidade e à família – cria para si e para o outro uma imagem, fardada, do solucionador de problemas e que se torna quase sempre um mal necessário; 4) configuração de uma autoridade não muito bem compreendida, mas explicitamente usada no trato com outrem; 5) possibilidade de ascensão social, haja vista de que grande parte do efetivo policial é oriunda das áreas periféricas, ocorrendo no ato da sua inserção no quadro militar um deslocamento deste para uma categoria que é definida como “os militares” (Fernandes, 1979).

Outro importante dado dos ingressos da nova geração às instituições policiais é a possibilidade de ingressar na universidade, um grande avanço comparado aos tempos da ditadura militar. Entretanto, os novos ingressos fazem uso deste direito na Polícia Militar, hoje mais explicitamente concedido, em busca de uma melhor condição de vida e possível ascensão social para, então, sair do quadro ativo da PMBA.

A compreensão dos policiais militares acerca da sua missão na corporação militar não está pautada no “sagrado” e nem se reconhecem enquanto indivíduos “escolhidos”, mas sim sujeitos que são treinados e imbuídos do uso legítimo da força, portanto do poder diante dos demais: a população assistida. Para alcançar o êxito, a intensidade desta força será usada pelos policiais de acordo com o estrato social, a cor e o nível de organização da área em que prestam serviço.

Sapori & Souza (2001) retomam a questão do caráter militar como algo irrelevante para se compreender a inserção da violência nas organizações policiais. Porém, assim como argumentam de que as práticas da violência impregnam ambas as polícias, Militar e Civil, creio que ambas também resguardam suas especificidades, sendo a militar ostensivamente criticada e pouco analisada.

Neste ínterim, os autores destacam a violência policial tendo por foco a agressão e os seus motivos: ausência de controle do policial ao ser provocado e/ou desafiado; e o caráter punitivo nas suas ações. Estarei utilizado o exemplo exposto pelos autores, no que tange ao caráter punitivo, para analisá-lo à luz da incorporação e reprodução destas práticas na formação policial.

Os menores estando nus foram forçados a fazer exercícios físicos como o ‘canguru’, flexão, rastejo, polichinelo, abdominal, descer e subir morros. Após foram obrigados a fazer sexo entre si - caso 245, PC nº 15.239/96, relatório de sindicante (Ibid., p. 195).

De acordo com os autores a agressão física é responsável por 78% dos casos de violência policial na cidade de Belo Horizonte, ficando 17,63% para disparo de arma de fogo, 2,03% para ameaça e 0,68% para outros casos. Não disponho dos dados que especifique a a tipologia e distribuição da violência policial na cidade de Salvador, como especificado pelos autores, mas a ação policial ocupa a 2º posição na autoria dos homicídios ocorridos na cidade entre 1996-2000 (Oliveira et al., 2000).

Os policiais militares reproduzem com o outro “inimigo” – tipificado como criminosos e bichos - as mesmas situações de que enfrentam quando estão em formação policial: traquejos, humilhações e desrespeito – fruto do caráter militar.

A ação buscada pelos instrutores é que o PM tem que ser severo para com o marginal. Só que para isso ocorrer eles treinavam e orientavam também com violência. Por exemplo: quando os instrutores faltavam, os oficiais mandavam os recrutas tirarem os coturnos, pegarem o fuzil e no sol quente marcharem por longos períodos. Havia todo tipo de perversidade. Outro exemplo era pisar na sua cabeça enquanto muitos estavam se arrastando na lama. Moral da história: preparavam bichos para lhe darem com a população, tudo revoltado, criando o ódio para com a comunidade.

Foi diferente daquilo que eu esperava. **O que você esperava?** Não tinha estrutura adequada: todos os equipamentos defasados, especialmente o armamento; muitas vezes não tínhamos instrutores. Eu pensei que era algo mais sério. Logo no início teve um evento no núcleo e a temperatura estava tão quente que eles obrigaram todo mundo fazer apoio no asfalto quente e a maioria teve queimaduras. Reclamamos ao superior e aí o oficial teve que se retratar porque muitos falaram que iriam no “Varela”²⁸. Muitos oficiais mantinham distância deste grupo que questionava o tratamento desumano oferecidos aos alunos que seriam policiais cidadãos.

Os fragmentos citados foram coletados na pesquisa de campo realizada junto aos policiais militares de Salvador no ano de 2006. Resolvi expor estes dois relatos, a fim de analisar mais detidamente a fala dos policiais quanto ao período de sua formação policial (militar) atrelada à sua missão policial.

²⁸ Programa de TV, exibido no horário do meio-dia, com grande audiência em Salvador, especialmente porque aborda os problemas dos bairros periféricos de Salvador.

O primeiro fragmento se refere à entrevista que me foi concedida por um sargento, admitido em 1981²⁹ e hoje presta serviço na área da Orla Marítima da cidade. Logo de início alegou de que a sua motivação ao ingressar na Polícia Militar estava relacionada às questões de segurança e estabilidade financeira. O segundo fragmento se refere à fala de um soldado, admitido em 2005 e que atualmente presta serviço na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador. No transcorrer das entrevistas alegaram de que as situações em que mais reprovavam na formação policial eram “as prisões e o excesso de faxina com humilhações freqüentes, algo que não tinha nenhuma instrução positiva para nossa formação”.

Intercalar variáveis com características distintas: ano de praça, motivações para o ingresso na Polícia, idade, sexo, nível educacional, condições sociais para o crime e demais relações, tem por objetivo demonstrar, inicialmente, o quanto o caráter militar é responsável pela escalada da violência interinstitucional, perpassando as fronteiras entre o legal e o ilegal, em que quase sempre a ordem subverte a lei.

2.2 Notas Goffmanianas: a mortificação institucionalizada

Nas abordagens goffmanianas, as instituições não substituem algo já formado por uma cultura específica. Entretanto, tudo depende do tempo em que os indivíduos vivenciem algum tipo de isolamento do mundo em que detêm sua primeira identidade, ocorrendo o “desculturamento”, “destreinamento”, espécies de “ressocialização”, de forma em que os tornam incapazes de reconhecerem um novo mundo que já fora teu dantes.

As instituições criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens (Goffman, 2003, p. 23).

Esta ressocialização, militarizada, sobrepõe o já adquirido pelo homem, antes de adentrar na instituição, eliminando atitudes e disposições adquiridas no mundo doméstico no período em que fica restrito aos centros de formação policial. Esse processo se realiza de forma abrupta, porém estrategicamente dirigida ao outro como algo necessário ao seu enquadramento aos ditames institucionais.

²⁹ A década de 1980 na Bahia foi o auge da polícia da farda azul, conhecida por sua ação truculenta na Região Metropolitana de Salvador, especialmente quando realizavam suas rondas nos bairros periféricos da cidade. O exemplo mais claro desta ação, militarizada, ocorreu no bairro do Beiru quando foi invadido pela Polícia, provocando inúmeras baixas.

Os indivíduos selecionados para participarem do quadro ativo da Polícia Militar são ordeiramente agrupados e isolados em Centros de Recrutamento, onde são iniciados em rituais institucionais, despindo suas disposições adquiridas e incorporando o *ethos* militar. Este novo modo de ser fragmenta e sobrepõe sua identidade externa, a partir de um *modus operandi*,³⁰ exclusivamente militar.

Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado (Ibic., p. 24).

Há um desvelamento do “eu”, impactando, progressivamente, suas crenças acerca de si e do outro, mutilação, estabelecido a partir da padronização e normatização das atividades rotineiras que impõe um limite de contato entre o indivíduo e a sociedade da qual faz parte.

A instituição policial, embora não possa se enquadrar numa instituição total resguarda para si os elementos desta categoria institucionalizando-se enquanto “quase total” quando institui aos novos ingressos: 1) o período de formação entre nove a um ano e seis meses - isolamento necessário para o processo de “ressocialização” dos indivíduos, facultando ao ingresso liberação apenas nos finais de semana³¹, isso se não estiverem impedidos por indisciplina; 2) a vigília e as sanções como forma de enquadramento ao sistema militar; 3) o treinamento policial como *modus operandi* quando rotiniza a vida dos ingressos sob o comando da “meia-volta, volver”³², processo de incorporação do *ethos* militar que tem por base a disciplina e o respeito à hierarquia; 4) preparação para o combate à criminalidade (ação repressiva) que sobrepõe à missão policial (ação preventiva).

Havia algo de que você reprovava no período de formação³³

SgtPM – O mês de adaptação: instrução, ordem unida, plantão em banheiro etc.

SdPM – Não. A única coisa que me incomodava era entrar em forma³⁴ porque muitos colegas desmaiavam por muito tempo expostos ao sol.

³⁰ Ver Bourdieu (1989).

³¹ De acordo com as informações dos policiais militares, ingressos nos anos de 2003 e 2005, os comandantes dos GR's – Grupos de Recrutamento - ligados aos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP – situados em Salvador, liberavam os alunos nos horários do almoço e da janta em virtude da ausência de suprimentos, e não por causa de uma mudança institucional frente à formação policial.

³² Ver Leirner (1997)

³³ Entrevista concedida pelos policiais militares que prestam serviço na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador, no dia 11 de outubro de 2006, e que ingressaram na Polícia Militar, respectivamente, em 1982, 1996 e 1981.

SgtPM – Disciplina. A Polícia naquele tempo era muito ruim e a gente era tratada como escravos. Eu acho que esse tipo de tratamento de espancar o povo se deve ao sofrimento que passamos no quartel. Havia muita perversidade entre os policiais com armação e espancamento. E o próprio comandante era conivente. Quando a gente pedia para falar com o comandante era 15 e 30 dias de prisão. A violência também depende da natureza do policial, mas tem muitos revoltados com a Polícia.

Goffman (2003) situa o mundo civil como local de preservação e, portanto da realização dos papéis e da sua correlação com o outro. Já no mundo institucional, a existência dos inúmeros papéis perturba sua realização, ocasionando o despojamento de tantos outros papéis. A estratégia utilizada é, sem dúvida, o confinamento - característica central das instituições totais e também daquelas que agregam seus elementos, mesmo que isso ocorra em períodos determinados, não contínuos, para a incorporação do *habitus* militar.

O rito de passagem se apresenta para uma parcela do efetivo como um instante necessário para o estabelecimento do “ser militar”, e para tantos outros como um sofrimento e total descaracterização de si. A fase de incorporação dos procedimentos institucionais corteja a força física, mas atinge excepcionalmente a “carreira moral” dos indivíduos que são forçados a apreendê-los rotineiramente.

Eu só tinha 15 dias no CFAP, e isso foi em 1996, quando estava rolando um baba³⁵ e a bola bateu em mim e aí joguei para longe. De repente um cara de short e camiseta branca igual ao meu colocou o dedo na minha cara dizendo que ele era aluno sargento e que eu iria ver o que era bom. Mande ele tirar o dedo da minha cara porque ele era igual a mim: um homem. Foi pior do que eu imaginei. Ele continuou me rebaixando por eu ser soldado e tive que me segurar para não quebrar a cara dele. Mesmo não quebrando a cara do cara fiquei punido por me defender, não de um sargento, mas de um cara que achava que era superior a mim e isso estar escrito na sua cara. É o que eu digo: esses caras acham que são super heróis e sua arrogância se multiplica lá dentro³⁶.

A mortificação, morte civil, tem início desde a admissão quando o indivíduo perde sua identidade externa, portanto social, expressa por seu nome – João, Pedro, Mario, Fernanda, Cleide, Luisa – passando a incorporar definitivamente dentro e até mesmo fora do serviço policial uma identidade que possa diferenciá-lo dos demais membros, utilizando o sobrenome como identidade funcional e também conhecida como “nome de guerra”³⁷ –

³⁴ Na formação todos os alunos devem entrar em forma, grupamento perfilado um atrás do outro, para realizarem todas as atividades do dia: café da manhã, almoço, horário de aula, janta e antes do toque de recolher (sinal que indica o recolhimento dos alunos aos respectivos alojamentos).

³⁵ Jogo de futebol em campo de terra batida.

³⁶ Entrevista com o soldado da Polícia Militar da Bahia que atua na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador, relatando suas experiências no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CEFAP. A palavra “praças” se refere aos soldados, cabos e sargentos na escala hierárquica militar.

³⁷ Nas entrevistas em que me foram concedidas pelos policiais militares muitos declararam que eram discriminados pela comunidade onde residiam pelo fato de estarem na Polícia Militar. Mesmo na vizinhança

Tavares, Lima, Oliveira, Santana, D’Almeida etc., num enquadramento operacionalizado nas atividades de rotina nos quartéis e junto à comunidade e até entre os seus familiares.

Goffman (2003) delinea o impacto destas substituições como “mortificações do eu através do corpo”, tendo por via a violência física, centrada nos treinamentos militares.

No idioma expressivo de determinada sociedade civil, alguns movimentos, algumas posturas e poses traduzem imagens inferiores do indivíduo e são evitadas como aviltantes. Qualquer regulamento, ordem ou tarefa, que obrigue o indivíduo a adotar tais movimentos ou posturas, pode mortificar seu eu. Nas instituições totais, são muito numerosas tais ‘indignidades’ físicas (Ibic., p. 30).

E para tornar ainda mais explícito tais mortificações, descrevo este fragmento:

O recruta, assim, como os demais, foi encaminhado ao campo de treinamento militar, uma grande área de arbustos cercada por todos os lados, onde entraria numa barraca de campo para testar a sua resistência quando fosse lançada a bomba de gás lacrimogêneo. A bomba estourou próxima a face esquerda do recruta, causando-lhe queimaduras graves. O incidente foi tratado com indiferença pelo sargento da operação que continuou suas atividades gritando e xingando os demais. O recruta, aconselhado pelos colegas, entrou com um processo contra o sargento pelo excesso no ato da operação e por danos físicos e morais. O sargento alegou que tais procedimentos faziam parte do treinamento e que não houve excesso, mas apenas um acidente como qualquer outro. O inquérito foi arquivado.³⁸

As mortificações se intensificam nas relações cotidianas dos ingressos baseadas em humilhações constantes, seguidas muitas vezes por cerceamento de suas falas. Um dos principais aspectos da instituição policial é a incorporação do padrão de diferenciação obrigatória nas instituições totais: os internados são obrigados, em sua interação social com o superior hierárquico, a verbalizarem atos de subordinação, caracterizando a diferença numa relação binária – superior/inferior - enaltecer o outro, prestando continência todas as vezes que um indivíduo de menor patente se fizer presente no mesmo espaço em que estiver o seu “Senhor” hierárquico.

Uma das facetas institucionais da Polícia Militar é representada pelo emblema militar preso na farda, designando a superioridade ou inferioridade de cada indivíduo. Quando o indivíduo adentra no espaço militar todos, automaticamente, sabem e são cientes da obrigatoriedade da ação, que devem tratá-lo com respeito ou indiferença, em virtude da insígnia que carrega no próprio corpo.

onde cresceram as pessoas não se dirigiam a eles pelo nome (João, Henrique, Fernando etc.), mas pelo nome de guerra: GOMES, SANTOS, SOUZA, sinal de respeito e até reverência, diferenciando-os dos demais moradores, numa súbita vitória institucional.

³⁸ Atividade realizada no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, no município de Governador Mangabeira, em 1997. O Centro foi desativado em 2001, passando a realizar suas atividades em Salvador, no bairro de Ondina, com regime semi-aberto. Os recrutas podem ir para casa à noite.

A antiguidade e/ou respeito de que cada praça detém estará definida por listas em forma de pirâmide no antebraço direito da farda: três listas – sargento; duas listas – cabo e uma lista - soldado. Para designar os oficiais como indivíduos superiores são instituídas na farda, tanto no lado esquerdo quanto no lado direito do ombro, estrelas brancas ou amarelas que se destacam na mínima aproximação. O poder de um recém-formado oficial (tenente) está resguardado pela subordinação dos praças (sargentos, cabos e soldados) ao seu superior hierárquico, pois este detém duas estrelas brancas e os demais com nenhuma que possa resignificá-los no seu papel enquanto indivíduo de direito. Esta escala de poder é prescrita a partir do alto escalão até chegar à base da sua pirâmide: o soldado que deve respeito a todos eles, indiscriminadamente. Mas afinal, quem deverá respeito ao soldado?

O soldado só adquire respeito junto aos outros soldados menos “antigos”, a partir da “antiguidade” que tem por critério o tempo de serviço. Porém, é raro um soldado prestar continência para outro soldado, algo já comum entre os oficiais da mesma patente. A busca pela superação desta defasagem de direitos é suprida na “área” – local das atividades policiais e da ambiência das comunidades empobrecidas. Dá-se, então, a luta por reconhecimento numa arena onde o respeito emerge a partir do excesso de força que asfixia e quase sempre mata.

As mortificações goffmanianas representam o que ocorre no universo dos centros e das academias militares, Forças Armadas, padronizando os procedimentos ordinários das Polícias Militares como tratamento rotineiro dentro dos quartéis (Castro, 1990). Proliferam comportamentos, seguidos de indignações, revoltas e também acomodações frente às normas e a cultura do lugar, onde todos são cerceados pela imposição de um duplo regulamento: o legal e o ilegal, inscrevendo uma configuração controversa da regra, portanto passível de sanções disciplinares.

As instituições totais afirmam sua preocupação com a reabilitação, isto é, com o restabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do internado, de forma que, depois de sair, manterá, espontaneamente, os padrões do estabelecimento (Goffman, op. cit., p.67).

O ápice da tarefa disciplinadora dos ingressos nas instituições policiais se dá quando se estabelece a “divisão moral do trabalho” e, conseqüentemente, uma distribuição desigual da moral pela diferença. Ou seja, o atributo moral e valorativo está mais próximo dos indivíduos que ocupam posições superiores do que dos indivíduos que se resignam na base da pirâmide.

A hierarquia policial militar é a organização em carreira da autoridade em níveis deferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, consubstanciada no espírito de acatamento à seqüência de autoridade (PMBA, 2001).

Tais diferenciações estão explicitadas nos regulamentos militares e, portanto devem ser seguidos mesmo que a orientação possa exprimir um tom de estranheza para o ingresso. Descreverei um fato longo, porém necessário para efetiva compreensão do impacto das diferenciações do atributo moral nas atividades policiais militares na cidade de Salvador.

No ano de 1998, ocorre a inauguração de mais uma Companhia Independente de Polícia Militar em um dos bairros da Orla Marítima de Salvador. Vale ressaltar que este bairro, assim como os demais, é cercado por um bairro periférico e populoso. Ambos os bairros guardam suas especificidades: enquanto o primeiro é de classe média alta com acesso aos bens e equipamentos de serviços públicos; o segundo é empobrecido e foi informalmente constituído, com equipamentos públicos precários, e de elevado índice de homicídio. Esta Unidade Policial convive com duas realidades, operacionalizando também formas distintas de tratamento. Além disto, conviviam com uma problemática questão das atividades realizadas pelos profissionais do sexo, travestis e prostitutas, que circulavam pelas ruas no turno que requer mais vigília e segurança: a madrugada³⁹. Num final de semana do mês de março do corrente ano, a guarnição formada por um cabo e três soldados recebeu ordens explícitas do oficial, orientado por seu comandante, de que não queria ver nenhum menino na sinaleira ou qualquer prostituta circulando na área. Caso isso ocorresse todos sofreriam sanções disciplinares. Durante a operação noturna a guarnição abordou 02 travestis que se recusaram a sair da área, alegando explicitamente que a área era pública. Os policiais conduziram os travestis até a praia e os obrigaram a nadarem o mais longe possível. Um deles morreu, causando a maior crise nas “ações comunitárias” da Polícia Militar. Os praças alegaram de que estavam seguindo ordens, ao mesmo tempo em que os oficiais se eximiram de qualquer envolvimento no ocorrido.

Incontestavelmente, o elemento suspeito, mesmo em que dentro do discurso da preservação da ordem pública, carrega a mácula da negação do direito, elevando os novos ingressos à socialização precisa e necessária – um tipo de higienização e ressocialização simultânea do mundo civil, passando a agir diferentemente do outro com as prerrogativas sancionadas e impostas pela instituição em voga.

Da mesma forma em que os praças, especificamente os soldados, com fraca valoração moral, devem deferência ao superior hierárquico, aqueles que estão fora desta

³⁹ De acordo com os dados de pesquisas: Programa de Redução de Danos Sociais (2001); Fórum de Combate à Violência (2003); Polícia: Subúrbio e Orla Marítima, os turnos mais perigosos para se transitar na cidade de Salvador são à noite e à madrugada. Ver Anexo.

pirâmide, ou seja, os civis, devem deferência a imposição de sua autoridade. Portanto, se prescreve para toda instituição que incorpora os elementos de uma instituição fechada certa impermeabilidade em seu estabelecimento, como meio de estabilidade e preservação de uma moral legitimada pela patente e pela subordinação.

A subordinação é o respeito ao princípio da hierarquia, em face do qual a ordem dos superiores, salva as manifestações ilegais, devem ser plena e prontamente acatadas (PMBA, 2001, p. 84).

Foram analisadas até o presente, características comuns das instituições totais sobre as instituições militares, a exemplo das mortificações. Situado, agora, um aspecto primordial desta discussão: a obrigatoriedade do indivíduo:

Participação, identificação e ligação emocional. Portanto, a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão (Goffman, op. cit., p.147).

Esta relação, ao mesmo tempo em que exige postura e empreendimento dos indivíduos, imprime implicitamente certo limite no acordo estabelecido. Ou seja, existem mais fragmentos envolvidos nesta relação do que se projeta diante do caráter vigente – associação de vínculo social e restrições. Nesta argumentação percebem-se tanto fragmentos durkheimianos no que se refere aos vínculos – coesão social⁴⁰ -, quanto aos tipos de validade de direitos e obrigações contratuais por uma normatização burocrática weberiana⁴¹.

Realizando atividade de campo junto aos policiais militares do Subúrbio Ferroviário⁴², entreguei os questionários para três policiais, inicialmente, e logo após chegou outro com um jeito alegre e disposto, declarando-se evangélico pelas graças do Divino Espírito Santo. Nas inúmeras brincadeiras, este fez questão de responder todo questionário lendo em voz alta para que todos pudessem saber sua opinião sobre cada questão solicitada. Quando se deparou com a questão número 36 – “Matar marginal é crime”⁴³, respondeu afirmativamente pautado no evangelho de Romanos 13, versículo 1-5, sob o título “submissão à autoridade”:

⁴⁰ Ver Durkheim (1990).

⁴¹ Ver Weber (1991).

⁴² Atividade de campo realizada em 2005, no Subúrbio Ferroviário de Salvador que abriga 22 bairros, abrigando uma população de quase 500 mil habitantes para um efetivo policial de aproximadamente 400 pessoas. Ou seja, 01 PM para cada 1750 habitantes; ao contrario do que ocorre nos bairros da Orla, onde há 01 PM para cada 220 habitantes. Ver A Outra Face da Moeda.

⁴³ Esta questão retirada da nova versão do questionário aplicado em 2006, junto aos policiais militares, em virtude da complexidade da pergunta para o efetivo militar.

Toda alma esteja sujeita as potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas de Deus... Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal. Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência.

À adesão aos símbolos e adaptação das formas de identificação e auto-definição da instituição garantidora da ordem se estabelece numa relação mútua de reconhecimento. Não se pode desprezar que a instituição dota o indivíduo deste novo olhar sobre as formas e as imagens que o motiva, coletivamente, a enfrentar os limites das suas atividades rotineiras, seja ela interna ou externa ao mundo institucional do qual faz parte.

Há um limite considerável de confiança estabelecida para tal enfrentamento, especialmente àquele atrelado às gratificações, material ou simbólica, que estimulam certas operações travadas entre o corpo militar e a população assistida, tendo por resultado um dano irreparável ao mundo civil: os impactos da violência, em especial do elevado índice da letalidade policial praticada contra os jovens em idade economicamente ativa no país. Mas, as explicações para tal fenômeno só serão possíveis pelo método relacional, comparando contextos e condições sociais porque “aquele que se deixa conduzir pela acepção recebida corre o risco de distinguir o que deve ser confundido ou de confundir o que deve ser distinguido, de desconhecer, portanto o verdadeiro parentesco das coisas entre si e, por conseguinte, de se enganar sobre a natureza destas” (Da Matta, 1982, p13).

Interpretar a violência policial apenas pelos índices de letalidade policial e as taxas de mortalidades no país, criando para o policial militar a caricatura do *homo brutalis*, excluindo os seus determinantes internos (processo de formação militar) e as especificidades da sua relação com a sociedade e consigo, nos conduzirá aos caminhos já trilhados por muitos: desfiguração do outro lado da moeda social. Para reverter uma lógica habitual das narrativas sobre a violência, devemos transpor o caráter corretivo e incorporar o caráter compreensivo de dado objeto, a fim de perceber o processo de sujeição em que os policiais militares não estão isentos. Assim, ter acesso às narrativas da violência sob a ótica dos policiais militares nos possibilitará dissecar o fio condutor dos elementos constitutivos das práticas policiais.

3. Notas metodológicas: a objetivação do olhar sociológico

Iniciar uma pesquisa de campo requer, além do domínio acerca do objeto a ser estudado, uma consistente objetividade acerca dos sentidos e dos efeitos que a nossa inclusão, elemento estranho, pode provocar em dada ambiência social. Além dos prováveis motivos que motivaram o entrevistado (policia militar) a aceitar as regras do jogo, podemos imaginar de que o entrevistado não tem nenhuma e/ou quase nenhuma consciência deste jogo, fato que nos deixa desatento ao que ele realmente desconhece. Neste caso, faz-se necessário compreender menos o que é dito e redobrar a atenção para o porquê dos não ditos.

Um dos principais fatores do controle-limite entre o pesquisador e o pesquisado é a superação da distância social entre ambos, pois diante de um contato, seguido pela interrogação, a assimetria se apresenta e tende a ser redobrada com a imposição do jogo diante do contato.

A clareza acerca do mercado dos bens lingüísticos e simbólicos (Bourdieu, 1997), existentes no contato com o objeto, responsável pela dessimetria social, projeta a observação-participante como uma provável medida “eficaz” de superação da distância social, fato que envolve o pesquisador nas rotinas diárias e familiares do pesquisado e, assim, criam-se laços de solidariedade entre ambos: pesquisador e pesquisado. Mas até que ponto o limite entre ambos estará sendo controlado, redobrando os riscos de perder-se no jogo do seu próprio objeto?

Até o momento havia exposto as dificuldades e os riscos existentes do entrevistador, onde tenta reduzir uma distância social diante do teu objeto, utilizando meios de tornar-se menos *outsider* intervindo no ambiente por meios de outrem e/ou participando ativamente das rotinas que pretende conhecer e analisar. Neste caso, o pesquisador se torna também objeto da própria análise, ao posicionar-se do mesmo lado do muro, destilando a distância social e que agora lança os limites da sua própria questão metodológica.

Reduzir as complexidades em que o objeto de pesquisa imprime e impõe ao pesquisador alcançam outros níveis, ainda mais conflitantes, quando o mesmo pesquisador adentra no espaço em que já foi objeto e que agora tenta compreendê-lo.

A acumulação da própria experiência enquanto objeto e o conhecimento sobre o mercado dos bens lingüísticos e simbólicos do grupo em que pretende intervir, tanto pode dificultar o acesso (suscitar temor e desconfiança perante os membros do grupo) quanto pode tornar mais fácil à acessibilidade do pesquisador ao seu objeto de análise. Porém, o outro, o

ser observado, percebe nitidamente uma oportunidade de se vê no outro e torná-lo também um elemento de controle.

No entanto, ambas as situações requerem atenções redobradas, pois podem levar mais ou menos o mesmo tempo para se situarem satisfatoriamente no campo, sem, contudo, possuir o controle-limite necessário no contato com o objeto de análise. Diante disto, passo a relatar minhas experiências junto aos policiais militares da Bahia, tanto como pesquisadora quanto objeto da minha própria análise, haja vista que ninguém estará isento de prender-se no traçado que pensa conduzir.

3.1 O reconhecimento de si dentro do campo: pesquisador – objeto - pesquisador

Observar as rotinas e as práticas dos policiais militares sempre foi à ordem do dia no período em exerci minhas atividades na Polícia Militar⁴⁴, seja administrativamente ou no policiamento ostensivo (PO a Pé), e havia nesta relação um estranhamento duplo: do policial militar que por vezes se sentia constrangido diante da minha presença, na atividade policial, quando era questionado sobre certas práticas que mantinha em serviço (excesso de altivez, descompromisso com o serviço etc.); e da minha condição de estudante de sociologia, envolvida em outra ideologia que não era à Militar. Ou seja, como compatibilizar esses dois mundos sem persuadi-los diante da névoa ambivalente (Bauman, 1999) na corporação militar? Este foi o desafio que imprimi durante todo o período da formação acadêmica, e até mesmo depois que retornei ao campo para entrevistar os policiais militares.

Para adentrar no universo da Corporação Policial Militar, fez-se necessário não apenas conhecer a sua estrutura, mas essencialmente desvelar-me dos pré-conceitos e enxergar o indivíduo-objeto (policial militar) como parte necessária da minha própria experiência. Assim, precisava ser compreendida, antes de divergi, através dos códigos e das múltiplas visões de mundo do policial – um exercício que passei a me impor diariamente. Por outro lado, os impasses burocráticos para ter acesso não obtiveram êxito, pois a postura dos policiais militares diante de um elemento que trazia em si uma ambigüidade almejada: aquela que já foi e que agora não o é, mas ainda tem interesse por eles, e que por isso deve ter acesso não enquanto um estranho qualquer, mas como o outro ainda de “casa”.

⁴⁴ Particpei do quadro ativo da Polícia Militar da Bahia durante 07 anos, prestando serviço, em especial na Unidade de Planejamento Operacional – UPO, responsável pela alocação do efetivo na área delimitada das Companhias Independentes de Polícia Militar.

O não reconhecimento de si dentro de um campo depende, essencialmente, do aporte moral de cada ator social dentro de um universo que imprime uma marca bem similar às categorias de marginalização (policial, prostituta, terrorista, criminoso, carrasco, favelado etc.). Na visão dos entrevistados (policiais militares), quem já fez parte do quadro ativo da Polícia Militar não deixar de ser “militar” pelo simples fato de sair da corporação, pois a sociedade tende a marcá-lo, depreciando-o e/ou requisitando-o para exercer atividades de outrora: o vigilantismo.

Os policiais militares vêem a sociedade como uma esfera à parte do seu viver cotidiano, exigindo-os mais e mais segurança, e que para isso elege o bloco que deve ser responsabilizado pela desordem aparente e pela investida no e/ou do controle social: o bloco periférico da cidade, no qual grande parte do efetivo militar faz parte e/ou é oriundo deste.

O meu primeiro contato junto aos policiais militares foi realizado nos próprios locais de suas atividades: quartéis, módulos e viaturas. Ao saber do objeto da pesquisa, houve receio, pois não lhe é permitido conversar com pessoas externas à corporação militar com assuntos que cercam o dia-a-dia das suas rotinas de trabalho. Na visão do efetivo militar apenas o militar é capaz de compreender os códigos e as justificativas das suas ações frente à violência. Houve resistência dos policiais militares acerca dos objetivos da pesquisa, já que no primeiro contato não havia me apresentado como ex-membro da corporação militar.

Isso se justifica porque os militares têm aversão à presença dos representantes da Comissão dos Direitos Humanos, alegando que tal Comissão só defende “marginal”, ao passo em que recai sobre eles a culpa pelos crimes praticados contra esta “classe”. Ou seja, os “marginais” têm mais direitos do que os operadores da lei e até mesmo sobre qualquer outro cidadão - uma questão bastante recorrente quando se aborda a temática da violência urbana.

O consentimento dos policiais militares para iniciar a pesquisa de campo, entrevistas, só foi possível diante da minha identificação de ex-militar. Logo houve uma adesão aos propósitos da pesquisa em virtude da minha condição de “liberta”⁴⁵ das amarras da Polícia Militar, incitando curiosidade por parte da tropa.

Um número pequeno, mas significativo, encarava essa condição de ex-policial ambígua e por isso um perigo iminente, sempre questionando minhas intenções com as seguintes perguntas: “esta pesquisa foi encomendada pelo Comando da Polícia?“, “Isso vai

⁴⁵ A condição de liberta foi definida por um policial militar, informando-se de que muitos policiais também desejavam livrar-se, mas ainda não dispõem das condições necessárias para “chutar a lata” e abandonar a tirania da Polícia Militar sobre suas vidas.

para os Oficiais?” “Por que você saiu da Polícia?”, “Por que está interessada em saber o que penso se você sabe o que se passa por aqui?”.

As reações dos praças⁴⁶ já eram previstas, em virtude do meu conhecimento sobre o controle imposto aos policiais dentro da instituição. O policial militar não tem o direito de relatar e/ou declarar situações que ocorram em suas atividades cotidianas, ficando por isso em constante vigília “no que se fala, para quem se fala e para quem tal relato será encaminhado”.

A condição de ex-policial me permitiu não apenas adentrar no espaço reservado ao policial militar, mas também objetivar o olhar sociológico e tornar-me vulnerável, em alguns momentos, diante dos discursos que são pertinentes para a legitimação da razão de ser policial.

No trabalho de campo, comungo do pressuposto de White (2005, p. 21) ao propor que, além de conhecer as estruturas e os padrões vividos pelas pessoas, devemos “conhecer as pessoas para descobrir, a partir delas mesmas, a natureza da sociedade em que vivem”. Este movimento deve se realizar de dentro para fora, do policial para a instituição - uma incursão ainda pouco realizada por alguns estudiosos que tratam da conflituosa relação entre a Polícia e a Sociedade.

3.2 Os limites do campo: a visão que quase sempre ilude

A vivência no cotidiano da corporação policial foi imprescindível para compreender a minha própria situação diante do grupo, onde o “outro” se reconhecia em mim, refletindo desejos e possibilidades de esclarecimentos. Mas para vislumbrar tais desejos, um dos lados deveria negociar os seus limites no contínuo jogo pelo reconhecimento.

Objetivar o olhar científico sem reduzir a especificidade do objeto, compreendendo a si e ao outro ao mesmo tempo, requer certo controle no processo de interação social. E o principal risco da pesquisa é conduzido pelo próprio pesquisador em sua atividade de campo: achar que tem total controle sobre o objeto e que sabe o necessário para conduzir a pesquisa com a eficácia pretendida.

O trabalho de campo produz no observador-pesquisador uma sensação de controle acerca do objeto, haja vista que imaginamos ser o outro leigo quanto às técnicas e aos métodos da nossa pesquisa, repassando apenas aquilo que porventura possam captar. Mas acabamos por menosprezar o conhecimento acerca do terreno (códigos e normas), no qual

⁴⁶ Os praças são classificados a partir da escala hierárquica, oriunda das Forças Armadas, da Polícia Militar: soldados, cabos e sargentos.

desejamos captar ao transpor uma barreira que quase sempre nos esquecemos de desmontar quando iniciamos nossas incursões em campo: os preconceitos e o desconhecimento sobre um objeto multifacetado.

O véu que encobre a especificidade de dada relação, pesquisador-objeto-pesquisador, desvela aquilo que é pertinente e permissivo ao olhar etnocêntrico do observador. A perspectiva do jogo motiva a ambos os participantes, pois são observadores potenciais de si e do outro. Entretanto, a responsabilidade do controle-limite do campo passa pelo clive do pesquisador, já que é ele quem apresenta e inicia o jogo, mesmo que não seja o real finalizador.

Escrever sobre os efeitos das percepções do outro diante do seu reflexo, fez-me ponderar acerca da esfera turva do meu objeto. Ou seja, este não estaria tão claro quanto se poderia pensar e imaginar quando conduzimos a fala do policial militar para fora das cercanias e da vigilância, algo de que faz parte da sua formação, mas que é transferida para o “outro” enquanto medida cautelar de controle social: a violência. Nós estaríamos nos observando, dosando os nossos impulsos na medida em que nos permitíamos desvelar a nós mesmos.

De fato, reconhecer no outro uma face que tentamos ocultar em nós faz do contato um instante com altíssimo grau de adrenalina e de disfarce. Mas o jogo prossegue, mesmo com certo incômodo, porque há possibilidades de mostrar o que é real a partir daquilo que parece ser e não o é.

O disfarce ganha espaço excepcional nesta relação porque não se pode ser o que se é, há não ser pela via aberta do reconhecimento: conhecemos e por isso queremos descobrir todas as coisas a partir de uma lógica que nem sempre se apresenta límpida, mas conduz ao desvelamento das percepções dos policiais militares sobre sua missão policial.

Tem algo de bom em ser policial?

SdPM – Sim. Por ajudar uma pessoa, salvar vidas. Porém, o Estado tirou esse direito ao tirar o direito de portar algema e portar arma - algo que era para nossa própria segurança.

SdPM – Quando realizo prisão e sou reconhecido pela comunidade (aperto de mão, agradecimento) e por parte da Polícia não há nenhum elogio.

SdPM – Sim. O respeito que a sociedade, às vezes, reconhece. A ostensividade da Polícia em evitar o crime, mesmo que certos oficiais não reconheçam.

SdPM – O bom é ajudar ao próximo, evitando que algumas situações cheguem ao extremo (violências). O respeito infelizmente não existe por causa até de alguns policiais mais antigos. Quando

eu era menino eu respeitava. **Por quê?** Porque era Polícia. Ninguém chegava perto da Polícia. Era legal isso tudo. E os de hoje olha mais com desprezo.

SdPFem – Polícia de antes ou de hoje? Antes era melhor porque tinha respeito. Hoje em dia tem gente gritando na sua cara e o Polícia fica calado. As pessoas usam a imagem de antes para prejudicar o policial de hoje, cidadã. Se você não se impor todo mundo monta em você.

Nas falas dos policiais sobre o que há de bom em ser policial, evidenciamos tentativas de contrapor o ato danoso do controle (força/violência) ao ato humanitário (salvar/ajudar) do ser polícia. Entretanto, tais falas são acompanhadas pelo descontentamento e pelo não reconhecimento por parte da população e também da atual conjuntura dos Comandos da Polícia Militar ao esforço em que o policial militar realiza em suas atividades rotineiras com o objetivo de tornar mais próspera tal relação.

A urgência pela retomada do sentido real de ser “polícia” tem o seu fundamento e a sua refutação nos tempos em que ser polícia era exercer a autoridade com total liberdade para alcançar a eficácia no combate ao crime. Entretanto, há uma bifurcação nesta narrativa: a perda do respeito por parte da Polícia se deve aos policiais mais antigos, assim como os mesmos são acionados pelas reminiscências dos próprios policiais para elevar o sentido de ser polícia. Coloca-se na berlinda “os mais antigos” quando se quer projetar o lado humanitário da ação policial, ao passo em que os recrutam buscam o ideário de “autoridade” almejada pelos policiais “mais novos” da corporação policial.

Os mais antigos são também tratados pela corporação como um empecilho para a consolidação de uma nova polícia, ao fincar resistência contra os novos métodos e práticas policiais. Mas a forma utilizada para reduzir tal dano é alojar “os mais antigos” nas Unidades Policiais que funcionam nos bairros periféricos da cidade, numa tentativa de deixar incólume dos vícios os policiais formados com os pressupostos da Polícia Cidadã.

No ato de reduzir danos acaba-se por gerar no imaginário dos “novos” formandos uma insatisfação diante do sistema de diferenciação da segurança pública nas distintas áreas de atuação policial, já que são “tudo polícia”. O vigilantismo sobre o policial militar se processa com muito mais intensidade e eficácia nas áreas nobres do que nas áreas periféricas, e se apresenta com mais frouxidão para os policiais militares que trabalham com em áreas mais empobrecidas da cidade.

Acirram-se os ânimos e os conflitos existentes entre a Polícia e a Sociedade que sobrevive entre a polícia-força e a polícia-serviço, atrelando tais danos às reivindicações dos policiais militares por reconhecimento. As condições precárias de trabalho e insuficientes

gratificações simbólicas, mais detidamente nas áreas periféricas, sobrepõem a polícia-serviço pela polícia-força.

O confronto diário entre Polícia versus Sociedade, mas também excepcionalmente entre os policiais e a autoridade policial militar, resume e denota o que um policial militar relatou sobre a formação policial: “preparavam bichos para lhe darem com a população, tudo revoltado, criando o ódio para com a comunidade”.⁴⁷ E que segue a mesma linha de raciocínio de tantos outros policiais.

Havia algo de que você reprovava no período de formação?

SgtPM – Humilhação e perseguições.

SdPM – A fase arredia da instrução: muita humilhação e traquejo.

SdPFem – O militarismo: humilhação e traquejos.

SdPM – O traquejo (humilhação ao ser obrigado a pagar apoio): banho de lama (muitos tiveram problemas de pele – algo que não enriquece em nada nossa função. Só faz baixar a auto-estima, endurecendo sua essência, criando um indivíduo por vezes violento. **É isso que cria o PM violento?** Isso expande, mas o cara já nasce violento.

SdPM – O militarismo não tinha nada haver com a ação da Polícia com a comunidade. A parte mais dada era o militarismo que era para guerra.

SdPFem – Humilhação. Não houve lição nenhuma naquilo. Houve muito constrangimento⁴⁸.

SdPM – O dia-a-dia é que nos ensinava a ser Polícia. Para eles, o recruta tem que sofrer mesmo, mas para mim não tem nada haver estimular o traquejo e as humilhações.

No período de formação, processo em que ocorre a incorporação da identidade militar, os policiais passam por provas que exigem força física e resistência psicológica. No entanto, a formação estritamente policial cede lugar à formação militarizada, onde o inimigo se apresenta em todos os momentos da rotina dos alunos, agregado ao peso infalível da hierarquia militar.

O primeiro confronto dos ingressos se dá na própria recusa ao confronto pela imposição de um inimigo real e danoso - o militarismo. Esta mesma forma de controle,

⁴⁷ Trecho de uma entrevista concedida por um sargento da Polícia Militar da Bahia que ingressou na corporação na década de 1980.

⁴⁸ Tem situações desnecessárias. O dia do Choque (treinamento no Batalhão de Choque): acabam com sua vida com pressões psicológica e agressões. Colocam-nos em barreiras e começam a jogar coco nas nossas cabeças e nas pernas, além do gás. Dizem que é bom para ser mais forte, mas no total não contribui com nada. Certo dia, uma oficial colocou todas as policiais no pátio do quartel, exigindo que, enquanto corriam, tirassem os tênis, as meias, e a própria blusa branca (a maioria ficou de sutiã), enquanto toda administração, formada só pelo efetivo masculino, ficava de camarote se deliciando com o ridículo que estávamos passando. Quem mais massacrava a gente na formação eram às mulheres. Nós sofremos muito.

recusada pelos ingressos e até hoje pelos policiais, é reproduzida no contato com as populações empobrecidas da cidade, onde utilizam o enquadramento militar como forma também de poder. Mesmo o mais rigoroso disfarce deixa brecha diante de uma interação reflexa e objetivada pelo olhar sociológico. Nenhum dos policiais militares entrevistados declarou que havia correlação entre a ação truculenta (violência) e a período de formação policial. A resposta era unânime: a violência faz parte da índole de cada indivíduo.

No decorrer das entrevistas, intercalando as perguntas, a conversa vai fluindo e assim evidenciamos alguns fragmentos importantes que contribuem e muito para esta análise: o caráter militar na formação policial. Assim, ao mesmo tempo em que somos observados e conduzidos a captar apenas o que é possível projetar e convir, os detalhes quase sempre turvos aos olhos, mas em algum momento será possível e necessário captá-los no exercício vivaz da reflexividade.

3.3 A escolha dos métodos

A pesquisa de campo foi realizada com o objetivo de dissecar como a violência era percebida pelos policiais militares em suas atividades rotineiras em distintas áreas da cidade de Salvador: a Orla Marítima e o Subúrbio Ferroviário. Assim, fiz uso de vários recursos e métodos, a fim de apreender de forma significativa a complexidade do meu objeto de investigação: o policial militar.

A utilização dos métodos de pesquisa, quantitativo e qualitativo, foi imprescindível para compreender e trilhar o discurso do policial militar, tornando esta pesquisa exequível e esclarecedora. No entanto, agregar o método quantitativo e qualitativo não é tarefa fácil. Compreender a lógica e as capacidades de uma pesquisa é se permiti continuamente avaliar os métodos escolhidos, a fim de cobrir satisfatoriamente o desenho e a análise da pesquisa, especialmente quando se está manipulando dados que nos chegam contaminados pelas percepções e pelos discursos que raramente não sejam contraditórios. Para tanto, faz-se necessário utilizar algumas ferramentas que são imprescindíveis para análise: teste de significância e medida de associação associando-os ao discurso impetrado por cada sujeito em suas tentativas de convencimento, portanto válidos.

3.3.1. Abordagem quantitativa

- O plano de amostragem

A cidade de Salvador possui 2.673.560 habitantes, sendo que 603.505 habitantes se concentram na extensão da Orla Marítima, e aproximadamente 600 mil habitantes se concentram no Subúrbio Ferroviário de Salvador. A cidade está dividida por Regiões Administrativas, e não por bairros delimitados, em decorrência da topografia da cidade e das invasões que se formaram ao redor de outras áreas delimitadas.

O plano da pesquisa foi direcionado para uma amostra aleatória simples de conglomerado, porém com as dificuldades de acesso ao documento necessário para o sorteio (escalas de serviço), as Unidades Policiais foram escolhidas levando-se em consideração a localização em áreas distintas da cidade de Salvador: uma Unidade Policial na Orla e uma Unidade Policial no Subúrbio Ferroviário, além do prévio conhecimento obtido junto aos policiais militares, enquanto fazia parte da Corporação Policial Militar.

Foram escolhidas para esta pesquisa duas Companhias Independentes de Polícia Militar, localizadas nas áreas da Orla Marítima e no Subúrbio Ferroviário. Um dos principais critérios para a escolha das Companhias Independentes foi à distorção na distribuição do efetivo policial e a condição de trabalho oferecida aos policiais militares que prestam serviço nestas áreas⁴⁹.

O efetivo selecionado se restringe aos praças (soldados, cabos e sargentos), em decorrência de estarem cotidianamente no trabalho operacional (Módulo, Rádio Patrulhamento e PO a Pé), e concomitantemente envolvido com os conflitos e as tensões que cercam as relações entre a Polícia Militar e as comunidades locais na busca por segurança e manutenção da ordem pública.

- Elaboração e aplicação do questionário

O questionário foi elaborado a partir do modelo aplicado junto aos moradores dos bairros do Subúrbio Ferroviário - Programa RDS – e adaptado ao contexto da atividade policial, que inicialmente tinha 109 perguntas, sendo posteriormente expandido para 129 perguntas, subdivididos em quatro blocos: 1) características socioeconômicas; 2) estrutura da unidade e seus instrumentos de trabalho; 3) visão sobre a Polícia e sua relação com a

⁴⁹ Ver Anexo

população dos bairros; e 4) participação política. Foram inseridas algumas perguntas abertas no intuito do entrevistado expressar sua opinião sobre suas seguintes relações: o Comando da Polícia, a hierarquia militar, a comunidade, a Comissão de Direitos Humanos, a Polícia Cidadã etc.

Os questionários foram preenchidos de forma anônima nos locais de trabalho de cada policial. Essa estratégia foi escolhida pelos conflitos existentes entre o Comando, representado pelos oficiais, e os praças (soldados, cabos e sargentos) quando estes últimos eram obrigados a participarem de pesquisas ou de qualquer atividade que estivesse fora da sua escala de serviço.

Cada questionário foi entregue diretamente nas mãos dos policiais, sem nenhum tipo de intervenção dos oficiais. Inicialmente, o questionário foi aplicado individualmente nos seus postos de serviço. Porém, com a confiança adquirida junto aos policiais muitos chegavam aos módulos na hora do almoço e preenchiam com o policial de plantão. Com o avanço da pesquisa, resolvi chegar às Unidades Policiais pela manhã, antes do expediente, para ter a oportunidade de aplicar os questionários com os policiais que trabalhavam no Rádio Patrulhamento⁵⁰, já que estes policiais estavam sempre em ronda pelos setores da Unidade Policial.

Esta pesquisa foi realizada com a participação de 101 policiais militares, sendo 65 homens e 36 mulheres. Os policiais do Policiamento a Pé seguiam para os módulos, quase sempre no final da manhã para possibilitar o horário de almoço do policial de plantão, além de participar desta pesquisa. Muitos questionários não foram devolvidos pelos policiais, especialmente àqueles que trabalhavam nas viaturas, fato que impossibilitou uma maior extensão da amostra.

- Processamento e análise dos dados

O processamento dos dados foi realizado no software SPSS versão 12.0, gerando 225 variáveis. A partir de então, foi produzida descrição de frequências simples e cruzamentos de variáveis. Os dados foram analisados comparando com as duas Companhias Independentes, a partir das seguintes variáveis: idade, tempo de serviço, sexo, cor, localidade de moradia; fatores que concorrem para o crime; o que provoca a violência policial etc.⁵¹

⁵⁰ Atividade realizada com viatura e/ou moto.

⁵¹ Ver em Anexo

Para uma verificação estatisticamente significativa desta análise foi utilizado o teste Qui-quadrado de Pearson que avalia a associação entre as variáveis em tabelas de contingência, o grau e a significância da associação encontrada.

As diferenças encontradas podem ser aceitas quando são estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Neste caso, estarei utilizando ($p < 0,10$), a fim de expandir minha análise.

3.3.2 Abordagem qualitativa

- Elaboração do roteiro da entrevista

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir dos resultados das questões abertas inseridas no questionário aplicado junto aos policiais militares tanto no Subúrbio Ferroviário quanto na Orla Marítima. O trabalho foi realizado a partir de duas técnicas: entrevistas semi-estruturadas e observações de campo. As entrevistas foram realizadas com 28 policiais militares policiais, levando-se em consideração a interação entre pesquisador e entrevistado, a fim de discorrer sobre o fenômeno da violência e captar as opiniões dos policiais militares sobre o assunto.

O roteiro foi dividido em 05 blocos de análise: formação policial, visão sobre a Polícia, família e amigos, trabalho policial e mudanças na Polícia⁵².

A observação de campo foi realizada durante as diversas incursões realizadas tanto na aplicação dos questionários, pesquisa quantitativa, quanto nos encontros para as entrevistas junto aos policiais militares, pesquisa qualitativa. A partir da elaboração do roteiro foi possível captar os discursos e observar as contradições acerca das condições de trabalho e as impressões dos policiais sobre si e sobre a comunidade que presta serviço. Em contato diário com os policiais militares no próprio posto de serviço (módulos e viaturas) experimentei a sensação do medo de que fala os policiais militares, expressa durante as entrevistas.

Os critérios para a seleção da amostra qualitativa seguiram os mesmo critérios da amostra quantitativa: unidades policiais de áreas distintas (Subúrbio Ferroviário e Orla Marítima); áreas pobres e de classe média alta, além da distorção na distribuição do efetivo policial militar e das condições de trabalho.

⁵² Ver no Anexo.

4. Distribuição do Efetivo da Polícia Militar da Bahia: a duplicidade da Segurança Pública

Os bairros e micro-bairros da cidade de Salvador estão agrupados em Regiões Administrativas – RA's – que se diferenciam pela renda *per capita*, população, classe, raça/cor etc. A distribuição dos recursos da segurança pública segue essas diferenças econômicas e sociais. As áreas nobres da cidade, especialmente os bairros da Orla Marítima, possuem um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - semelhante aos dos países da Europa (0,965), ao passo em que as áreas empobrecidas possuem IDH próximo aos dos países da África (0,653).

A cidade de Salvador possui uma população estimada de 2.673.560 habitantes⁵³ e um efetivo de 5.410 policiais militares distribuídos entre as 27 Companhias Independentes de Polícia Militar, sob o Comando do Policiamento da Capital, abarcando os 13% do efetivo total que prestam serviço no território baiano⁵⁴, de acordo com a tabela abaixo (Silva, 2004, p.6):

Tabela 1
Distribuição do efetivo da PM/2004

ALOCAÇÃO DO EFETIVO	EFETIVO	%
1° CPR ⁵⁵	4.818	11,6%
2° CPR	4.809	11,5%
3° CPR	2.320	5,6%
4° CPR	1.382	3,3%
CPOM	1.453	3,5%
CPE	4.019	9,6%
CPC	5.410	13,0%
CBOM	2.323	5,6%
ATIVIDADE ADM/NÃO OSTENSIVA	15.142	36,3%
TOTAL	41.676	

Fonte: SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia

Os dados da tabela 3 evidenciam uma alta concentração de policiais militares em atividade administrativa – não ostensiva, agrupando 36,3% do efetivo total. De acordo com Silva (2004), a alta percentagem desta atividade também está relacionada com os policiais militares afastados da PMBA e/ou aqueles que recebem seus rendimentos junto à área Administrativa. Porém, mesmo assim, há uma concentração de policiais na atividade administrativa, fato este que impacta a segurança pública do Estado.

Além desse efetivo, a PMBA conta mais 430 funcionários civis divididos entre assistente social, auxiliar de enfermagem e de serviço de saúde, atendente rural, enfermeiro, estagiários de nível médio e universitário, farmacêutico, médico, médico veterinário, nutricionista, fisioterapeuta, outros técnicos de nível médio e

⁵³ Segundo Censo Demográfico IBGE, 2000.

⁵⁴ Ver Mapa da Distribuição dos Comandos de Policiamento da Polícia Militar da Bahia, em Anexo.

⁵⁵ Comando de Policiamento da Região – CPR.

superior, odontólogo, professor, protético, psicólogo e técnico em laboratório e radiologia (Silva, 2004, p. 6).

José Apolinário Silva (2004), estatístico e capitão da PMBA, realizou um estudo minucioso sobre a distribuição do efetivo policial no território baiano, assim como a distribuição das Companhias Independentes nas distintas áreas sob comando da PMBA⁵⁶.

Tabela 2
Alocação do efetivo da PMBA - distribuídos por Municípios

Comando	EFETIVO (Fonte: PM)	Nº de Unidades	Nº de Municípios	População	Habitante/ PM
1º CPR	4.818	17	164	3.964.663	823
2º CPR	4.809	12	115	3.259.051	678
3º CPR	2.320	07	45	1.284.007	553
4º CPR	1.382	08	79	1.644.644	1190
CPOM	1.453	08	12	714.309	491
TOTAL	14.782	52	415	10.866.674	1/735

Fonte: SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia

Comparando os dados das tabelas 3 e 4, percebemos de que o Comando de Policiamento da Capital – CPC contabiliza 5.410 policiais distribuídos em 27 Unidades de Policiamento de Área numa área de 707 Km², tendo 494 habitantes por 01 Policial Militar - PM, em total vantagem com os demais comandos, seja por efetivo, área e população; os Comandos de Policiamento das Regiões: I, II, III e IV, abrigando 44 Unidades Operacionais, distribuídos por 403 municípios, numa área de 560.318,0 Km² e uma população de 9.966.524 habitantes, contabilizam 811 habitantes por PM. Porém, assim como em Salvador, há uma concentração do efetivo policial militar nas principais cidades sedes dos Comandos Regionais: ao Leste - Faria de Santana; ao Sul - Itabuna; ao Norte - Juazeiro e ao Oeste – Barreiras⁵⁷; o Comando de Policiamento Metropolitano – CPOM, é o que mais se aproxima das áreas cobertas pelo Comando de Policiamento da Capital - CPC, onde há 491 habitantes por PM, sabendo-se que esta distribuição se concentra na faixa litorânea e nos bairros nobres da cidade.

A maior variação ocorre entre os efetivos do CPOM – Comando de Policiamento Metropolitano (491 habitantes por PM) e do 4º CPR – Comando de Policiamento da Região Oeste (1190 habitantes por PM). Esta disparidade entre os Comandos de Policiamento é evidenciada tanto pelo número de municípios (12 para 79) quanto pela população (o 4º CPR

⁵⁶ Ver Mapas 1 e 2 - Anexo.

⁵⁷ <http://www.pm.ba.gov.br/cpr.htm>. Site acessado em 29 de novembro de 2006, às 15 horas.

tem por missão oferecer segurança para quase o triplo da população do CPOM). Verifica-se de que quanto mais próximo da sede do Comando Geral e das áreas nobres da cidade, mais privilégio e maior sensação de segurança adquirida.

Silva (2004), ao ilustrar a distribuição do efetivo geral subordinadas ao Comando de Policiamento da Capital – CPC, estimada em 4.881 policiais, declara que “Além do efetivo das unidades de área temos os efetivos da OPRRC/CPC (139 PM), RONDESP/CPC (158 PM), CENTEL (130 PM) e CPC⁵⁸ ADMINISTRAÇÃO (81 PM), totalizando um efetivo de 5.389 policiais militares” (Silva, 2004, p.08).

Há uma distribuição desigual do efetivo da Polícia Militar nas áreas de Salvador, sob comando das respectivas Unidades Policiais: Companhias Independentes de Polícia Militar e Batalhão de Polícia Militar⁵⁹. Desde já percebemos que a área sob comando do 18º BPM – Batalhão de Polícia Militar – é o mais policiado da cidade com 3.734 habitantes e um efetivo de 517 policiais, há 01 PM para cada 07 habitantes, numa área de 3,71 Km². Este batalhão comanda o Centro Histórico da cidade, comumente conhecido por Pelourinho por seu caráter turístico. Depois do Pelourinho (10,6%), os bairros do Comércio (5,6%), Uruguai (5,8%), Barra (5,2%) e Imbuí (4,7%) são os que mais se destacam em número de efetivo.

Redimensionando a análise da distribuição do efetivo policial ostensivo por Unidade Operacional, a partir dos dados do contingente populacional de cada bairro que estão sobre a atuação das Companhias Independentes de Polícia Militar, foi possível demonstrar o quão desigual se apresenta o policiamento na cidade de Salvador. Se a análise fosse realizada a partir dos dados das Regiões Administrativas, as distorções na distribuição do efetivo policial poderiam suscitar situações muito mais graves.

Ao agregar os bairros por áreas distintas da cidade, vislumbramos com muito mais clareza a duplicidade da Segurança Pública em Salvador, a partir das categorias destacadas no início deste trabalho: *renda per capita, classe e raça/cor*.

⁵⁸ OPRRC – Operação de Prevenção e Repressão a Roubos Coletivos; RONDESP – Rondas Especiais; CENTEL – Central de Telecomunicação.

⁵⁹ Ver Efetivo Geral das Unidades Policiais subordinadas ao CPC – agosto/2004 e a Distribuição Geográfica das Companhias Independentes de Polícia Militar - Anexo

4.1 A distorção dos recursos e dos efetivos policiais em duas áreas distintas de Salvador:

Orla Marítima e Subúrbio Ferroviário

A Orla Marítima de Salvador representada pelas Unidades Policiais da Polícia Militar: 11ª CIPM/Barra, 12ª CIPM/Rio Vermelho, 13ª CIPM/Pituba, 39ª CIPM/Boca do Rio e 15ª CIPM/Itapuã, detêm um efetivo geral de 1056 policiais, com aproximadamente 210 mil habitantes. Esta área da cidade detém 04 Delegacias de Polícia informatizadas, além de 30 viaturas para cobrir toda área⁶⁰. Optei por inferir 30% sobre o efetivo geral no intuito de vislumbrar o efetivo ostensivamente empregado na Segurança Pública.

Tabela 3

Distribuição do policiamento a pé na Orla Marítima de Salvador

CIPM – BAIROS	PM /KM²	POP./ PM
11ª CIPM – Barra	28	283 hab.
12ª CIPM – Rio Vermelho	08	957 hab.
13ª CIPM – Pituba	16	1209 hab.
39ª CIPM – Boca do Rio	02	665 hab.
15ª CIPM – Itapuã	01	1524 hab.

Fonte: Dados produzidos pela autora com os dados do IBGE/PMBA.

De acordo com a tabela 5, existem distorções na distribuição do Policiamento Ostensivo a Pé: ao passo em que a 11ª CIPM possui 73 policiais militares distribuídos nos postos de serviço, especificamente na faixa litorânea da Barra; a 15ª CIPM, com uma área 10 vezes maior, possui apenas 44 policiais militares. Mas esta distorção se deve em função do subdistrito de Itapoã agregar bairros e micro-bairros periféricos: Bate Facho (1.961 hab.), Nova Brasília de Itapuã (17.872 hab.), Nova Conquista (1.392 hab.), Alto do Coqueirinho (13.806 hab.), São Cristóvão (28.880 hab.), Abaeté (3.171 hab.) e tanto outros, concentrando este efetivo também na faixa litorânea e deixando as demais localidades apenas com o apoio dos módulos e das operações do Rádio Patrulhamento (viaturas).

Este quadro se apresenta ainda mais grave nos bairros do Subúrbio Ferroviário porque o Policiamento Ostensivo a Pé, pressuposto central da Polícia Cidadã, inexistente na extensão urbana que liga a Baixa do Fiscal ao bairro de Paripe – trecho banhado pela Baía de Todos os Santos e também em áreas adjacentes.

O Policiamento Ostensivo a Pé é peça fundamental na relação entre as Companhias Independentes e os Conselhos Comunitários, mas ainda é privilégio dos bairros nobres e outras localidades com características similares: quanto mais próximo às Unidades

⁶⁰ Ver Mapa 3 - Anexo.

Policiais estiver dos bairros periféricos, menos assistência e menos efetivo para resguardar a segurança dos seus respectivos moradores. Com esta evidência, não tenho por objetivo associar espaços militarizados a mais segurança. O que pretendo é demonstrar que mesmo nas tentativas de mudanças das organizações policiais (reduzir o distanciamento entre polícia e sociedade), há ainda a permanência de um escopo mais rígido e militarizado para as áreas periféricas da cidade.

A permanência do policiamento restrito aos módulos e as incursões às áreas pelas escassas viaturas, reafirma a distância entre tais comunidades e a polícia, pois para este último estão trabalhando com indivíduos supostamente “criminosos”, onde a pobreza, neste caso, pode não conduzir ao crime, mas a suspeição criminal se encarrega deste fardo.

O argumento dos responsáveis pelo policiamento, oficiais e até praças, acerca do modelo implicitamente “repressivo” se restringe a dificuldade de acesso e ao alto nível de periculosidade nas áreas periféricas. Entretanto, a ação deveria ser o inverso: as áreas são deficientes e os módulos policiais estão muito mais distantes da população, impossibilitando o acesso aos serviços de segurança, seja por receio e /ou por consciência da sua própria imobilidade frente aos policiais militares e vice-versa.

Os bairros do Subúrbio Ferroviário, além da incorporação do Distrito de Ilha de Maré, detêm um efetivo geral ostensivo de 442 policiais para uma área de 27 Km², com aproximadamente 400 mil habitantes, confirmando 904 habitantes por PM. Nesta área, os recursos policiais também são precários: 06 viaturas e uma Delegacia de Polícia que opera sem informatização.

Fernandes (2000), ao realizar um estudo comparativo das áreas da cidade no ano de 1999, escolhe os bairros da Orla e adjacências (Caminho das Árvores e Graça) que detêm renda *per capita* alta comparando-os com os bairros periféricos, áreas empobrecidas, em especial com o Subúrbio Ferroviário, desvelando as distorções da Segurança Pública na capital baiana.

Tabela 4
Policiais, viaturas e delegacias nas áreas nobres e periféricas de Salvador (2000)

BAIRROS	POPULAÇÃO	EFETIVO PMBA	HABITANTE /PM	VIATURAS EM RONDA	HABITANTE /VIATURA	DELEGACIA POLÍCIA	HABITANTE /DELEGACIA
Nobres⁶¹	246.000	1.403	175	34	7.235	03	82.000
Periféricos⁶²	280.000	267	1.045	03	89.000	01	280.000

Fonte: Fernandes (2000) com os dados da Secretaria de Segurança Pública e do IBGE

Na tabela 6, podemos evidenciar a distorção nas estratégias de Segurança Pública para as distintas áreas da cidade: os bairros periféricos possuem apenas uma Delegacia de Polícia (5ª CP – Circunscrição Policial) e um efetivo policial inexpressivo para suprir as necessidades de segurança dos moradores que estão em situação menos privilegiada quanto ao enfrentamento dos conflitos sociais; ao passo em que os bairros nobres agregas todos os recursos policiais e do efetivo da cidade.

Noronha e Paes Machado (2002) demonstram em seus estudos a continuidade do modelo de Segurança Pública apresentado anteriormente, a começar pela distribuição desigual dos recursos públicos e de segurança para as distintas áreas de Salvador.

A distribuição dos serviços policiais, em termos de equipamentos, acompanha os níveis de renda e prestígio das diferentes subáreas da cidade. As evidências disso se expressam nos coeficientes de alocação dos policiais entre áreas de classe alta e média, nas quais a relação é de 01 policial militar para cada 150 moradores, e áreas pobres, nas quais a mesma relação se eleva para 01 policial para 2.272 habitantes. Incluído entre estas últimas áreas, o Subúrbio Ferroviário detém uma proporção de 1/1.045 e dispõe de apenas três viaturas (Noronha & Paes Machado, 2002, p. 203).

Gey Espinheira (2003), em suas reflexões sobre a cidade de Salvador nos apresenta a imagem estrategicamente construída para o Subúrbio Ferroviário - um lugar marginal e coabitado pelas populações periféricas em suas disputas pelo mínimo e pela sobrevivência a qualquer custo.

No Subúrbio, a convivência com o feio, com o sujo, com a deterioração ambiental e com a violência gera uma autodesvalorização e, conseqüentemente, uma baixa solidariedade social, como se ali estivessem todos a cumprir um destino inexorável de sobrevivência competitiva nas mínimas coisas, sobretudo na ocupação de terrenos exíguos em lugares impróprios para a moradia, como se não houvesse nenhuma outra alternativa a não ser lutar por esse mínimo, pelo imediato, disputando palmo a palmo encostas, mangues e mesmo a superfície do mar (Espinheira, 2003, p.189).

⁶¹ Pituba, Ondina, Rio Vermelho, Itagira, Caminho das Árvores, Barra, Graça, Piatã. Armação e Patamares

⁶² Plataforma, Lobato, Alto do Cabrito, São Bartolomeu, Escada, Periperi, Coutos, Felicidade, Paripe, São Tomé, Ilha de Maré, Itacaranha, Praia Grande, São João, Alagados

Este contexto foi moldado a partir de um arquétipo de segregação espacial e racial, reservando às camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira a responsabilidade pelo seu próprio fracasso social e dos seus familiares, como uma marca que tende a fragmentar e configurar suas relações em espaços definidos como e para o crime.

A sociedade brasileira oferece aos pobres a pobreza, e o que há de mais mesquinho, de provisório e precário; em contrapartida, os vê como um problema social provocado por eles mesmos, como se estivessem sempre a cobrar de quem vive confortavelmente ou do Estado soluções para o seu próprio fracasso (...); a pobreza é tomada como uma doença que precisa ser segregada, já que não tem cura, e que, moralmente, não se pode por em prática as recomendações de ‘Justo Veríssimo’⁶³ (Espinheira, 2000, p. 36)

A proliferação de preconceitos e estigmas sobre as populações periféricas na sociedade brasileira também permeia o imaginário dos policiais militares que reconhecem tais lugares como “espaços do crime”, buscando eliminar um problema em que torna o convívio entre polícia, comunidade e traficante de drogas incompatível. Para tanto, faz-se uso do aporte seletivo e não discricionário para o reconhecimento do suposto marginal: modo de se vestir, andar e falar, sendo os pobres, os homens jovens e os negros são as vítimas preferenciais das abordagens e das arbitrariedades policiais, mesmo que o discurso dos policiais frente à sua missão tente diluir o rastro de violência e do medo que impera nos espaços eleitos para o crime.

Qual seria a sua missão enquanto policial?

É exercer dentro daquilo que é reto, prestando serviço, protegendo, mudando um pouco determinadas coisas (desentendimento). E sempre através do diálogo que se resolve. Dar suporte não é virar fantoche na mão da sociedade (têm pessoas que brincam com PM, além de humilhá-lo). Nós sabemos o que devemos fazer. A maioria dos casos é briga entre marido e mulher, e quando agimos a comunidade se volta contra a gente (Soldado PM).

Não agir pela emoção. Não tomar partido de ninguém. Saber ouvir e ser imparcial (Soldado Feminino)⁶⁴.

No Subúrbio Ferroviário, antiga área do 16º BPM⁶⁵, com um efetivo geral de 446 policiais militares, apenas 210 policiais militares estão empregados no policiamento

⁶³ O autor se refere ao personagem interpretado por Chico Anísio num programa humorístico de grande audiência no Brasil, quando propõe a extinção da pobreza à via do extermínio físico dos pobres.

⁶⁴ As entrevistas foram concedidas pelos policiais militares, em 09 de outubro de 2006, ingressos na Polícia Militar no ano de 2003 e prestam serviço na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

⁶⁵ De acordo com o “projeto de redimensionamento da área” o policiamento estaria dividido por 04 pelotões: I - Início da Av. Afrânio Peixoto (Baixa do Fiscal), Rua Voluntários da Pátria, Av. Fias, Av. Maritana, Av. São Carlos e Av. Ceará; II - Península do Joanes, Lobato, Jardim Lobato, Boa Vista do Lobato, Alto do Cabrito; III) Boiadeiro, Alagados, São João do Cabrito, São Bartolomeu, Plataforma; IV) Planalto Real, Itacaranha e os

ostensivo, distribuídos entre as guarnições que trabalham em módulo, rádio patrulhamento, prédios públicos (SAC - Serviço de Atendimento do Cidadão; Cestas do Povo – Centro de Abastecimento da Bahia); e também em prédios privados (Bancos) com a formação do policiamento bancário.

Tabela 5
Distribuição do Efetivo Policial numa Companhia
Independente de Polícia Militar, Subúrbio Ferroviário/2006

FUNÇÃO	EFETIVO
ADMINISTRAÇÃO	55
POLICIAMENTO A PÉ	09
MÓDULOS	41
RADIO PATRULHAMENTO	26
RONDA ESCOLAR	02
TOTAL	133

Fonte: Companhia Independente de Polícia, Subúrbio Ferroviário.

De acordo com a tabela 7, o efetivo policial desta Unidade Policial está concentrado nas atividades administrativas (36%), seguidos dos serviços nos módulos policiais (26%) e no Radio Patrulhamento (16%), ao contrário do que ocorre nas Unidades da área da Orla Marítima.

A operacionalização do Policiamento a Pé em ambas as Unidades Policiais ocorre de forma distinta. Ao passo em que os policiais militares da Orla Marítima realizam seu serviço a pé patrulhando avenidas, ruas e transversais; os policiais militares do Subúrbio Ferroviário realizam o policiamento ostensivo num posto fixo nas Centrais de Abastecimento do Estado (Cesta do Povo).

A estratégia equivocada de policiamento oferecido aos bairros periféricos tende a elevar a sensação do medo e do desassossego, acirrando ainda mais as relações entre a Polícia e as comunidades locais. Tanto os policiais quanto os moradores se sentem desprivilegiados pelos órgãos responsáveis pela segurança pública e vêem os bairros periféricos como não-lugares do *habitar*, transformando este espaço em contínua luta pela sobrevivência: os policiais em cumprir sua carga horária sem “tumultos” e os moradores em passarem despercebidos pela ação policial e/ou dos traficantes de drogas que dividem também o território com os grupos de extermínios que realizaram a limpeza da área.

Conjuntos Habitacionais Senhor do Bonfim e Baía de Todos os Santos. Os pelotões abrangeriam uma área de 08 Km², com uma população estimada de 200.000 habitantes - Essa estimativa é pertinente porque há localidades, a exemplo dos Conjuntos Habitacionais citados e localidades: Planalto Real, Jardim Joanes e Península do Joanes, que não figuram no levantamento realizado por Castro (2004), além de a CIPM compartilhar dos limites de outras Unidades Operacionais

A topografia e o planejamento operacional de toda região tende a isolar os policiais em estruturas precárias com inúmeras ruas e ruelas que perfilam todos os bairros onde estão situados os módulos policiais – Bela Vista do Lobato, São Bertolomeu, Baía de Todos os Santos (Alto de Santa Terezinha), São João do Cabrito, Colônias dos Pescadores, Alto de Coutos, Escola de Menor (Bate Coração), Fazenda Coutos, São Tomé e Morada da Lagoa.

Em todos os módulos situados na área do Subúrbio Ferroviário é perceptível a (in) segurança que ambos, moradores e policiais, comungam em suas atividades cotidianas. Tanto as casas quanto os módulos são gradeados, fazendo uso de um cadeado para elevar a sensação de segurança nestes espaços. Ao contrário dos bairros periféricos, as zonas nobres da cidade (Orla Marítima e adjacências) usufruem satisfatoriamente do aparato policial para resguardar suas propriedades e especialmente a segurança dos seus moradores.



Figura 4 – Parte externa do módulo São João do Cabrito, Subúrbio Ferroviário de Salvador
Fonte: Figura produzida pela autora (2006).

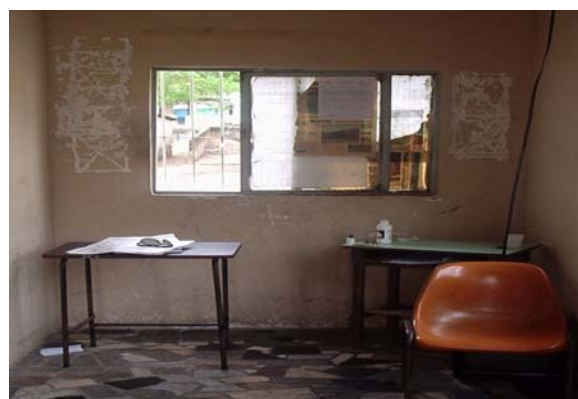


Figura 5 – Parte interna do módulo São João do Cabrito, Subúrbio Ferroviário de Salvador.
Fonte: Figura produzida pela autora (2006).

Este diagnóstico acerca da distribuição dos recursos policiais e de efetivo nas duas áreas da cidade é inconcebível para uma política de segurança pública comprometida com a redução dos danos sociais. O que se observa é uma total despreocupação com as populações empobrecidas, transferindo para suas vidas a responsabilidade acerca de um ambiente degradado, constituindo nestes espaços o que Machado da Silva (2004) definiria como uma “sociabilidade violenta” - produto da relação pervertida da força. E quando o princípio da relação é a força não há relação de dependência porque esta é a própria força, pois se tratam como meros objetos.

A proliferação da criminalidade violenta nestes espaços não é um problema da ausência de controle estatal, mesmo que tal circunstância favoreça uma configuração violenta, mas a questão da reciprocidade no reconhecimento de hierarquias e a submissão a quem tem força, poder e prestígio.

Na outra face da Segurança Pública em Salvador, muda-se a configuração do espaço e dos recursos policiais destinados à área da Orla Marítima, evidenciando as faces de uma mesma moeda.



Figura 6 – Parte externa do módulo Largo Mariquita, Orla Marítima de Salvador
Fonte: Figura produzida pela autora (2006).



Figura 7 – Parte interna do módulo Largo Mariquita, Orla Marítima de Salvador.
Fonte: Figura produzida pela autora (2006).

Ao contrário da disposição dos recursos policiais e do efetivo policial para a área suburbana, a distribuição do efetivo policial na Orla Marítima está voltada para as atividades ostensivas com ênfase no Policiamento a Pé (28%) e no Rádio Patrulhamento (27%), ficando às atividades administrativas em terceiro plano (21%). Percebe-se certo equilíbrio na distribuição do efetivo policial, ficando mais próximo dos objetivos prepostos pela Polícia Comunitária

Tabela 6

Distribuição do Efetivo Policial numa Companhia Independente de Polícia Militar, Orla Marítima/2006

FUNÇÃO	EFETIVO
ADMINISTRAÇÃO	29
POLICIAMENTO A PÉ	38
MÓDULOS	12
RADIO PATRULHAMENTO	36
RONDA ESCOLAR	02
TOTAL	117

Fonte Companhia Independente de Polícia, Orla Marítima.

Os policiais militares que trabalham nos módulos de ambas as áreas (Orla Marítima e Subúrbio Ferroviário) se sentem os mais prejudicados com o planejamento e

alocação dos policiais militares nos postos de serviço, em virtude da redução do policiamento e conseqüente queda da sensação de segurança tanto da população assistida quanto do efetivo que presta serviço nas ruas da cidade.

Quadro 1
Quadro de estimativa de atendimento policial – agosto 2004

EMPREGO	QUANTIDADE ESTIMADA DE PM	HABITANTE POR PM	PM POR KM² (ESTIMATIVA)
Efetivo Geral	5.389	474	19
Pronto para o Serviço	4.307	594	15
Efetivo diurno (nas ruas)	1.723	1.484	6
Efetivo noturno (nas ruas)	345	7.410	1

Fonte: José Apolinário (2004).

População estimada de Salvador: 2.556.429 – Densidade demográfica: 8.841 hab/km²

No turno diurno os policiais militares têm apoio do Policiamento a Pé e do Rádio Patrulhamento, além da estrutura montada nas sedes das Unidades Operacionais que podem enviar policiais para um suposto apoio de emergência, ao contrário do turno noturno que o efetivo fica restrito aos módulos e as guarnições das viaturas que realizam rondas na área quando a “maioria das ocorrências policiais acontecerem no período compreendido das 19:00 às 02:00 horas, principalmente, roubos a transeuntes, veículos, transporte coletivo, homicídios, entre outros” (Silva, 2004), ficando os policiais dos módulos com o auxílio da Central para informar possíveis ocorrências.

O serviço nos módulos policiais já foi muito desejado pelos policiais, não apenas pela escala de serviço (12h por 24h e 24h por 48 podendo chegar a 72 horas de afastamento das atividades rotineiras), mas também pela sensação de segurança (proteção), pois estavam menos expostos aos perigos das ruas – situação enfrentada pelos policiais militares do Rádio Patrulhamento.

A sensação de desamparo tem levado muitos policiais à omissão diante da tensão em suas atividades rotineiras. Quando o serviço nos módulos é realizado por policial feminino este quadro se agrava, diante dos perigos que estão submetidas⁶⁶. E a sensação do medo em suas atividades é expressa quando são questionados acerca da segurança em serviço:

⁶⁶ O ataque, seguido de estupro, contra uma policial (Sargento feminino) na cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia, abalou a opinião pública local e o efetivo da Polícia Militar. A policial militar foi estuprada por 03 homens armados quando estava trabalhando sozinha, à noite, no módulo policial.

Você se sente seguro no serviço policial?⁶⁷

Não. A segurança está falha e não sabemos o que nos espera (Soldado PM do Subúrbio Ferroviário).

Não. Eu não tenho apoio dos colegas porque eu trabalho sozinha. As coisas estão acontecendo e os comandantes não tomam providências. Eles preferem dar apoio ao ponto comercial ao invés do policial. O contato com a comunidade é muito importante nesta área. Nossa comunicação é falha (o rádio não funciona direito – nós só ouvimos, mas não conseguimos nos comunicar), não podemos dizer o que está acontecendo conosco no módulo. O jeito é usar o nosso celular para informar as coisas⁶⁸. E o pior é que perdi o meu [celular] ontem (Soldado Feminino Orla Marítima).

Não. Faltam armamento e condições de trabalho: os coletes estão vencidos. Os marginais estão mais preparados do que os PMs (Sargento PM do Subúrbio Ferroviário).

Os policiais militares, tanto das áreas periféricas quanto das áreas nobres, se sentem inseguros nas atividades rotineiras. Os policiais alegam que tal insegurança está relacionada com a forma em que os comandantes das Unidades Policiais tratam da segurança e das condições de trabalho do efetivo policial que trabalham nas ruas e nos módulos dos bairros. Em seguida, reclamam do avanço da criminalidade e do declínio do respeito à presença dos policiais (fardados), além dos abusos dos “bandidos” que têm total cobertura da Comissão dos Direitos Humanos (esta temática será desenvolvida no capítulo 6).

Mas este arquétipo de policiamento tem seu fundamento na própria configuração do lugar – bairros populosos e de baixa renda - e da visão estigmatizada sobre as populações empobrecidas que necessitam apenas do mínimo e se este apoio chegar, quando chega, já é o bastante para manter a ordem no lugar, escolhido para ser marginal. Portanto, vê-se que a alocação do tipo e do número de efetivo para cada área, leva-se em consideração a classe social da população e, portanto dos capitais social, econômico e político de dada população, reafirmando a concernente necessidade do uso da força e das práticas repressivas no controle da criminalidade nos bairros periféricos da cidade.

⁶⁷ As entrevistas foram realizadas nos dias 23 e 24 de outubro de 2006, respectivamente nas áreas da orla Marítima e do Subúrbio Ferroviário. Os policiais foram admitidos nas décadas de 1970 e 2000. No Subúrbio Ferroviário, os policiais residem nos Conjuntos Habitacionais. A convivência desta categoria social, os militares, num espaço circunscrito por invasões gera tensões que impactam significativamente as relações entre o ser Polícia e a comunidade local. Este será, posteriormente, um dos meus prováveis objetos de estudo, na tentativa de compreender o processo de limpeza social operacionalizado pelos agentes policiais ao se instalarem em bairros considerados marginalizados. Além deste conjunto, há também outro bairro que passou pelo mesmo processo “civilizatório”, conhecido por Ilha Amarela, no Subúrbio Ferroviário. A inquietação foi gerada numa conversa mantida com um policial militar, morador da área: “depois que nós, [policiais militares] chegamos ao bairro (Ilha Amarela) reduzimos a criminalidade”. Pergunta: como e em quais situações isto ocorreu? A pergunta não foi respondida.

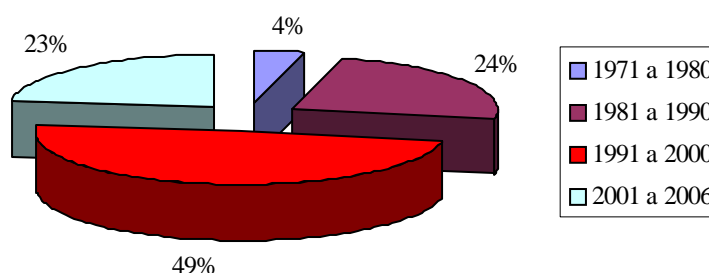
⁶⁸ A questão da comunicação é algo bem grave na Polícia Militar, seja na Orla ou no Subúrbio. Em campo pude observar de que os policiais militares, diante de uma situação que necessite conduzir pessoas, utilizam o celular para informar e/ou solicitar apoio. Esta observação ocorreu tanto na Orla quanto no Subúrbio Ferroviário. Além de estarem sozinhos nos módulos não têm um rádio transmissor funcionando plenamente para solicitar apoio, lhes restando os créditos do celular, uso particular, em sua atividade diária.

5. A descrição dos dados: a via crucis da trajetória e da percepção policial

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise em perspectiva comparada das condições estruturais e das percepções dos policiais militares sobre a violência nas distintas áreas de Salvador: a Orla Marítima e o Subúrbio Ferroviário, a fim de compreender como os policiais de cada Unidade Policial em suas narrativas acerca da criminalidade percebem a violência em suas atividades rotineiras, diferenciando o seu tratamento por *classe, renda per capita e cor*.

Os dados descritos terão por foco: ano de ingresso (ano de praça), idade (faixa etária), tempo de serviço, motivação do ingresso, estado civil, sustento da família, número de filhos, nível educacional, cor, localidade de moradia. Num segundo momento, serão descritas as respectivas percepções e perspectivas dos policiais militares quanto à missão policial (condições sociais para o crime, fatores sociais da violência, unificação das polícias, relação entre Polícia e comunidade, comando, segurança etc.) nas distintas áreas da cidade.

Gráfico 7 – Distribuição do efetivo policial por década de ingresso

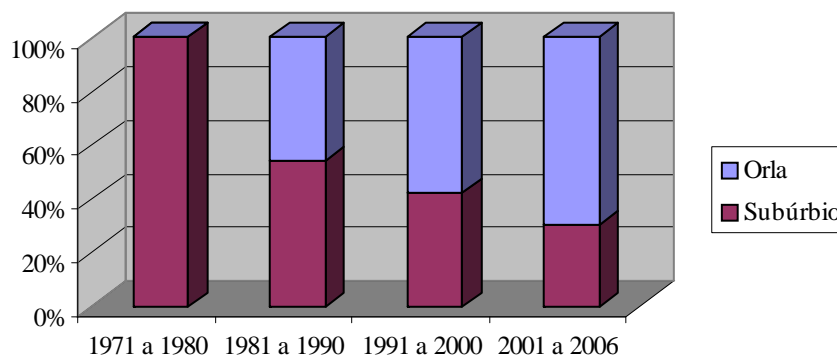


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Do total do efetivo analisado, 49% ingressam na Polícia a partir da década de 1990 (processo de redemocratização do país) e, deste, 26% ingressam na corporação no período de total predominância e prestígio das Forças Armadas e conseqüentemente das polícias militares (décadas de 1970-1980), e apenas 4% na década de 1970. Os dados também evidenciam que há uma inversão na ordem de alocação dos policiais militares: enquanto no Subúrbio Ferroviário há uma concentração dos ingressos da década de 1970 que tende a decrescer quando se aproxima da década de 2000; na Orla ocorre o contrário: os 57% dos ingressos foram formados na década de 1980 e tende a crescer até a década de 2000 (78%). Observa-se na área da Orla Marítima uma maior concentração de ingressos formados com os pressupostos

da Polícia Cidadã, portanto voltados para o respeito aos Direitos Humanos, haja vista de que prestam serviço para a classe média/alta da cidade.

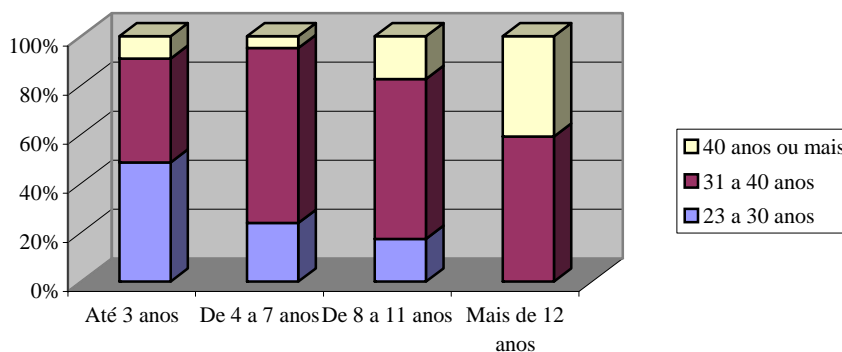
Gráfico 8 – Relação entre Ano de Praça e Área de Atuação Atual



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

O efetivo policial militar se concentra na faixa etária dos 31-40 anos (58%), ficando as demais faixas: 25% dos 23-30 anos e 17% com 40 anos ou mais. Quanto à relação entre ano de praça e faixa etária, os dados evidenciam que há uma relação significativa entre as variáveis: 48% com até 03 anos de serviço se concentram na faixa etária dos 23-30, ao passo em que há uma maior prevalência do efetivo na faixa etária dos 31-40 anos. Novamente, há uma maior concentração do efetivo entre 23-30 anos na Orla Marítima do que no Subúrbio Ferroviário, evidenciando que há uma associação forte entre as variáveis testadas.

Gráfico 9 – Relação entre Ano de Praça e Faixa Etária do Policial Militar

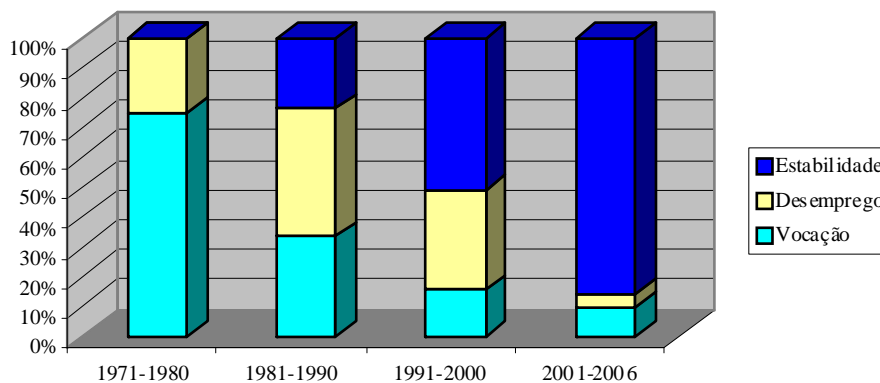


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

No que tange à motivação ao ingressar na PMBA: na década de 1970, a “vocaçãõ” era a principal motivação dos ingressos, com 75% dos casos, mas tende a perder espaço para o “desemprego” (43%) na década de 1980 e para a “estabilidade” (51%) a partir da década de

1990 que se mantém soberana na década de 2000 com 85% dos casos. Portanto, há uma relação significativa entre motivação e ano de ingresso na Polícia Militar da Bahia, além de uma associação significativa entre as variáveis testadas.

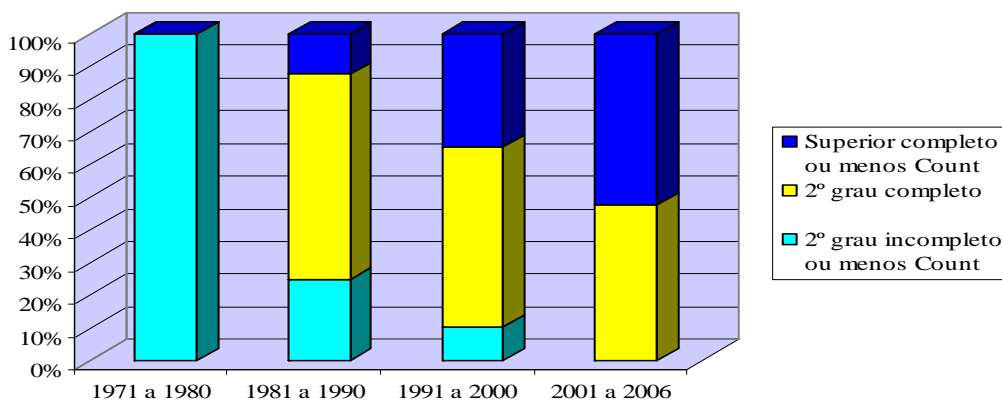
Gráfico 10 – Relação entre Ano de Ingresso e Motivação do Policial Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Há também uma relação significativa entre ano de praça (ingresso) e nível educacional: os policiais militares com menos anos de estudos (100%) se concentram na década de 1970, ao passo em que esta variável tende a declinar quando se aproxima da década de 1990 (8%); e quanto mais anos de estudo maior concentração nas décadas de 1990 e 2000 (superior completo ou menos – 56% dos casos).

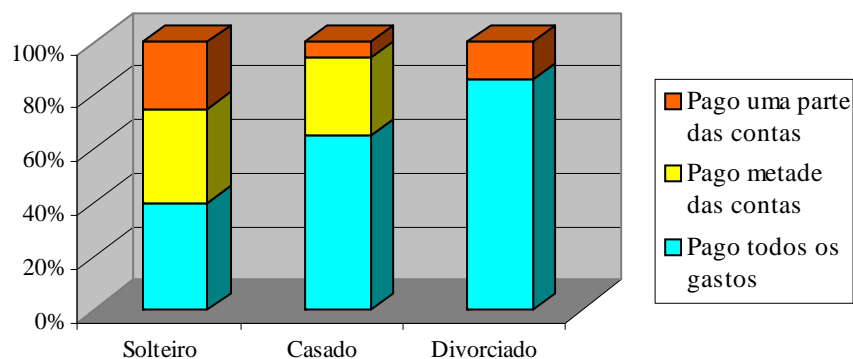
Gráfico 11 – Relação entre Ano de Praça e Nível Educacional do Policial Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Do mesmo modo, há uma relação significativa também entre sustentar a família e o estado civil do efetivo policial: 75% dos divorciados arcam com os gastos totais da família contra 65% dos casados; 48% dos solteiros ficam responsáveis por metade e /ou parte do sustento da família, ao passo em que 32% destes assumem o sustento total da família.

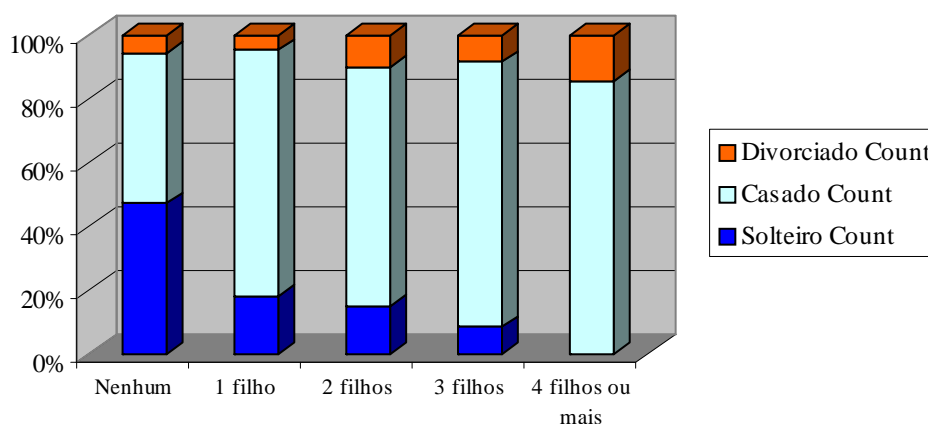
Gráfico 12 – Relação entre Estado Civil e Sustento da Família do Policial Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Vale ressaltar de que os grupos “casado” e “divorciado” utilizam seus rendimentos para o sustento total da família, em virtude do número de filhos: 85% dos casados possuem 4 filhos ou mais contra 15% dos divorciados; 16% dos solteiros possuem apenas 1 filho contra 77% dos casados e 6% dos divorciados.

Gráfico 13 – Relação entre Número de filhos e Estado Civil do Policial Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

De acordo com os dados da tabela (nível educacional e áreas da cidade - ver anexo) há uma defasagem de quase 10 pontos percentuais no nível educacional abaixo do 2º grau entre os policiais da área do Subúrbio comparado com os policiais da área da Orla. Isso evidencia que há mais policiais antigos, com mais de 12 anos de serviço na Unidade do Subúrbio do que na Unidade da Orla. Os dados também demonstram que há mais policiais formados com os pressupostos da Polícia Cidadã na Orla Marítima do que no Subúrbio Ferroviário. Há também uma diferença de quase 14% no tocante ao nível educacional com o 2º grau completo entre os efetivos das Companhias Independentes de Polícia Militar.

Para as Unidades da Orla Marítima foram transferidos um maior efetivo de policiais novos do que para a Unidade do Subúrbio Ferroviário, como demonstram os dados quanto ao nível 2º grau completo. No geral, ambas as companhias estão avançando quanto ao aperfeiçoamento no nível educacional quando se compara o nível superior completo e incompleto dos policiais militares.

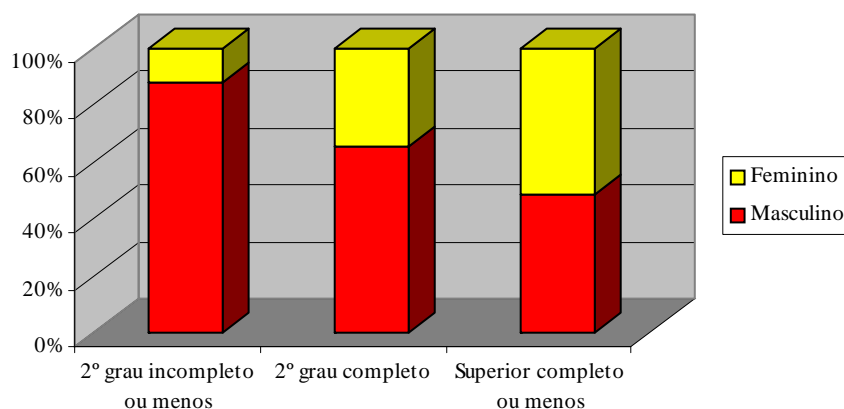
Tabela 7 – Relação entre sexo e nível educacional dos Policiais Militares

			Sexo dos indivíduos		Total
			Masculino	Feminino	
Nível Educacional	2º grau incompleto ou menos	Count	15	2	17
		% within Nível Educacional	88,2%	11,8%	100,0%
		% within Sexo dos indivíduos	23,4%	5,6%	17,0%
	2º grau completo	Count	34	18	52
		% within Nível Educacional	65,4%	34,6%	100,0%
		% within Sexo dos indivíduos	53,1%	50,0%	52,0%
	Superior completo ou menos	Count	15	16	31
		% within Nível Educacional	48,4%	51,6%	100,0%
		% within Sexo dos indivíduos	23,4%	44,4%	31,0%
Total	Count	64	36	100	
	% within Nível Educacional	64,0%	36,0%	100,0%	
	% within Sexo dos indivíduos	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Ao correlacionar nível educacional e sexo, os dados demonstram que as mulheres detêm mais anos de estudos e melhor nível educacional do que os homens. Enquanto os dados evidenciam que os homens seguem uma linha decrescente ao sair do nível baixo para o nível superior (88% para 48%); as mulheres seguem uma linha crescente (12% para 52%). Mas esse fenômeno se justifica porque a presença da mulher na Polícia Militar data do ano de 1989, época em que a instituição passa a acompanhar o processo de modernização e aperfeiçoamento do seu efetivo, passando a exigir um maior nível educacional dos novos ingressos. Neste caso, a relação entre sexo e nível educacional é significativa.

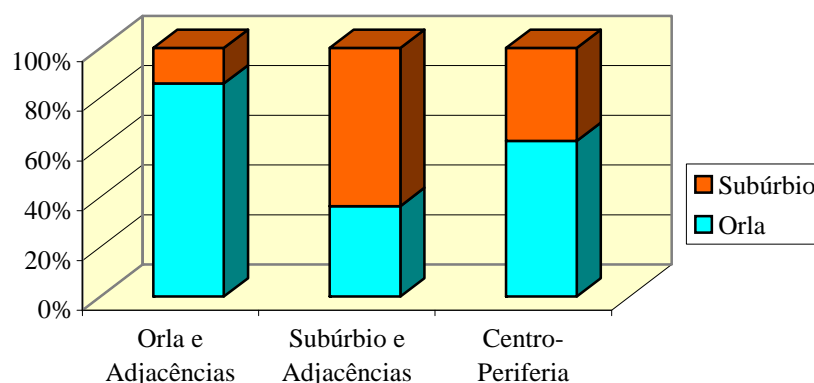
Gráfico 14 – Relação entre Nível Educacional e Sexo do Policial Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Os dados do gráfico 15 podem evidenciar de que os policiais militares que prestam serviço tanto nas áreas do Subúrbio quanto da Orla trabalham próximos às suas localidades de moradia, porém são oriundos dos bairros empobrecidos da cidade (Subúrbio, Periferias, e micro-bairros integrados aos bairros da Orla). Há uma maior concentração de policiais militares que trabalham e residem próximo à Orla (80%) contra (70%) ao Subúrbio, sendo que há também uma maior concentração dos policiais militares que moram em periferias próximas à Orla (58%) contra 42% no Subúrbio. Atuar nas Unidades Policiais dos bairros em que residem nem sempre é encarado como algo positivo (mesmo que demorem menos para chegarem aos locais de trabalho) pelos policiais militares porque se tornam ainda mais vulneráveis aos riscos de morte, especialmente quando executam suas atividades nos bairros empobrecidos.

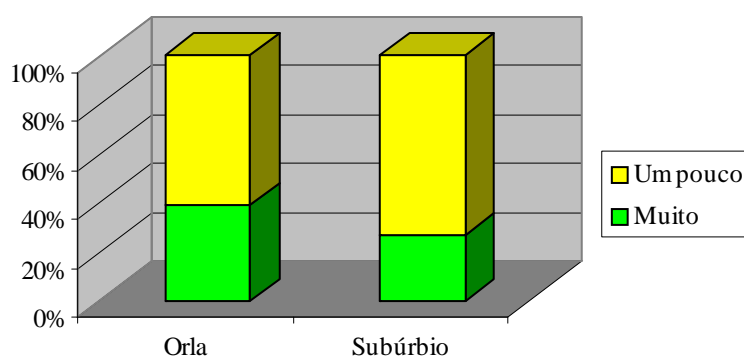
Gráfico 15 – Relação entre Local de Moradia e Área de Atuação Policial



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Os dados do gráfico 16 evidenciam de que os policiais militares no geral não gostam de trabalhar nas Unidades Policiais situadas próximas às suas localidades de moradia. Porém, este fato é encarado com mais negatividade pelo efetivo do Subúrbio (80%) contra (70%) do efetivo da Orla, em decorrência da marca de “lugar marginal” imputada aos bairros periféricos. O efetivo da Orla declara de que gosta “um pouco” de atuar na área pelo cerceamento de sua suposta “autoridade”, já que estão prestando serviço para uma classe média-alta (abastada, esclarecida e controladora) ao contrário da classe baixa (empobrecida, mal educada e permissiva).⁶⁹

Gráfico 16 – Nível de satisfação dos policiais militares ao atuarem nas áreas onde residem



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

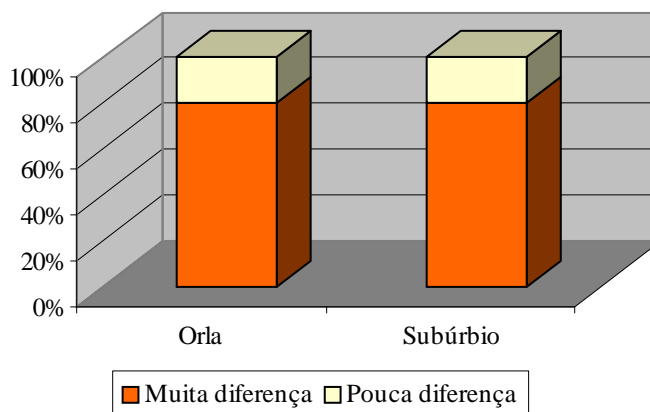
Mesmo com uma diferença de 10 pontos percentuais entre os policiais militares que gostam muito e um pouco de atuarem nas distintas áreas – Orla e Subúrbio, a relação entre as variáveis não é significativa e sua associação é fraca⁷⁰. Entretanto, tal relação está pautada nas estratégias de segurança pública distribuída desigualmente nas áreas das Unidades Policiais, fato de que não é indiferente ao tratamento ofertado ao efetivo policial militar.

O efetivo policial militar, a grande maioria oriunda dos bairros periféricos, tem consciência da estratégia utilizada pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, onde é oferecido às populações empobrecidas uma ação diferenciada dos demais bairros da cidade.

⁶⁹ Esclareço que esta classificação foi retirada dos encontros realizados juntos aos policiais militares nos módulos policiais das Unidades Policiais nas áreas: Orla e Subúrbio.

⁷⁰ Ver no Anexo

Gráfico17 – Visão dos Policiais Militares sobre a diferença da atuação policial em Salvador

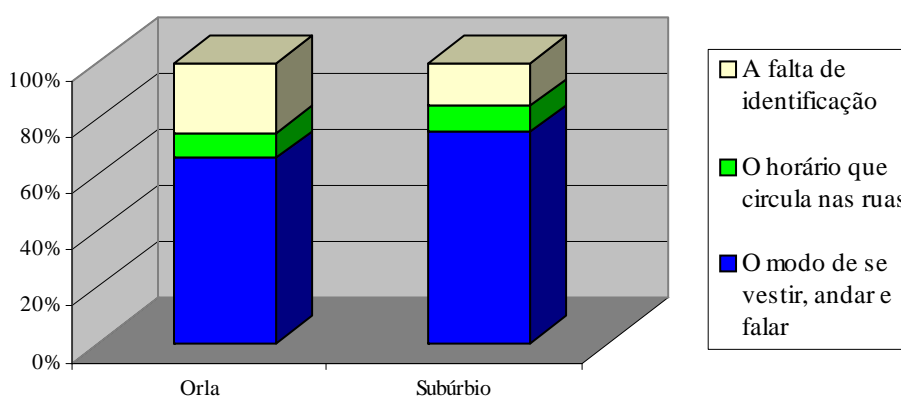


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Quando os policiais militares são questionados se há diferença na atuação da tropa entre as áreas da Orla e do Subúrbio, evidenciamos de que praticamente 70% do efetivo geral têm total clareza da diferenciação da ação policial nos bairros da cidade. A categoria “classe social” é um diferencial dos possíveis constrangimentos impostos nas abordagens policiais em Salvador.

O elemento suspeito (Ramos & Musumeci, 2005) será relacionado aos indivíduos supostamente mal vestidos, e ao seu “modo de se vestir, andar e falar”, características que podem denunciá-los no ato da abordagem.

Gráfico18 – Critérios para a Abordagem Policial

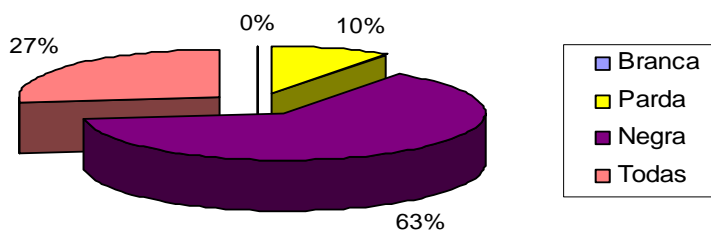


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

A categoria “identificação” – Registro Geral e/ou Carteira de Trabalho - só será solicitada depois dos constrangimentos impostos pela abordagem. Entretanto, os policiais da Orla (26%) estão mais atentos a este detalhe do que os policiais do Subúrbio (15%), pois

podem sofrer sanções disciplinares com muito mais frequência em virtude do monitoramento atento e informado da comunidade local. Independente de atuarem na Orla e/ou no Subúrbio, a posição dos policiais é unânime quanto à caracterização do elemento suspeito. Neste caso, as abordagens policiais estão circunscritas ao recorte racial mesmo que seja negada pelos policiais militares em operações rotineiras.

Gráfico 19 – Relação entre Abordagem Policial e a Cor do Suspeito



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

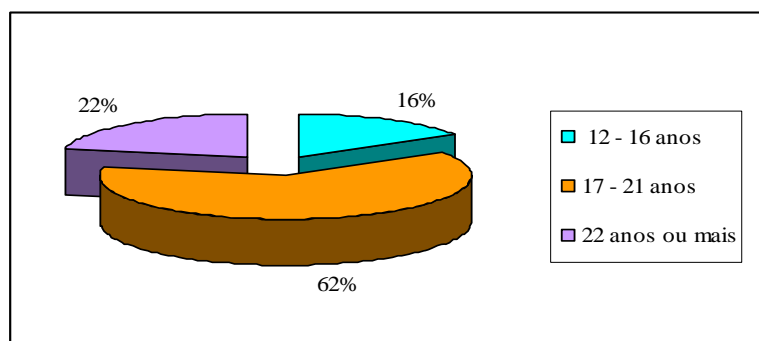
Os dados do gráfico 19 evidenciam de que os indivíduos de cor negra são os alvos das abordagens policiais (63% dos casos). E esta percentagem se apresenta nas modalidades de suspeição policial: o modo de se vestir, andar e falar (67% contra 13% dos pardos e 20% da categoria “todas”); o horário que circula nas ruas (67% contra 33% da categoria “todas”); sendo que a falta de identificação (47% contra 53% da categoria “todas”). Ao contrário do que ocorrem com os indivíduos de cor branca (0%), o indivíduo de cor negra é o tipo mais cerceado pelos policiais militares quando estes circulam pelas ruas (67%), seja de dia ou à noite. Entretanto, um número considerável de policiais declarou que não há distinção de cor nas abordagens, optando por “todas” - uma categoria que não é possível mensurar porque não há como precisar a percentagem de negros e pardos quanto à diferenciação no tratamento policial (Ver Tabela no Anexo).

Neste caso, os policiais militares, quase todos negros, descartam que exista por parte do efetivo policial o aporte racista em suas atividades rotineiras, mas há uma associação entre abordagem policial e cor dos indivíduos. A instituição policial militar conduz os seus procedimentos para a solução dos conflitos sociais, a partir das operacionalizações policiais

mais rígidas para os destituídos dos capitais social, econômico e político, segregados nos bairros periféricos da cidade.⁷¹

O elemento suspeito também detém categorias que são imprescindíveis para a efetividade da abordagem policial: faixa etária e nível educacional. Nas operações policiais as pessoas que mais causam problemas no bairro estão na faixa etária dos 17-21 com 62% dos casos e possuem o 1º grau completo ou menos (94%). Esta problemática se apresenta tanto nos bairros periféricos quanto nos bairros nobres, sendo que este último agrega uma classe média alta e branca. Ou seja, os afro-descendentes, pardos e negros, estão na mira da vigilância pública, ficando quase que intocável nesta relação os indivíduos situados nas seguintes categorias: classe média alta, nível superior e branco. Esta questão tende a se agravar quando os policiais militares empregados nas distintas Unidades Policiais se declaram afro-descendentes [pardos (45%) e negros (55%)] e excluem das modalidades de suspeição a cor “branca” enquanto elemento suspeito.

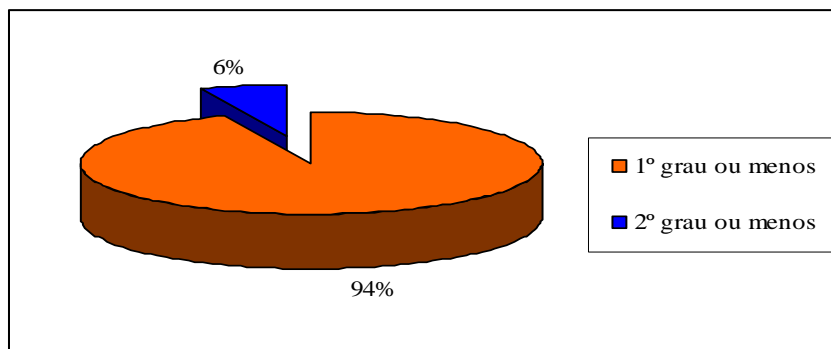
Gráfico 20 – Na visão do policial, o tipo que mais causa problemas no bairro – Faixa etária



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

⁷¹ O Seminário: Segurança e Participação, coordenado pela UNIFACS e a Polícia Militar do Estado da Bahia foi realizado no mês de outubro de 2006. Nos debates contamos com a participação de vários pesquisadores e organizações que trabalham com as temáticas Violência e Segurança Pública: Alba Zaluar/UERJ, Gey Espinheira/UFBA, Cel. José Vicente/SP, Secretaria da Reparação Racial da Prefeitura de Salvador/BA, Fórum de Combate à Violência/ISC-UFBA e tantos outros grupos organizados, além do efetivo policial distribuídos entre praças e oficiais. Diante de tantas discussões convergentes e divergentes acerca da problemática questão racial nas operações policiais, o pronunciamento do Comandante Geral da PMBA – Coronel Antônio Jorge Ribeiro de Santana afirma o que em alguns momentos ficou velado e até mesmo questionado: “há sim racismo dentro e fora da Polícia Militar e devemos superá-lo”.

Gráfico 21 – Na visão do policial, o tipo que mais causa problemas no bairro – nível educacional

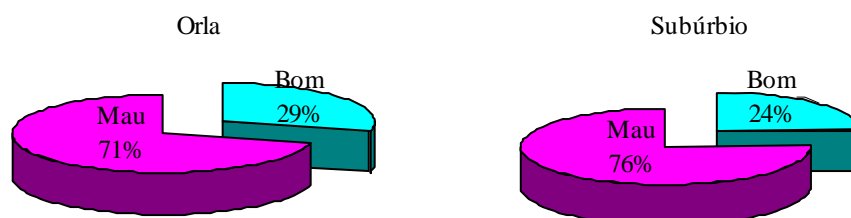


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Os dados dos gráficos 20 e 21 evidenciam o que alguns pesquisadores [Soares e Borges (2003); Minayo & Souza (2003); Cano & Ferreira (2003) et al] têm anunciado em seus estudos: as maiores vítimas da violência são: os negros e pardos; jovens com baixa escolaridade e pobres. A configuração da vitimização no Brasil é confirmada pelos policiais militares, que dentro da estratégia de preservação da ordem pública, operacionaliza práticas de autopreservação, instituindo no outro a sensação de insegurança que experiência em suas atividades rotineiras.

Os policiais militares também avaliam o tipo de tratamento que lhe é oferecido pela população das distintas áreas analisadas neste trabalho. Os dados evidenciam que não há tanta diferença quanto ao tratamento que dão aos cidadãos policiais, já que sua imagem de truculência coabita no imaginário da população como um todo e reflete diretamente na sua satisfação e/ou insatisfação de trabalho nas áreas da Orla e do Subúrbio, ressaltando que tais diferenças resguardam as especificidades de cada lugar: a classe social - alta e/ou baixa.

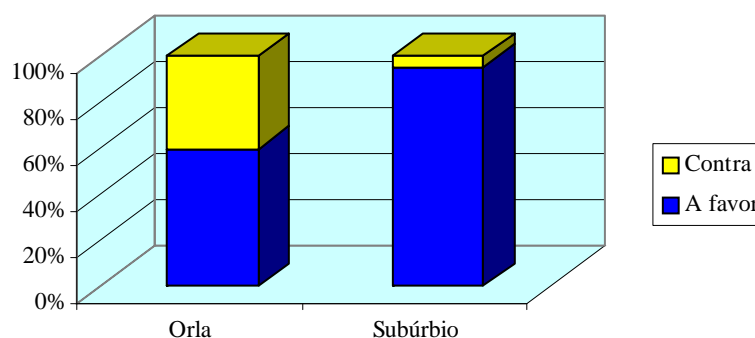
Gráficos 22 e 23 – Na visão do policial, o tipo de tratamento ofertado aos cidadãos da Polícia Militar



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Analisando os fatores que conduzem a violência sob a ótica dos policiais militares: grupo de extermínio, ciúmes, crack, esporte, falta de educação, maconha, justiceiros, desemprego, briga de quadrilhas, vingança e outras dívidas, foi observado que há relação entre bebida e dívidas de drogas como fator de violência na área do Subúrbio Ferroviário. Ao passo que 58% do efetivo policial da Orla foram a favor da relação entre bebidas e dívidas de drogas, 42% foram contra; já no Subúrbio, 95% do efetivo foram a favor e apenas 5% foram contra. Neste caso, há uma relação significativa entre as variáveis bebidas e dívidas de drogas, além de uma associação forte que determina a bebida como um fator que conduz a violência.

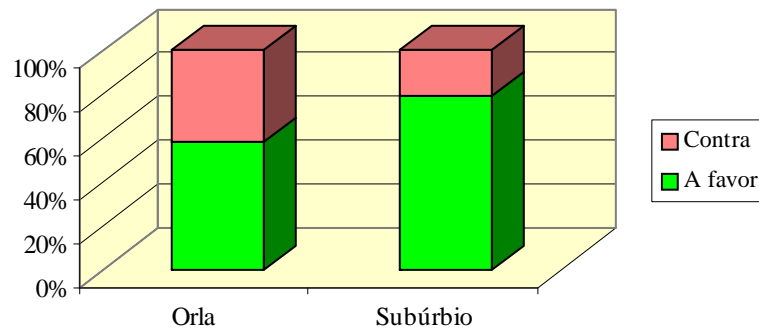
Gráfico 24 – Relação entre Bebidas e Dívidas de drogas



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Comparando as variáveis sobre as condições sociais que levam ao crime: pobreza, ócio, drogas, falta de educação e más companhias, todas apresentaram relações significativas e medidas de associação forte apenas na área do Subúrbio Ferroviário. Na Orla Marítima, 58% do efetivo foram a favor da relação entre pobreza e drogas e 41% foram contra; já no Subúrbio Ferroviário, 78% do efetivo foram a favor e 22% contra a relação analisada. Outro dado importante foi à relação existência das “más companhias” enquanto condição social que levam ao crime: 60% no Subúrbio contra 44% na Orla Marítima. Isso evidencia que há uma maior preponderância da relação entre pobreza e crime nas áreas periféricas da cidade.

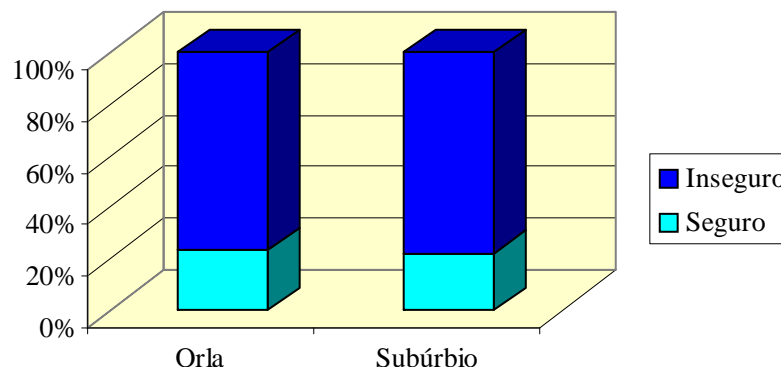
Gráfico 25 – Relação entre Pobreza e Drogas



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

No tocante à própria segurança dos policiais militares em ambas as Unidades Policiais: Orla (80%) e Subúrbio (80%) – os policiais militares se sentem inseguros ao cumprir suas atividades rotineiras, alegando elevados riscos em que estão expostos cotidianamente. No entanto, os policiais militares da Orla Marítima alegam tal sensação de insegurança em virtude de assumirem suas atividades nos módulos policiais sem a companhia de outro policial, ficando sozinhos e assim, mais vulneráveis aos riscos de ataques seguidos de mortes. Por outro lado, os policiais militares do Subúrbio Ferroviário, alegam de que a estrutura dos módulos e dos instrumentos de serviço (arma, colete e projétil) é precário, além de se somar a isto à configuração dos bairros com elevados índices de criminalidade, justificadas pelo efetivo policial pelos confrontos com os grupos criminosos e até entre tais grupos..

Gráfico 26 – Sensação de Segurança na Atividade Policial

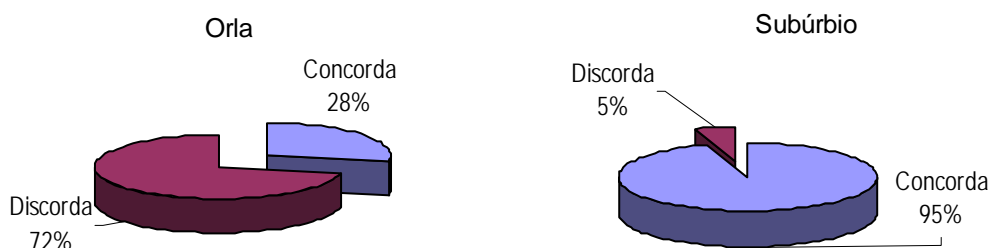


Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

A percepção do risco e conseqüente insegurança dos efetivos policiais militares tomam contornos ainda mais interessantes quando afirmam que a violência não ocorre “em qualquer lugar”, mas especialmente “nas praças”, “entre marginais”, “com marginais” e “em

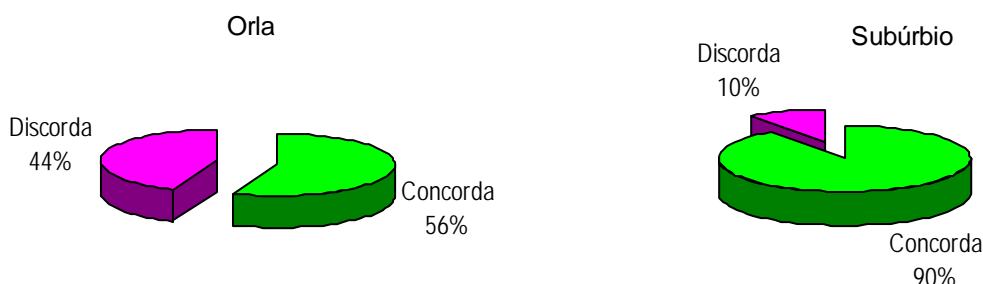
festas de rua”, fazendo com que o espaço público passa pelo enquadramento militarizado tanto das operações policiais quanto dos grupos criminosos. Porém, ao cruzar tais variáveis, as relações só se apresentaram significativas para a área do Subúrbio Ferroviário de Salvador, evidenciando também uma associação significativa entre as variáveis testadas.

Gráficos 27 e 28 – Circunstâncias em que ocorrem violências – Nas praças



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Gráficos 29 e 30 – Circunstâncias em que ocorrem violências – com marginais



Fonte: Dados produzidos pela autora (2006).

Observamos ao longo deste capítulo de que há clara diferenciação ao alocar o efetivo policial nas distintas áreas da cidade seja por: tempo de praça, nível educacional, estado civil etc. Porém, tanto os efetivos policiais da Orla Marítima quanto do Subúrbio Ferroviário de Salvador operacionalizam e racionalizam suas atividades a partir da caracterização do elemento suspeito: negro, jovem e pobre. Esta evidência se apresenta de forma mais objetiva quando passamos para as percepções dos policiais militares acerca dos fatores, das condições e circunstâncias que concorrem para a violência. E os moradores dos bairros periféricos são os mais atingidos pelo enquadramento militar, portanto do “vigilantismo” (Pinheiro, 1982) que se acirra com mais intensidade nos espaços empobrecidos da cidade.

6. Fatos e recortes de uma análise

A configuração da violência no Brasil se assenta na justificativa do controle e da preservação da ordem pública e tem por vítimas preferências: afro-descendentes, pobres e jovens em idade economicamente ativa. Este cenário que ora se torna complexo ora naturalizado pelas circunstâncias das rotinas diárias, chama a atenção da opinião pública, sem, contudo conduzir os exasperados fatos e debates para a concretização de políticas públicas para a juventude, categoria mais vulnerável aos riscos de morte. Por outro, deixa à mercê dos acontecimentos a participação significativa da ação policial nestes casos.

A incidência crescente das taxas de mortalidade, especificamente dos homicídios, sobre a população mais jovem da sociedade, agrava-se também em virtude da pulverização da violência e das intervenções consideradas “legais” realizadas pelas polícias em todo país. A intrincada relação entre o legal e o ilegal das ações policiais nas distintas áreas e zonas da cidade, elegendo os espaços mais empobrecidos enquanto “campo” de combate e instauração da ordem, torna as explicações sobre o caráter excessivo do uso da força reconhecível, porém ambíguas quanto ao significado das ações, repressivas, policiais em estados democráticos.

A reprodução das violências nas relações estabelecidas dentro dos Centros de Formação das Instituições Policiais, herança das Forças Armadas, conseqüentemente, impacta as atividades rotineiras dos policiais militares, ocorrendo o que chamo de duplo cerceamento dos direitos: as vozes dos policiais militares que não ecoam dentro da corporação e assim tendem a reproduzir no e para o “outro” os mesmos bloqueios de que são submetidos pela via da militarização da vida cotidiana; e as vozes daqueles que se tornam vítimas (in) visíveis da violência urbana: a população empobrecida da sociedade.

Aprofundar a discussão sobre os possíveis determinantes das intervenções policiais, adotando como gênese desta análise os contornos do caráter militar, expressa na hierarquia e na autoridade – sentidos de pertença do soldado junto às comunidades periféricas – é o caminho que apresento para asfixia a bipolaridade existente entre o civil e o militar, e conseqüentemente descortinar suas faces. Afinal, como compreender a dinâmica policial sem ter acesso ao arquétipo de preservação da ordem incorporada pelos policiais militares em suas atividades rotineiras? De qual forma os fatores que conduzem para a violência geram mais impactos para tais áreas e não para outras? Quais as condições sociais que são cruciais para o crime em determinadas áreas da cidade? Como a militarização da tropa é percebida pelos seus fieis reprodutores?

A releitura destas questões nos convida a mergulhar numa seara de que nem sempre saberemos ao menos descortinar as nossas próprias inquietações. Assim, dissecar a categoria violência diante de um objeto, o policial militar, que também é envolvida por uma rede de violências e ausências de direitos, é ficar atento para um olhar estruturalmente construído e que por isso isento de todo e qualquer comprometimento com os efeitos das ações impetradas nas distintas áreas da cidade.

Tornar-se distante dos conflitos sociais, tão incidentes em suas áreas de origem (periferia), é a tônica daqueles que compartilham da estratégia de Segurança Pública de Salvador, pois fazem parte de uma categoria que até pouco tempo, legalmente, era intocada: os militares. Para tanto, há de se rever os parâmetros em que cada policial militar se vê e enxerga o outro, civil, dentro e fora dos quartéis.

6.1 A atividade policial sob a existência militarizada

A associação entre violência e desrespeito aos direitos civis tem evidenciado de que o processo de democratização ocorrido no Brasil no final da década de 1980 não representou rupturas com os velhos enfoques da ditadura, mas continuidade das práticas policiais no controle do corpo (abuso físico) e das vidas dos civis (mortes), agregando fortemente o militarismo como base para o combate à criminalidade.

Ao mesmo tempo em que a Polícia Militar se constitui enquanto agência para reprimir tensões, também consiste enquanto organização, abarcando o modelo ideal-racional, em especial quanto à sua burocratização e, assim, a sua institucionalização para o controle e manutenção da ordem.

Observa-se uma clara divisão do trabalho em atividades integradas, configurando-se uma hierarquia bastante diferenciada e rígida, com áreas de competência e autoridade, e cuja extensão está limitada, de maneira precisa, por normas impessoais que enfatizam o cargo, e não o ocupante (Soares, 1983, p. 23).

As polícias Militar e/ou Civil sempre estiveram ligadas à consolidação de certa concepção do Estado e da própria sociedade, antes mesmo do decreto-lei nº. 667, que centralizava suas atribuições ao controle do Exército, e explícita politização das Forças Armadas.

As polícias militares, além de enfrentar as modalidades tradicionais de dissenso, passam a funcionar no dia-a-dia como força eminentemente militar no enfrentamento

da guerrilha urbana, poupando às forças armadas à inconveniência de uma presença ostensiva e prolongada nos grandes centros urbanos (Pinheiro, 1982, p. 59).

O enfrentamento dos problemas sociais, não necessariamente para redução das desigualdades, ocorre em detrimento dos direitos civis tendo por suporte o uso das polícias, especialmente as militares, em constante articulação com as etapas do arbítrio: “repressão política e repressão comum” (Ibic., p.66). Neste caso, as imagens da desigualdade existente no país, permeiam o imaginário do efetivo policial militar que racionaliza e justifica suas ações a partir da ideologia do próprio Estado: preservação e controle da criminalidade a todo custo.

O processo pelo qual os policiais militares intensificam estas imagens, e conseqüente sujeição criminal de determinados indivíduos, se dá na jornada de instrução militar realizado nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (soldados, cabos e sargentos), não sendo para os Oficiais tal instrução distinta. Paes Machado & Albuquerque (2001) argumentam que mesmo com as novas exigências democráticas, permanece no quadro permanente de formação o “currículo da selva”.

Similar aos treinamentos tradicionais, que conjugam, a um só tempo, técnicas de sobrevivência na selva com velhos ensinamentos antiguerrilha, a JIM se processa num ritmo stressante, baseado em táticas que estimulam a ansiedade e o medo, produzindo um estado psicológico de absoluta alerta emocional (Ibic., p. 217).

A nova identidade militar se dá por meio da violência e não há limites para o corpo: “o soldado é superior ao tempo”, por isso são chamados de “selva” e a instrução “selvática”. Todos passam a compartilhar dos signos e símbolos da existência militarizada incorporada como meio de se manter alerta para as possíveis invasões inimigas (Leirner, 1997). No entanto, os invasores não são externos ao campo de atuação (estrangeiros), mas que compartilham das mesmas características sociais dos próprios policiais, que porventura residem nas mesmas localidades de onde são oriundos: os bairros periféricos, contrapondo a identidade civil e cidadã à militar.

A militarização onipresente da jornada deixa um nó na cabeça da gente, é uma confusão...uma piração, porque parece que a gente vai servir na guerra, parece que a gente vai sair para caçar terroristas como nos anos de ditadura. A confusão é porque nestes dois anos de academia de polícia a gente ouve tantas frases bonitas de professores dizendo que o novo espírito policial é criar uma relação diferente com a comunidade, estas coisas, e de repente, a polícia cidadã desaparece nos seis dias de JIM (Ibic., p. 221).

As organizações policiais diante das mudanças estruturais, sociais e econômicas, percurso impetrado desde a transição democrática, mantêm como referência para suas tropas o arquétipo da “eficácia” policial, ainda mais presente no efetivo militar por que carregam as marcas indeléveis do tempo em que ser polícia era sinal de total “controle” sobre as “classes perigosas”.

Antes era uma Polícia mais repressiva e vagabundagem não vingava. Mas com a criação dos Direitos Humanos esse quadro mudou. Se um marginal mata uma pessoa e quando o PM age é repreendido e o crime cometido não. O PM perdeu boa parte do seu poder de Polícia. Ele pensa duas vezes antes de combater o marginal. Os membros dos Direitos Humanos defendem os marginais do que o PM. Hoje o policial é mais limitado do que antes⁷².

Entretanto, a incidência das taxas de mortalidade que impactam a saúde e a vida das populações mais pobres nos principais centros urbanos (Minayo, Souza, Paim, Cano, Soares et al), desconstrói o discurso de apaziguamento entre os policiais e o suposto criminoso, pois coabitam nas periferias da cidade.

O uso excessivo da força destinada às populações empobrecidas nas operações policiais é encarado como algo normal e necessário pelo efetivo do Subúrbio Ferroviário de Salvador, e desejado pelo efetivo da Orla Marítima, mesmo que o controle da criminalidade seja realizado com mais violência, e a almejada consagração da sua autoridade policial, reconhecida apenas como imposição do respeito.

O poder de Polícia e o poder da Polícia são o Estado que confere (fiscalizar, prender etc.) A Polícia não tem poder nenhum hoje, mas antes se fazia tudo e não dava nada. **Qual era o lema da Polícia naquela época?** Combater os povos nocivos da sociedade, e continua sendo ainda hoje. **Quem são os povos nocivos?** São pessoas à margem da lei⁷³.

A alocação dos policiais militares formados nas décadas de 1970 e 1980 (auge da truculência policial) se concentra na área do Subúrbio Ferroviário, ao passo em que na área da Orla Marítima se concentra o policial formado nas décadas de 1990 e 2000 (implementação dos pressupostos da Polícia Cidadã). A distinta alocação do efetivo policial por áreas da cidade evidencia o que Paixão definiu como “polícia de gente” e “polícia de moleque”: para a classe média uma ação comedida, voltada para os serviços e aos direitos humanos; para a classe baixa repressão e conseqüente eliminação do elemento suspeito.

⁷² Entrevista concedida pelo soldado que ingressou na Polícia Militar da Bahia em 2005 e presta serviço na Unidade Policial da Orla Marítima.

⁷³ Entrevista concedida pelo sargento que ingressou na Polícia Militar da Bahia em 1980, com a 4ª série do 1º grau.

O que evidenciamos é de que, independente do local em que os policiais militares estejam alocados (Orla ou Subúrbio), a imagem do criminoso, identificada a partir da caracterização do elemento suspeito, advém dos bairros periféricos. Deste modo, o controle se dá, evidentemente, pelas abordagens a ônibus e transeuntes, sendo que o perfil do suspeito é estruturalmente incorporado pela tropa: negro, jovem e pobre. Assim, quando os policiais militares da Orla Marítima reafirmam que há diferenças nas atuações policiais em relação ao Subúrbio não, necessariamente, deixam de agir com a mesma rigidez com tais populações quando estas transitam em sua área de atuação e/ou em qualquer outra parte da cidade.

O tipo criminoso era negro e branco, mas na maioria das vezes era preto. Na Baixa do Tubo⁷⁴, local onde eu trabalhava tinha um jovem negro que não tinha medo de passar pelo módulo. **Mas porque ele deveria ter medo da Polícia?** Existia naquela época⁷⁵ o medo, porque a PM tinha poder porque era comandada por Coronel. O que o Coronel ditava era lei, independente das outras instâncias. O soldado não tinha direito, era um simples subordinado, mas tinha respeito da comunidade. A justiça não intervinha na PM. Quando ocorria alguma ocorrência, o policial tinha que resolver no próprio Comando. Quando a política começou a entrar na Polícia ela decaiu, tirando sua autoridade. O que os políticos falam e mandam é lei⁷⁶.

Este tipo de discurso pode ser melhor compreendido a partir das motivações dos indivíduos ao ingressarem na Corporação Militar: os policiais militares, oriundos da década de 1970, afirmam que ingressaram na Polícia Militar por “vocação”. Porém, evidenciamos que os ingressos desta época foram movidos também em virtude do baixíssimo nível educacional, um elemento crucial para total incorporação dos procedimentos militares, passando a tê-la, a Polícia Militar, como a sua segunda casa. Neste caso, os policiais tendem a confundir “vocação” com “oportunidade de emprego”. Após o período de formação se vangloriam pela obtenção de uma identidade tão valorada àquela época: o ser polícia, com seu arraigado vínculo com o militarismo.

Antes, ser policial, era um sonho, uma paixão em vestir uniforme por se sentir seguro (vocação). Havia uma entrega do policial para a Polícia. Hoje em dia ser policial é porque não se tem emprego. O nível educacional hoje é maior, mas eles entram para

⁷⁴ Bairro periférico bastante conhecido do público baiano, especialmente na década de 1990, em virtude dos altos índices de criminalidade e das sucessivas operações policiais no local.

⁷⁵ O policial está se referindo ao período que corresponde às décadas de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, mas exclusivamente ao final da década de 1980 – época em que pôde experimentar o significado deste medo para às populações mais pobres da cidade, em prol da autoridade policial.

⁷⁶ O policial destaca o fenômeno que, porventura, ocorreu em todo território nacional: a politização das Forças Armadas e, conseqüentemente das polícias estaduais. Na Bahia, a polícia era comandada pelos coronéis que detinham mais autonomia, pois tratavam seus batalhões de Polícia Militar e as áreas que atuavam como feudos. Com a emergência de uma nova política nacional - redemocratização do país - isso não correspondendo uma ruptura com as velhas práticas do cabresto, perpassando por todo o quadro militar, das políticas e dos políticos (Entrevista concedida pelo sargento que ingressou na Polícia Militar no ano de 1986 com o 1º grau completo, e que hoje presta serviço à 12ª CIPM/Rio Vermelho).

pagar os estudos, sem nenhum compromisso com a Polícia. Os antigos se submetem a várias coisas porque não têm saída. **Quais as coisas?** Se calar, obedecer às coisas erradas, ao contrário dos novos.⁷⁷

Nas décadas de 1990 e 2000, ao contrário da década de 1970 e 1980, os ingressos possuem um melhor nível educacional, justificando sua motivação ao ingressarem na Polícia Militar à categoria “estabilidade” – oportunidade de ingressarem na Faculdade, utilizando os seus rendimentos mensais. Ambos os efetivos, Orla e Subúrbio, têm consciência de que um maior nível de instrução da tropa pode reduzir as arbitrariedades (abuso de poder por parte dos oficiais) que ocorrem dentro da Corporação Militar, sem, contudo escaparem do processo de ressocialização dos indivíduos, incorporando uma nova identidade profissional e pessoal: o ser policial que se projeta com mais intensidade em certas áreas da cidade.

A satisfação e/ou insatisfação do efetivo policial da Orla Marítima acerca do mau tratamento que lhe é ofertado pela população (71% dos casos) tem por base o cerceamento das suas atividades policiais pela população local, impossibilitando que possam agir da mesma forma em que os seus colegas policiais supostamente agem nas áreas periféricas. A justificativa da assertiva dos policiais da Orla é proveniente de uma menor preocupação com o controle interno e com isso menos sanções disciplinares nas Unidades Policiais de áreas empobrecidas. A omissão se torna mais presente na fala dos policiais militares da Orla Marítima, pois argumentam de que não pode agir “livremente” como “Polícia”.

A Polícia que eu fui preparado era para vigiar o cidadão. Você não poderia conversar, bater papo ou coisa parecida. Hoje, a Polícia mudou e a população não está preparada para aceitar esta Nova Polícia. Os conselhos⁷⁸ agem como vigilantes do PM e não como base de apoio.⁷⁹

Os policiais militares que prestam serviço no Subúrbio Ferroviário também declaram que obtêm um mau tratamento pela comunidade (76% dos casos), em virtude dos estereótipos de lugar marginal e perigoso, refletidos na fala dos policiais militares, a partir dos recursos mínimos que são destinados para tais áreas (educação, saúde, habitação, lazer, segurança etc.). Ocorre, assim, a reafirmação da associação entre pobreza e criminalidade, e conseqüentemente das condições para o crime (ócio, drogas, falta de educação e más companhias), proveniente da diferenciação por classe e cor dos indivíduos [Adorno (1995);

⁷⁷ Entrevista concedida por um policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1980 e hoje presta serviço na Unidade Policial da Orla.

⁷⁸ Os Conselhos Comunitários foram criados com o objetivo de reunir várias representações do bairro (comerciantes, moradores, professores, líderes comunitários etc.) junto às Companhias Independentes de Polícia Militar para reduzir a grande distância que existe entre Polícia e Comunidade, assim como auxiliar na melhoria do policiamento dos bairros – um dos pressupostos da Polícia Cidadã.

⁷⁹ O policial ingressou na Polícia Militar na década de 1980.

Soares & Borges (2004); Espinheira (2000 & 2004); Caldeira & Houston (1999); Paim & Nunes (2005) et al].

A oposição entre os dois efetivos, Orla e Subúrbio, quanto às condições sociais que conduzem ao crime se apresenta de forma mais evidente nas narrativas do efetivo policial suburbano, porém não anula o antagonismo em que ambos se expressam ao se referirem ao tipo que mais causa problema no bairro: negro, pobre e jovem, tornando tais indivíduos personagens potenciais das operações policiais nas distintas áreas.

A relação entre ano de praça (ingresso na Polícia Militar) e nível educacional tem um peso significativo nesta análise, evidenciando que ser policial (praça) não é mera vocação (idealização), mas uma oportunidade para manutenção da família, especialmente dos policiais mais antigos, em virtude do número de filhos; ao passo em que a busca pela ascensão social (dos policiais mais novos), torna-se objetivo central dos policiais solteiros.

A grande diferença da atuação de ambos os efetivos policiais, Orla e Subúrbio, é a capacidade de controle dos moradores das áreas menos vulneráveis às violências – os bairros nobres – e que de forma impositiva passam a exigir um policiamento mais “eficaz” contra os supostos elementos suspeitos em sua área de atuação. Neste caso, os impulsos para as práticas militarizadas no policiamento ostensivo quase sempre excede ao uso da força legal, pois se mantêm latente para se manifestar a qualquer indício de perigo.

6.2. O efeito da circunscrição na rotina policial

No processo de formação militar são disponibilizadas aos novos ingressos as normas e os códigos de honra que devem ser cumpridos para que possam desenvolver o espírito de união e o sentido de pertença, e conseqüentemente de auto-reconhecimento sobre sua nova identidade militar.

Para que esse novo sentido de pertença seja satisfatoriamente incorporado pelos e nos indivíduos, algumas diretrizes são necessárias: 1) o pronunciamento de que fazem parte de uma nova família e que, portanto, devem preservar e respeitar as regras e a hierarquia, para que possam ter êxito em sua nova condição de existência; 2) a organização da tropa por turmas e números, a fim de criar com o outro um código de parceria, possibilitando uma melhor eficácia na rotinização das suas atividades; 3) a substituição do nome de batismo pelo sobrenome – outra forma de despojamento de si; 4) a eliminação do status social anterior pela categoria militar (soldados, cabos e sargentos), única forma de diferenciação de poder e de

prestígio dentro da instituição militar; 5) a nítida diferenciação entre Civil e Militar, já que agora podem “diferenciar-se”, desvelando um mundo dantes obscuro, mas que agora ganha a chance de conviver entre os “policiais”, tornando-se a própria Polícia; 6) a construção de um novo olhar sobre a Polícia, descartando a idéia da repressão em prol de uma visão disciplinadora e necessária ao processo de formação militar; 7) o indivíduo, agora, assume a responsabilidade para a com a imagem da Polícia, pois só o militar tem total clareza sobre as dificuldades de ser Polícia, e este deve mantê-la intocável.

Muniz (1999) retrata em seu estudo sobre a instituição policial um dos elementos constitutivos desta estrutura: a condição do policial enquanto uma razão de ser. Assim, o período de formação é a base para se entender à forma em que os policiais incorporam os elementos constitutivos de uma cultura rígida e disciplinadora que ultrapassa os limites legítimos da força, selados pelo “espírito de corpo”, ou como é comumente conhecido por “corporativismo policial”.

A relação entre Polícia e Direitos Humanos se deteriorou mesmo antes de se efetivar porque o sentido de pertença do policial militar, associado ao imaginário da sociedade acerca da efetividade dos direitos, ainda se apresenta desigualmente estratificado. Os policiais associam a Comissão dos Direitos Humanos ao “privilegio dos bandidos” ao passo em que a sociedade faz uso e exige da força policial mais energia (truculência) para expurgar do seu território àqueles definidos como um “problema” e sendo assim oriundos das “classes perigosas”: os pobres [Perlman (1997); Zaluar (1985; 2004); Pinheiro (1982) et al].

Neste sentido, a corporação policial não deve ser questionada quanto a sua maneira de agir diante de qualquer situação que envolva o devido controle da criminalidade, e o período de formação torna-se o pêndulo para a incorporação dos elementos “obscuros” e constitutivos da ação policial: o (des) controle no uso da força e conseqüente violação dos direitos, vistos por dentro.

Naquele tempo a formação era para ir para guerra – algo bruto. Você não poderia conversar coma a comunidade porque a gente tinha uma Polícia isolada. Não poderia tirar a mão das costas; havia câmara de gás. Era um regulamento auxiliar do Exército: sim, Senhor, não, Senhor, e cale a boca.⁸⁰

O traquejo (humilhação ao ser obrigado a pagar apoio): banho de lama. Muitos tiveram problemas de pele, algo que não enriquece em nada a nossa função e só faz baixar a auto-estima, endurecendo sua essência, criando um indivíduo violento. **É isso que explica o PM violento?** Isso expande, mas o cara já nasce violento.⁸¹

⁸⁰ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1980 e presta serviço na Orla Marítima de Salvador;

⁸¹ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1990 e presta serviço no Subúrbio Ferroviário de Salvador

Eles colocam uma coisa na nossa cabeça. **Que coisa?** Parece que toda hora vai ter combate, tiro, um terror. Mas depois nós percebemos que é outra coisa. Eu pensava em desistir o tempo todo. **Eles declaram qual é o tipo criminoso?** O assaltante, o louco, o bêbado etc.⁸²

Essas declarações fizeram parte das vivências dos ingressos no período de formação (isolamento) e são conduzidos fielmente para suas relações cotidianas, seja no contato com as populações assistidas, transferindo para estes o prolongamento das exigências acerca do respeito e da hierarquia; com os amigos porque são tratados, ora enquanto indivíduos de autoridade, portanto privilegiados por tê-lo como amigo e solucionador de problemas e ora como estranho, já que não o reconhecem mais como o João, o José, o Pedro dantes, e sim as suas representações militares: SOUZA, SANTOS, SILVA e outros, ocorrendo o inevitável: o afastamento.

Os familiares, na maioria das vezes não gostam da Polícia, mas compreende e crê que ele não é igual aos outros, pois este cumpre sua missão policial: proteger e manter a ordem pública, além da satisfação de se ter um militar na família – status de segurança diante do desassossego imposta pela violência urbana.

Minha mãe disse: eu não gosto de PM, mas você vai ser um bom policial. **E porque ela não gostava da Polícia?** Por causa da violência e do processo de qualificação que era bastante rígido⁸³.

Todos [amigos] encaram com naturalidade [o fato de ser polícia], mas a questão é que muitos policiais deixam o poder subir para a cabeça e se afasta dos amigos, acarretando o preconceito dos civis.⁸⁴

Tenho muitos amigos policiais, mas não ando muito com eles. Eu escolho bem minhas amizades. **Por quê?** Por que alguns bebem e provocam confusão; outros praticam violências.⁸⁵

Todas essas questões tendem a conduzir o indivíduo ao processo de circunscrição militar: aprofundamento do procedimento apreendido no período de formação – a constituição da identidade militar - e certo isolamento da vida que mantinha enquanto civil, se reconhecendo e compartilhando das mesmas aflições e aspirações junto aos colegas de farda. Quando tais policiais militares prestam serviço na mesma área da sua localidade de moradia, o distanciamento se faz urgente e necessário porque estão sobre outro tipo de sujeição

⁸² Entrevista concedida pela policial feminina que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 2000 e presta serviço na Orla Marítima de Salvador.

⁸³ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1980 e presta serviço na Orla Marítima de Salvador

⁸⁴ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 2000 e presta serviço no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

⁸⁵ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 2000 e presta serviço no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

(valorativa e não criminal), e o deslocamento desta dimensão o transforma num “outro” que não é “marginal”.

O contato com as áreas consideradas de “risco” dá um retorno mais significativo quanto à sensação de pertença a nova identidade, ao contrário do que ocorre nas áreas nobres: o respeito à farda e as insígnias militares são essenciais para a manutenção do poder.

É terrível trabalhar com classe média e alta (juiz, advogado etc.) porque elas pensam que tendo destaque da mídia se tornam Deuses. Vivemos entre a lei e a espada. Mesmo cumprindo a lei não podemos agir, podemos até apanhar por medo. O PM trabalha nesta área com receio (medo), mas todo mundo precisa da Polícia⁸⁶.

A relação de respeito, da comunidade para com o policial militar, adquirido via imposição e/ou violência tem suscitado em ambos os efetivos militares desta década, na era dos Direitos Humanos, uma sensação de desprestígio e conseqüente declínio de sua autoridade policial, ocasionando o descomprometimento com o serviço policial, em virtude também do abandono por parte do comando da Corporação Policial, em especial no tocante a sua própria segurança.

Como se sentir seguro na terra de tanta violência? O crime está mais organizado. O policiamento da classe alta é aparelhado e para a classe baixa “salve-se quem puder”. Os coletes estão vencidos, não só aqui, mas em toda Polícia. Estou cumprindo o meu papel porque Deus tem me ajudado. Não gosto de bater e não gosto de apanhar.⁸⁷

O crime é organizado e se tornou ousado. Era raro se ouvi que se matava policial. Nós é que estamos presos. A gente vive numa tensão danada. Antigamente, havia uma reação imediata que era correr atrás dos bandidos, inibir a violência contra o PM. Quando mataram os policiais no bairro Canela (área nobre de Salvador) não houve nada. Mas se fosse na década de 1980 seria um salseiro (agitação e combate). Hoje tem muito PM envolvido com o crime. **Antes não havia policial envolvido com o crime?** Existia, mas quando existia crime contra o PM o Estado reagia de imediato.⁸⁸

A sensação de desamparo relatado pelos policiais militares está intimamente ligada ao processo de mobilização da sociedade civil contra os abusos e violação dos direitos humanos registrados diariamente nos principais veículos de comunicação e nos relatórios da Comissão dos Direitos Humanos. A relação entre direitos humanos e atividade policial supõe perda de autoridade frente ao suposto criminoso, identificado a partir da caracterização do elemento suspeito (Ramos & Musumeci, 2005), a partir da sujeição criminal (Misse, 1999).

⁸⁶ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1990 e presta serviço na Orla Marítima de Salvador.

⁸⁷ Entrevista concedida pelo policial que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 1990 e presta serviço no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

⁸⁸ Entrevista concedida pelo sargento que ingressou na Polícia Militar da Bahia na década de 2000 e presta serviço na Orla Marítima de Salvador.

A sensação de insegurança dos policiais militares de ambas as áreas da cidade – Orla e Subúrbio – se refere ao suposto declínio da sua autoridade policial também diante das comunidades onde prestam serviço. Porém, o impacto da violência (homicídios) na saúde pública, inserindo as intervenções “legais” das policiais militares como um dos fatores da incidência das taxas de mortalidade no país, evidência o quanto à frequência dos confrontos armados expõe os profissionais de segurança pública aos riscos de morte.

O exercício da atividade profissional invade a vida social e pessoal desses trabalhadores. A simbiose da natureza do trabalho com o modo e o estilo da vida pode ser constatada no ‘slogan’ de um dos batalhões da PM: ‘O espelho reflete você e você reflete o Batalhão da Polícia Militar’ (Minayo & Constantino, 2003).

O policial militar incorpora à instituição em sua rotina diária, perpassando o tempo destinado a atividade profissional. Neste sentido, é reconhecível quando um policial diz ser militar por 24 horas já que está exposto aos riscos de trauma e morte quando este é reconhecido pelo “inimigo” ao retornar para casa e/ou em suas atividades de lazer. Esta situação faz com os policiais militares esteja circunscrito ao ambiente militar, local onde podem expressar, mesmo com o cerceamento que sofrem por parte de alguns superiores hierárquicos, e ser compreendidos pelo grupo do qual fazem parte, além de criar uma barreira de defesa diante do civil que por ora mantêm a distância necessária.

O policial militar vive preso, dentro ou fora da corporação policial, num vigilantismo reflexivo. O vigiar faz parte da conduta policial para a incorporação e conservação dos bons hábitos e eliminação das más práticas, sendo estas últimas os resquícios da vida civil: “naquela época a gente não podia andar na rua à noite, participar de festas de largo e nem ficar bebendo em qualquer lugar porque a gente tinha que mostrar o exemplo. Se a gente não se vigiasse, a população nos vigiava e exigia que a gente vigiasse direito. Todo mundo vigia todo mundo”⁸⁹.

⁸⁹ Trecho da entrevista concedida por um oficial da Polícia Militar da Bahia que ingressou na corporação no posto de soldado, na década de 1970.

O que significa para você a “Polícia Cidadã”?⁹⁰

SdPM – A Polícia que eu fui preparado era para vigiar o cidadão. Você não poderia conversar, bater papo ou coisa parecida. Hoje, a Polícia mudou e a população não está preparada para aceitar esta nova Polícia. Os Conselhos⁹¹ agem como vigilantes do PM e não como base de apoio.

SdPFem – Significa integração entre PM e Sociedade. Na prática não sei se existe isso mesmo. A Polícia ainda é bruta, mas podia ser mais amigável. Quer mostrar impacto e força.

SdPM – Tentativa de aproximar a Polícia da Comunidade

Ao vigiar o outro, acabamos por vigiar a nós mesmo com o suporte da moral – aquela que determina e separa o joio do trigo - mantenedora dos bons costumes. Os policiais sabem enumerar as noções básicas dos Direitos Humanos, assim como os pressupostos da “nova” Polícia, mas admitem que não tenha como torná-las exequíveis em suas atividades, alegando sempre de que a culpa pela ineficácia da ação policial é do “outro”, da sociedade, que não está preparada para conviver com uma polícia “civilizada”.

O discurso de vitimização relatada pelos policiais militares evidencia também que as maiores vítimas das operações policiais se concentram nas periferias, locais de moradia da maioria do efetivo policial militar, de acordo com os dados acerca das percepções sobre as violências: circunstâncias, fatores e condições sociais ocorrem nas ruas: em festas de rua; com os marginais e nas praças, revelando que o espaço público foi terminantemente privatizado como arena de guerra para os confrontos diários entre policias e marginais. E o lugar da casa, também permeado por tantas outras representações da violência, torna-se o lugar menos vulnerável para as investidas policiais. Entretanto, essa circunstância “a casa” não teve relação significativa porque o está na rua para o policial é sinal de ociosidade, portanto de malandragem e suspeição criminal. Ressalto que o ato de “invadir” os espaços privados localizados sobremaneira nos bairros periféricos não é uma prática suprimida nas operações policiais.

⁹⁰ Os termos SdPM e SdPFem significam, respectivamente, soldado e soldado feminina da Polícia Militar.

⁹¹ Os Conselhos Comunitários foram criados para agir juntos às Companhias Independentes de Polícia Militar para melhorar a relação entre Polícia e Comunidade como representante da população e auxiliar na melhoria do policiamento dos bairros – um dos pressupostos da Polícia Cidadã.

7. Conclusão: um bloqueio latente

Os espectros das ações policiais impetradas pelos militares são como espelhos da própria configuração da cidade: politizada, hierarquizada e também explosiva. Entretanto, o papel das instituições de segurança pública – polícias Militar e Civil – outro paradoxo que deve ser analisado em suas múltiplas dimensões – ainda está presa aos vínculos detidamente profundos do caráter militar: tortura e violação dos direitos [Lemos-Nelson (2002); Pinheiro (1982) et al]. Neste novelo de representações sociais trilhei os contornos da cidade e sua divisão entre “alto” e “baixo”, “nobre” e “periférico”, “válidos” e “falhos”, a fim de dotar o leitor das minúcias da distribuição desigual da segurança pública para, enfim, analisar tais disparidades a partir da ótica do “outro”: o policial militar.

Os espaços do *habitar* são os primeiros passos para se compreender a configuração de uma existência cerceada pelos inúmeros assaltos à dignidade humana. As primeiras invasões que ocorrem na cidade tornaram possível a expansão e a possibilidade de urbanização (investimento em infra-estrutura) e crescimento econômico, portanto acumulação capitalista. Porém, ao passo que tais invasões permearam as áreas restritas da Orla Marítima, se inicia a criminalização das populações de baixa renda, situando-as em lugares longínquos e de difícil acesso.

Na trajetória dos moradores destas localidades, periférica, imprimiu-se a insígnia do invasor, portanto passível de eliminação. O ato de invadir transforma o conflito pela terra num problema de segurança pública e nacional. E diante de um problema, socialmente construído, intensifica-se o “vigilantismo” sobre as classes baixas, tratando-as como potenciais criminosos.

O que poderia ser considerado e tratado enquanto alerta para as disparidades existentes na cidade passa a ser patrulado e enquadrado militarmente pelas forças de segurança que auxiliam nas remoções das invasões para as periferias. A cidade assim se reconhece a partir de dois prismas: de cima e de baixo. A população de cima usufrui das benesses dos principais equipamentos e serviços públicos, onde a segurança é o seu maior bem; a população de baixo (composta por afro-descendentes) são continuamente empobrecida e violada em seus direitos de habitar, ir e vir.

A visibilidade das violações dos direitos fundamentais à vida vem á torna num período em que as aspirações democráticas tomam às ruas e o imaginário popular no final da década de 1980. Entretanto, no processo de redemocratização até os dias atuais há uma crescente dos impactos das violências registradas enquanto taxas de mortalidade na saúde

pública. E as intervenções “legais” [Pinheiro (1982); Holston & Caldeira (1999) et al.] surgem como diferencial deste arquétipo de análise. Ou seja, a ausência de um controle sobre as ações das polícias (accountability) tornam recorrente os abusos e as violências, assim como a certeza da impunidade.

Porém, há de se saber com quem se deve impor a autoridade policial, além da total certeza da sua gratificação simbólica e/ou material. Portanto, as taxas de mortalidade são distribuídas por zonas e localidades definidas por *status* e privilégio social, prescrevendo certa continuidade dos privilégios de classe que permeia as operações policiais. A repartição da cidade determina para qual classe o enquadramento militar deve imperar. As pesquisas realizadas sobre a temática da violência atestam que o desemprego e os bloqueios de acesso aos bens materiais tendem a intensificar distintamente os índices de letalidade policial nas áreas das principais capitais do país [Soares & Borges (2004); Cano (2000); CJP (2000); FCCV (2002); (Paim & Castro, 1999) et al.].

As principais vítimas deste paradoxo ainda persistem nas estatísticas nacionais: afro-descendente, jovens e pobres. Como usufrui da democratização se ainda é reservado às populações os mínimos esforços para redução das desigualdades sociais, segregando-os em espaços com baixíssimas perspectivas de vida? Mas como inibir tais representações da violência se em raros momentos as práticas violentas não são questionadas quando impetradas contra o elemento suspeito?

Ao contrário do que as organizações policiais deveriam ter, na prática, por missão: dotar o sujeito de “proteção” evidenciou que os responsáveis pela Segurança Pública na Bahia distribuem o policiamento de forma desigual, a partir das categorias destacadas no início deste trabalho: renda *per capita*, *classe e raça/cor*. O policiamento passa a operar em certas localidades como mediadora dos conflitos e em outras, em virtude da escassez, como redentora dos espaços marginalizados, pela via da repressão e eliminação.

Os pressupostos do policiamento comunitário tão bem divulgados como nova prática institucional das organizações policiais quase que inexistem nos bairros periféricos da cidade: prevenção do crime em parceria com a comunidade; patrulhamento das áreas como caráter preventivo (contínuo) e não emergencial (combate); e essencialmente a construção do sentimento de confiança entre a polícia e a comunidade, deteriorado no próprio processo de formação da sociedade brasileira, desde a utilização das forças policiais para conter rebeliões escravas às manifestações operárias e estudantis, além do controle ao custo da vida da ordem pública.

Evidenciamos uma realidade bem atípica da almejada perspectiva cidadã: ao passo que há 175 habitantes por policial alocado na área da Orla Marítima; existem 1.045 habitantes por policial nos bairros periféricos; enquanto cada viatura nos bairros nobres dá conta de 7.235 habitantes, nos bairros periféricos a guarnição de cada viatura precisa dá proteção para 89.000 habitantes; o mesmo efeito dispare ocorre em relação às delegacias especializadas que estão concentradas nos bairros nobres.

Neste sentido, a projeção de uma nova Polícia não é traduzida em usufruto para as áreas empobrecidas da cidade, e o fio condutor desta continuidade “repressora” tem por base a politização das polícias e a formação militarizada de sua tropa.

A identidade civil tende a ser “parcialmente” suprimida em detrimento de uma nova identidade “selvática”, portanto militar. Porém, o preço deste rito é o efeito da circunscrição que tem por finalidade, mesmo que os indivíduos não se percebam isolados nos seus mundos, criar uma barreira de proteção contra a descaracterização de uma identidade que não elimina a cor, mas identifica no “outro” uma distinta visão de mundo. E esta identidade incorporada pelos militares em fase de formação é buscada pelos indivíduos quase que como ascensão e salvaguarda de suas próprias vidas, eliminando “parcialmente” de si a marca do elemento suspeito.

As contradições nos relatos dos policiais militares quanto ao processo de formação, abordando os elementos constitutivos da militarização da vida: humilhações, traquejos, e o cultivo do desrespeito aos direitos como base da interação contínua entre os praças e os seus respectivos superiores hierárquicos, chega às populações empobrecidas como medida cautelar de respeito e preservação da autoridade.

O mesmo processo de incorporação dos códigos militares observado com os praças também se dar com os aspirantes ao oficialato em suas interações com os demais graduados, com explícita diferenciação, organização, equilíbrio e manutenção das barreiras. O mesmo bloqueio de direitos imposto aos soldados pelos graduados e oficiais será reproduzido mais além, em suas atividades rotineiras, como forma de legitimar e sustentar uma imagem valorativa diante do outro, já que não a possui nos espaços dos quartéis. Este sim pode ser uma das chaves para se compreender o porquê das resistências às mudanças dentro das corporações policiais.

Os policiais militares entre os seus pares contribuem para a conservação de uma ordem, sempre de cima para baixo, interagindo com o “outro” inimigo, na tentativa de sobrepor a este uma representação idealizada de autocontrole, mantendo entre e com os seus uma representação valorativa.

A relação entre nível de renda e cor se apresenta como definidora da suspeição criminal operacionalizada nas abordagens policiais. Mas como compreender tais suspeições se quase todos os agentes de segurança pública são tão mestiços quanto os elementos suspeitos? O processo de formação pautado na superação de limites torna os indivíduos aptos para combater a criminalidade, impossibilitando que este possa vê o outro através de si mesmo e, assim, as contradições são racionalizadas nas suas rotinas diárias.

Os condicionantes da militarização, códigos e normas, contraditoriamente, permeiam a formação dos futuros agentes da segurança pública. Entretanto, quanto mais tempo de serviço mais resistência para operacionalizar os novos procedimentos (cidadãos) e, por isso, a grande maioria dos ingressos das décadas de 1970 e 1980 é alocada na periferia, onde a população deve ser suprida com a mínima sensação de segurança – espaço propício para a legitimação do vazio do poder.

A constatação deste arquétipo de segurança pública faz parte das percepções dos policiais militares quanto às representações da violência, em especial do efetivo do Subúrbio Ferroviário, já que estão interagindo continuamente com os espaços estrategicamente conduzidos para o crime. Todas as percepções acerca dos fatores, circunstâncias e condicionantes para o crime são direcionadas para os espaços periféricos, como uma profecia que tende a se cumprir.

A suspeição é um dos elementos para se compreender as relações percebidas pelos policiais militares enquanto determinante da criminalidade: pobreza, ócio, drogas, falta de educação e más companhias – relações significativas apenas no Subúrbio Ferroviário. E porque os policiais da Orla Marítima não concordaram com tais condicionantes para o crime? Neste instante, podemos perceber de que os policiais militares da Orla Marítima estão mais cerceados em suas falas acerca das representações da violência do que os policiais militares que atuam no Subúrbio Ferroviário. Enquanto os policiais militares que atuam na área da Orla Marítima são continuamente alertados da sua missão policial - a preservação da imagem da Polícia Militar, agora, Comunitária sentem-se menos à vontade para tipificar o elemento suspeito, pois estão sob a coerção da ação cidadã, mesmo que não obtenha um tratamento cidadã nem entre os seus pares hierárquicos e nem da população pela qual prestam serviço.

O discurso cidadã só se apresenta diante das conveniências operacionais, mas logo em seguida percebemos as situações de exclusão, portanto de criminalização (Misse, 1999). A busca pelo equilíbrio, a partir da imposição e domesticação do “outro”, acarreta ruptura e conseqüente fragmentação do seu papel social (civil). A incorporação do papel militar

restringe parcialmente a presença do papel civil, reservando espaço mínimo de ligação entre ambos, ocasionando o *ethos militar* – a súbita vitória institucional.

A cultura da violência, incorporada como uma ação naturalizada da disposição para solucionar problemas, é incorporada pelos policiais militarizados no processo de mortificação civil durante sua permanência nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e também do oficialato.

O estranhamento, mediante a instalação de uma barreira, o impede de reconhecer o outro, situado nas periferias, enquanto indivíduo de direito, fazendo-o descolar do seu lugar de origem - a mesma periferia que impõe a repressão como medida necessária no controle da criminalidade – para outra categoria que praticamente o resgatou de uma profecia que tenderia a se cumprir: “meus primos estão todos desempregados e isso pode conduzir cada um para a marginalidade”⁹².

O indivíduo, assim, agrega no próprio corpo um caráter militar atribuído pela instituição acerca das competências legais e das suas prováveis restrições, dotando-os de uma capacidade de conservação, legitimando o ser “Polícia” enquanto parte de uma entidade que auto-define suas ações. Porém, não há uma nulidade da consciência real destes indivíduos. A concepção do “sagrado” é compartilhada apenas pelos policiais militares que se declaram evangélicos, mas toda instituição imprime no ingresso uma ideologia, um modo de ser e agir.

As percepções dos policiais militares do Estado da Bahia retratam o arquétipo de uma sociedade desigual que naturaliza os eventos violentos em detrimento dos direitos civis. E o discurso cidadã depara-se com o vazio de uma ordem que privilegia o reconhecimento em contínua desconexão de si e do outro num processo interativo entre o real e o ideal no controle social, servindo para ambos os atores sociais: os policiais militares e, especialmente, a população suburbana.

As tentativas das organizações policiais em ultrapassar as barreiras da concepção militarizada da Segurança Pública são frágeis e por isso prolongam o processo de transição de uma polícia-força para uma polícia-serviço em circunstâncias e momentos distintos da ação policial. As mudanças de comportamento impostas pelos comandos das Polícias Militares ao seu efetivo não surtirá efeito nem a longo prazo, pois cultivam e reproduzem as múltiplas representações das violências nas relações estabelecidas dentro dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, e que se ramifica na cadeia do oficialato.

⁹² Relato de um policial da Polícia Militar alocado na Unidade Policial do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Entrevista concedida em outubro de 2006.

A exigência por uma nova concepção de polícia tende a acirrar ainda mais os conflitos sociais, transformando-os em “problemas” que devem ser eliminados a qualquer preço, elevando, assim, os riscos de morte que povoam as vidas tanto dos policiais militares, em sua maioria moradora das periferias, quanto das populações mais vulneráveis às operações policiais: afro-descendente, jovens e pobres.

Diante do exposto, desvelam-se aos nossos olhos as diferenciações da atuação do efetivo policial militar na cidade de Salvador, onde a sociedade soteropolitana, ao mesmo tempo em que anseia por segurança, legitima a prática da caça ao desvalido da sorte – o elemento suspeito.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sergio. Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, nov., 1995, pp. 45-63.

BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

_____ *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____ *Modernidade e Ambivalência*; Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1999, 336p.

BRETAS, Marcos L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, v. 19, 1998.

BORGES, Ângela Carvalho. *Expansão Capitalista e Habitação Popular em Salvador*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. 747 p.

_____ *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Difel ; Bertrand Brasil, [1989]. 311 p.

CANO, Ignácio & FERREIRA, Carlos Eugênio. Homicídios e evolução demográfica no Brasil: O impacto da evolução demográfica na futura taxa de homicídios e a incidência dos homicídios na pirâmide populacional. In: Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle Silva (Orgs.). *Origens e Destinos – Desigualdades sociais ao longo da vida*. Ed. Topbooks, 2003.

CANO, Ignácio. *A Existência do Viés Racial no Uso da Força Letal pela Polícia no Brasil*. “24 Encontro Anual da ANPOCS”, Petrópolis, 2000.

_____ *Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate*. *Arché*, ano VII, nº. 19, 1998.

CARIA, Telmo H. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. In.: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 55, Novembro 1999, pp. 5.36.

CARVALHO, M. A. R. de. “Cidade Escassa e Violência Urbana”, *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 91, 1995.

CASTRO, Izail Arnaldo de. *População e Setores Censitários dos bairros de Salvador*. Salvador: IBGE, 2005 (mimeo).

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. 14 ed. (tradução Maria Isaura pereira de Queiroz). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990 (A primeira edição data de 1985).

ESPINHEIRA, Gey (Org.) Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 2004, 204p.

_____ Imagem da cidade feia e desumana. In: JUNIOR, Milton Esteves; URIARTE, Urpi Montoya (Orgs.). Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 189-198.

_____ Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson; RIBEIRO, Lutz M.; ZANETTI, Carlos C. (Orgs.). A outra face da moeda. A violência na Bahia. Salvador: CJP, 2000.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Os militares como categoria social. São Paulo: Globo Editora, 1979.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. O Rastro da Violência em Salvador – II – Mortes de residentes em Salvador, de 1998 a 2001. Salvador: UFBA/FCCV/IML, 2002.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____ Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982. 158 p.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. Limites do Habitar. Tese de doutoramento, 1991.

_____ Invasões, intervenções e perspectivas. O caso da cidade de Salvador. In: Cadernos do CEAS, n. 136, novembro/dezembro, 1991.

KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos; tradução de Otto Miller. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LEIRNER, Piero de Camargo. Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LEMONS – NÉLSON, Ana Teresa. Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Salvador: Cadernos do CEAS, n. 197, janeiro/fevereiro, 2002.

LOPES, Regina T. A desconstrução da violência no bairro de Escada: um novo olhar sobre o Subúrbio. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.) Sociabilidade e Violência: criminalidade no

cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 2004, 204p.

Macedo, Adriana C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. In: Revista de Saúde Pública 2001;35(6):515-22 515

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade Violenta:** por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: METRÓPOLES: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo; FASE, 2004. p. 291-315.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. As invasões na cidade de Salvador. In: Cadernos do CEAS, n. 72, março/abril, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de S (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: Caderno de Saúde Pública v.10 supl.1 Rio de Janeiro.

_____ (2003). A violência dramatiza causas. In: In: Minayo, M. C. S & SOUZA, E. R (Orgs.). Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos (Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1999).

MOURA, Milton. Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. In: Cadernos do CEAS, n. 125, janeiro/fevereiro, 1990.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser:** cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f. Tese (doutorado) - Ciência Política, Rio de Janeiro, 1999.

NORONHA, Ceci Vilar & PAES MACHADO, Eduardo. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan./jun 2002, p. 188-221.

OLIVEIRA, Nelson; RIBEIRO, Lutz M.; ZANETTI, Carlos C. (Orgs.). A outra face da moeda. A violência na Bahia. Salvador: CJP, 2000.

PAIM, J. S; COSTA, C. N; MASCARENHAS, J.C.S; SILVA, L. M. V. Distribuição espacial da violência: mortalidade por causas externas em Salvador (Bahia), Brasil. In: **Revista Pan Americana de Salud Publica**, 1999, p. 326.

PAES MACHADO, Eduardo & ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n.º 5, jan./jun., 2001, p.214-239.

PAIM, J & NUNES, M. Um estudo etno-epidemiológico da violência urbana na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil: os atos de extermínio como objeto de análise. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(2):459-468, mar./abr., 2005.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. Dados - **Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n.1, maio de 1984.

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO Cláudio. Crimes, vítimas e policiais. In: **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. v. 9, n.1, maio de 1997.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 217 p.

PERLMAN, J.E. O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: Pinheiro et al (Orgs.). A violência brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 57-91.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. Estatuto da Polícia Militar, 2001.

_____ Projeto de Redimensionamento da Área do 16º BPM/Subúrbio Ferroviário, 2001.

REIS, Dyane Brito. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relato de policiais militares. In: **Caderno CRH**, n. 36, jan./jun. Raça e democracia nas Américas. Salvador: CRH, 2002.

SANTOS, José Raimundo. Sem eira nem beira...um lugar marginal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia.

SAPORI, & SOUZA. Violência Policial e Cultura Militar: Aspectos Teóricos e Empíricos

SILVA, João Apolinário da. Transformações urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980 –2000) /João Apolinário da Silva, orientador Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes. – Salvador, 2004, 157f.

_____ Planejamento Operacional: análise do modelo de UOp (CIPM x BPM) e perspectiva de mudança para criação de unidades operacionais na PMBA, 2004 (Interno).

_____ Distribuição Geográfica das Áreas das Unidades Operacionais que atuam em Salvador, 2005 (Interno).

SOARES, Gláucio Ary Dillon & BORGES, Doriam. A cor da morte. In: **Revista Ciência Hoje**, outubro, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo; MV BILL & ATHAYDE, Celso. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA ER, Minayo MCS, Silva CMFP. Análise temporal da mortalidade por causas externas no Brasil: décadas de 80 e 90. In: Minayo MCS, Souza ER, Minayo (Orgs.). Violência sobre o olhar da saúde. A infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 83-107.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista da USP**, São Paulo: USP, n. 37, 1998.

URBANDATA, 1001 Teses sobre o Brasil Urbano – Catálogo Bibliográfico (1940-1989). VALLADARES, Lícia do Prado; SANT'ANNA, Maria Josefina G.; CAILLAUX, Ana Maria J. 1991, pp. 197.

VALLADAREA, Lícia do Prado (Org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro, 1981.

_____Passa-se uma Casa. Análise do programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva. 5 ed. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WHITE, William Foote. Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 390 p.

ZALUAR, Alba (1985). A máquina e a Revolta – as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Ed. Brasiliense.

_____Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

A N E X O

Efetivo Geral das Unidades Policiais subordinadas ao CPC – agosto/2004

BAIRRO SEDE	UNIDADE	CEL PM	TC PM	MAJ PM	CAP PM	TEN PM	SGT PM	AL SGT PM	CB PM	SD PM	TOTAL	%
PELOURINHO	18º BPM	-	1	1	7	12	99	4	-	393	517	10,6%
PERNAMBUEÉS	1ª CIPM	-	-	1	2	8	22	-	-	81	114	2,3%
BARBALHO	2ª CIPM	-	-	1	2	9	37	-	-	104	153	3,1%
CAJAZEIRAS	3ª CIPM	-	-	1	2	9	55	4	-	129	200	4,1%
PIRAJÁ	9ª CIPM	-	-	1	1	8	51	-	-	93	154	3,2%
BARRA	11ª CIPM	-	-	1	0	9	62	-	-	181	253	5,2%
RIO VERMELHO	12ª CIPM	-	-	1	1	8	34	-	2	114	160	3,3%
PITUBA	13ª CIPM	-	-	1	1	9	30	-	-	162	203	4,2%
LOBATO	14ª CIPM	-	-	1	1	8	49	4	-	104	167	3,4%
ITAPUÃ	15ª CIPM	-	-	1	1	8	42	-	-	157	209	4,3%
COMÉRCIO	16ª CIPM	-	-	1	2	7	59	-	1	211	281	5,8%
URUGUAI	17ª CIPM	-	-	1	1	8	61	7	1	203	282	5,8%
PERIPERI	18ª CIPM	-	-	1	1	8	25	-	-	96	131	2,7%
PARIPE	19ª CIPM	-	-	1	1	6	39	-	4	93	144	3,0%
TANCREDO NEVES	23ª CIPM	-	-	1	2	10	71	3	-	122	209	4,3%
BROTAS	26ª CIPM	-	-	1	2	8	38	3	-	79	131	2,7%
VELÉRIA	31ª CIPM	-	-	1	1	10	29	2	-	63	106	2,2%
IGUATEMI	35ª CIPM	-	-	1	1	9	35	6	1	123	176	3,6%
LIBERDADE	37ª CIPM	-	-	1	1	8	43	-	3	94	150	3,1%
IMBUÍ	39ª CIPM	-	-	1	1	8	47	-	-	174	231	4,7%
NORDESTE	40ª CIPM	-	-	1	1	9	21	-	-	128	160	3,3%
FEDERAÇÃO	41ª CIPM	-	-	1	1	10	52	-	1	135	200	4,1%
CAB	47ª CIPM	-	-	1	1	9	24	3	-	63	101	2,1%
SUSSUARANA	48ª CIPM	-	-	1	1	8	32	2	-	98	142	2,9%
SÃO CRISTÓVÃO	49ª CIPM	-	-	1	3	7	23	1	-	65	100	2,0%
SETE DE ABRIL	50ª CIPM	-	-	1	1	9	29	-	-	67	107	2,2%
COSME DE FARIAS	58ª CIPM	-	-	1	2	7	21	-	1	68	100	2,0%
TOTAL		0	1	27	41	229	1130	39	14	3400	4881	

Fonte: CPC – Comando de Policiamento da Capital

População e Renda Média dos bairros da Orla Marítima de Salvador (2005)

ORLA MARÍTIMA					
Bairros/Micro Bairros⁹³	População	Renda (SM)	Bairros/Micro Bairros	População	Renda (SM)
Ondina/S. Lázaro	5.822	21,30	Barra Avenida	3.117	20,69
Boca do Rio	31.939	4,55	Armação	4.840	15,62
Barra	11.967	16,00	Piatã	7.151	20,93
Pituba	53.223	12,78	Patamares	3.947	8,55
Rio Vermelho	17.995	12,87	Stella Maris	9.820	14,71
Itapuã	16.590	11,48	Praia do Flamengo	1.636	20,53
Amaralina	19.046	6,46	Costa Azul	11.891	13,49
TOTAL	156.582	-	TOTAL	42.402	-

População e Renda Média dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador (2005)

SUBÚRBIO FERROVIÁRIO					
Bairros/Micro Bairros	População	Renda (SM)	Bairros/Micro Bairros	População	Renda (SM)
Lobato	22.516	1,93	Nova Constituinte	11.204	1,19
Paripe	30.347	2,62	Fazenda Coutos	30.624	1,63
Periperi	42.449	2,57	São João Cabrito	7.473	2,52
Plataforma	21.822	2,26	Bela Vista Lobato	7.970	1,82
Itacaranha	11.452	1,93	Mirantes Periperi	2.925	4,09
Coutos	19.896	1,90	Invasão Boiadeiro	3.383	1,15
Alagados	20.246	1,38	Invasão São João	3.861	1,30
Ilha Amarela	9.317	2,81	Bate Coração	8.315	1,19
Escada	1.664	2,90	Tubarão	3.659	2,77
Praia Grande	11.501	2,31	Alto Santa Terezinha	6.680	2,56
Rio Sena	14.901	1,69	Santa Luzia	2.954	2,42
São Bartolomeu	5.224	1,65	Alto do Cabrito	7.878	1,69
Vista Alegre	4.838	3,26	Parque Setúbal	6.853	2,00
São Tomé	7.966	3,69	Baixa do Fiscal	2.848	2,04
TOTAL	224.139	-		106.627	-

Fonte: População e Setores Censitários dos bairros de Salvador, 2005.

Renda Mensal em Salvador: Orla e Subúrbio (2005)

Areas da cidade * Renda Mensal em Salvador (2005) Crosstabulation

		Renda Mensal em Salvador (2005)				Total
		Até 3 SM	3 - 9 SM	10 - 16 SM	Mais de 17 SM	
Areas da Orla Marítima cidade	Count		3	7	4	14
	% within Areas da cidade		21,4%	50,0%	28,6%	100,0%
	% within Renda Mensal em Salvador (2005)		50,0%	100,0%	100,0%	33,3%
Subúrbio Ferroviário	Count	25	3			28
	% within Areas da cidade	89,3%	10,7%			100,0%
	% within Renda Mensal em Salvador (2005)	100,0%	50,0%			66,7%
Total	Count	25	6	7	4	42
	% within Areas da cidade	59,5%	14,3%	16,7%	9,5%	100,0%
	% within Renda Mensal em Salvador (2005)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados produzidos no SPSS pela autora (2006).

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	35,250 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	45,149	3	,000
Linear-by-Linear Association	32,366	1	,000
N of Valid Cases	42		

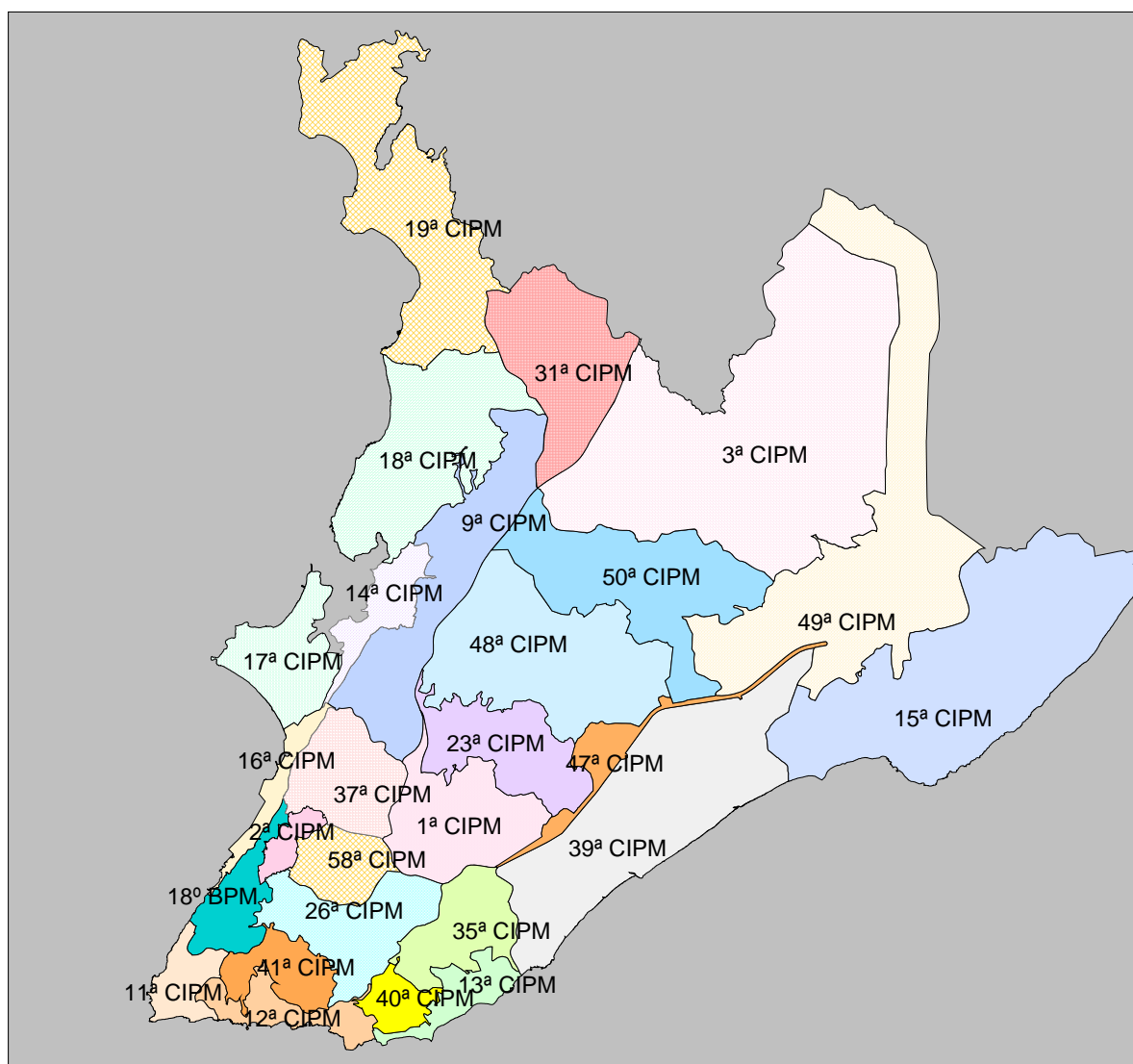
a. 6 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,33.

Mapa 1 – Distribuição dos Bairros na Capital Baiana



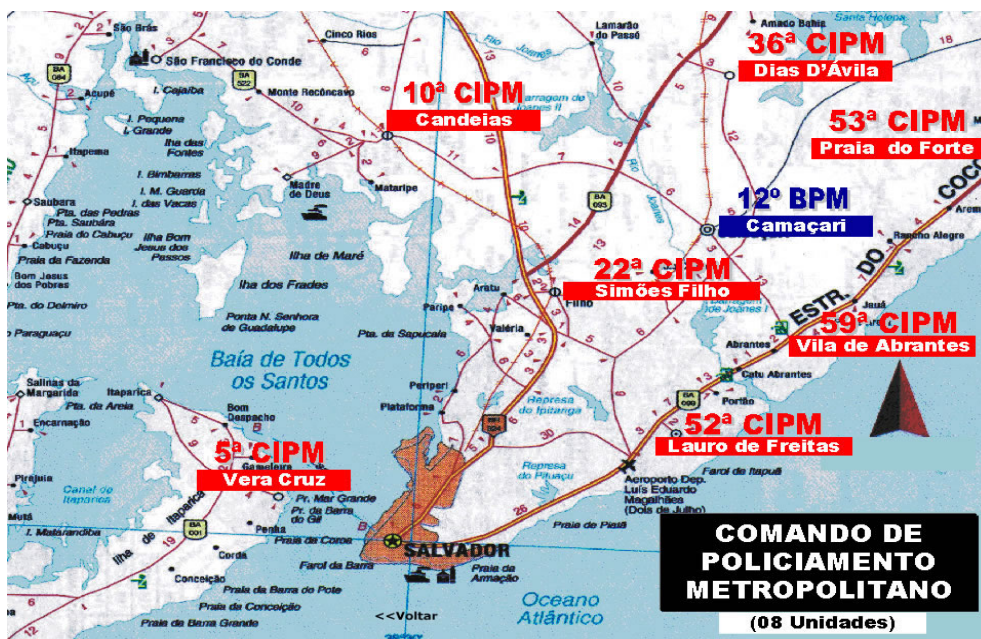
Fonte: SEPLANTEC, 2006.

**Mapa 2 – Distribuição das Companhias Independentes sob
Comando de Policiamento da Capital**



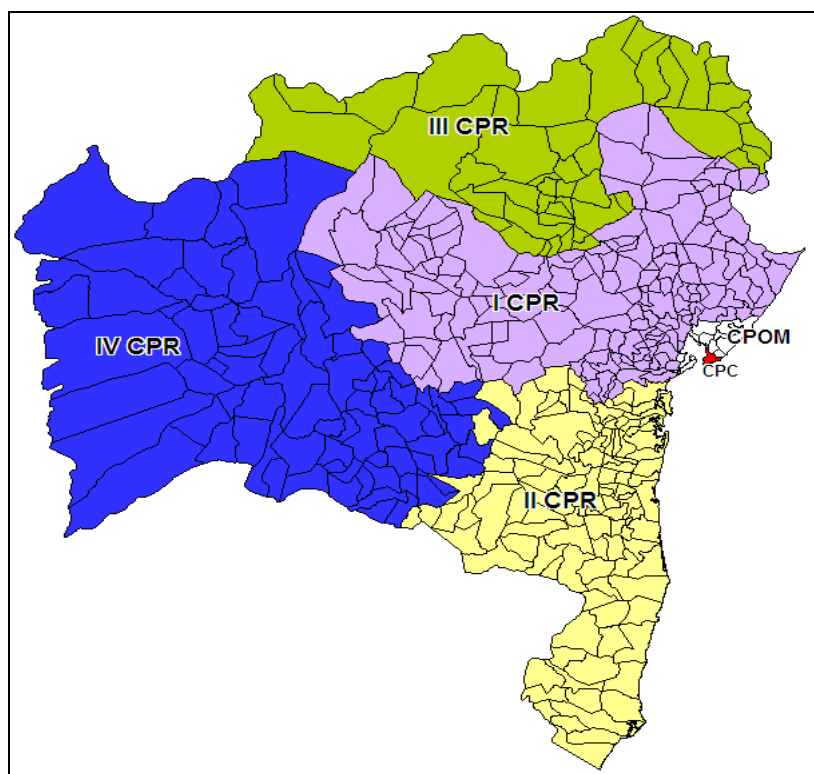
Fonte: José Apolinário (2005)

Mapa 3 – CIPM's sob Comando de Policiamento Metropolitano



Fonte: PMBA

Mapa 4 – Distribuições dos Comandos de Policiamento nas Regiões da Bahia



Fonte: José Apolinário (2004)

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I – FORMAÇÃO POLICIAL

1. Fale um pouco sobre o período da sua formação militar (policial).
2. O que foi importante para você no período de formação?
3. Havia algo que você reprovava no período de formação?
4. Como era a sua relação com os colegas de turma?
5. Para você, todos que lá estavam compreendia a missão policial?

II – VISÃO SOBRE A POLÍCIA

1. Você gosta de ser policial?
2. Tem algo de bom em ser policial?
3. Qual seria sua missão enquanto PM?
4. Você se sente seguro no serviço policial?
5. Qual a sua principal motivação quando veste a farda da Polícia?
6. Como você se sente quando sai em missão especial?

III – FAMÍLIA E AMIGOS

1. Quando você escolheu ser PM sua família lhe apoiou?
2. Sua família (esposa, namorada, irmãos etc.) participa da sua vida policial?
3. Você compartilha com sua família suas experiências na atividade policial?
4. No bairro onde você mora todos sabem que você é policial?
5. Seu ciclo de amizade se restringe ao ciclo da Polícia?
6. Como os seus amigos civis encaram o fato de você ser policial?

IV – TRABALHO POLICIAL

1. O que mais te irrita no trabalho policial?
2. Você se sente à vontade para realizar seu serviço na área onde atua?
3. Você se dá bem com seus colegas de serviço?
4. Você já passou por alguma situação onde teve que discordar da postura do colega de farda?
5. Você já sofreu violência (agressão, tiro etc.)?
6. O que você faria se sofresse violência?

V – MUDANÇAS NA POLÍCIA

1. O que significa para você a “Polícia Cidadã”?
2. Qual foi o impacto da “Polícia Cidadã” para sua atividade policial?
3. O que era ser “Polícia” antes e ser “Polícia” hoje?
4. Você acha que a Polícia vem mudando ao longo dos anos?
5. O que você gostaria que mudasse na Polícia?
6. Há alguma profissão que gostaria de ter seguido ou ainda seguir?

10. Sustenta a família

- 1 Sim, pago todos os gastos
- 2 Sim, pago metade dos gastos
- 3 Sim, pago uma parte pequena
- 4 Não.

11. Auto-avaliação econômica – classe social

1 Alta ou rica	2 Média alta
3 Média média	4 Média baixa
5 Trabalhadora	6 Pobre
7 Operária	

12. Matriz de bens. Circule

BENS	S	N
13 CARRO – Modelo	1	2
14 MOTO – Modelo	1	2
15 TV Cores (14) (20) (29) (Plana)	1	2
16 TV P-B (14) (20) (29) (Plana)	1	2
17 Antena Parabólica	1	2
18 TV por assinatura	1	2
19 Radio	1	2
20 Som	1	2
21 DVD	1	2
22 Telefone	1	2
23 Celular	1	2
24 Geladeira	1	2
25 Micro-ondas	1	2
26 Freezer	1	2
27 Fogão	1	2
28 Computador	1	2

29. Tipo de moradia

1 Casa	2 Apartamento
3 Palafita	4 Barraco

30. Situação da moradia

1 Própria	2 Alugada
3 Financiada	4 Invadida

31. Condição da moradia. Circule

MORADIA	S	N
32 Luz elétrica	1	2
33 Água encanada	1	2
34 Paredes rebocadas	1	2
35 Paredes pintadas	1	2
36 Chão de terra batida	1	2
37 Chão de cimento	1	2
38 Chão de piso	1	2

39 Banheiro azulejado	1	2
40 Cozinha azulejada	1	2
41 Esgoto sanitário	1	2
42 Telhado	1	2
43 Laje	1	2

44. Quando não está no serviço normal, o que costuma fazer nos fins de semana. Circule

ITENS	S	N
45 Tira serviço extra da Polícia	1	2
46 Vai à praia	1	2
47 Vai ao culto religioso	1	2
48 Faz segurança de comércio	1	2
49 Pratica esporte em clubes.ruas	1	2
50 Frequenta bares	1	2
51 Visita familiares	1	2
52 Visita amigos	1	2
53 Vai ao cinema	1	2
54 Ouvi musica	1	2

55. Qual o principal problema que tem em sua vida?

1 Com a família	2 Com os filhos
3 Econômica	4 Trabalho
5 Saúde	6 Outro
7 Nenhum	8 Não sabe

56. Como é seu estado de saúde?

1 Muito bom	2 Bom
3 Regular	4 Mau
5 Muito mau	6 Não sabe

57. Além de ser membro da Policia Militar trabalha em outra atividade

- 1 Sim 2 Não

58. Em qual atividade trabalha

1 Comércio	2 Segurança
3 Táxi	4 Outro

59. A quanto eleva seus vencimentos mensais totais?

1 Ate 600 reais
2 Mais de 600 a 800 reais
3 Mais de 800 a 1000 reais
4 Mais de 1000 a 1200 reais
5 Mais de 1200 a 1400 reais
6 Mais de 1400 a 1600 reais

7 Mais de 1600 a 1800 reais
8 Mais de 1800 a 2000 reais
9 Mais de 2000 a 3000 reais
10 Mais de 3000
11 Não sabe

60. Avaliação da estrutura da Unidade Policial:

1 Confortável	2 Desconfortável	3 Precária
---------------	------------------	------------

61. Avaliação dos instrumentos de serviço:

ARMA	VIATURA	Projétil	COLETE
1 Ótima	1 Otima	1 Ótimo	1 Ótimo
2 Boa	2 Boa	2 Bom	2 Bom
3 Precária	3 Precária	3 Precário	3 Precário

62. Como avalia os oficiais?

1 Ótimo	2 Bom	3 Ruim
---------	-------	--------

63. Avaliação do local de trabalho:

RUA	S	N
64 Calçada ou asfaltada	1	2
65 Esgotamento sanitário	1	2
66 Iluminação	1	2
67 Pavimentada	1	2

68. Avaliação do serviço policial:

COMUNIDADE	S	N
69 Faz barulho	1	2
70 Provoca discussões	1	2
71 Provoca disputas	1	2
72 Perigosa	1	2
73 Convive com tráfico de drogas	1	2
74 Tranqüila	1	2

75. Avaliação do serviço policial – o bairro

1 Bom de trabalhar	2 Ruim de trabalhar
--------------------	---------------------

76. Quanto tempo demora a chegar no trabalho?

1 Até 10 minutos	2 Mais de 10 a 30 min
3 Mais de 30 a 1 h	4 Mais de 1 a 2 horas
5 Mais de 2 a 3 horas	6 Mais de 3 horas

77. Confia no fundo de pensão policial?

1 Sim	2 Não
-------	-------

78. Diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com seu desempenho

1 Muito satisfeito	2 Satisfeito
3 Pouco satisfeito	4 Nada satisfeito

79. Avaliação da situação do bairro:

DIA	NOITE	MADRUGADA
1 Tranqüilo	1 Tranqüila	1 Tranqüila
2 Inseguro	2 Insegura	2 Insegura
3 Violento	3 Violenta	3 Violenta

80. Quais os dias da semana mais violentos na área onde trabalha?

1 Qualquer dia	2 Sextas-feiras
3 Sábados	4 Domingos

81. Quais os momentos mais perigosos?

1 Manhã	2 Tarde
3 Noite	4 Madrugada

82. Em que circunstâncias ocorre violência na área onde trabalha. Marque quantas quiser.

1 Em festas de rua	2 Em festas de clube
3 Em festas de pagode	4 Em bares
5 Com marginais	6 Entre marginais
7 Em praias	8 Nas praças
9 Em transportes	10 Nas ruas
11 Em casa	12 Em qualquer lugar

83. Se sente muito seguro, seguro, pouco seguro ou nada seguro quando cumpre com seu trabalho policial?

1 Muito seguro	2 Seguro
3 Pouco seguro	4 Nada seguro

84. O policiamento ostensivo contribui para reduzir a violência?

1 Sim	2 Não
-------	-------

85. Em sua opinião, o que causa a violência policial?

1 A índole do indivíduo, antes de ingressar na Polícia
2 O período de formação militar
3 O contato com as comunidades menos educadas

4 A pressão exercida pelos oficiais
5 A baixa remuneração
6 A própria Polícia

86. Se dois ou mais itens forem escolhidos, qual o que mais molda tal comportamento?

87. Em geral, qual a principal virtude das polícias?

1 Bom tratamento	2 Bem preparada
3 Dedicção ao trabalho	4 Honestidade
5 Inteligência	6 Lealdade
7 Nobreza	8 Responsabilidade
9 Nenhuma	10 Não sabe

88. Descreva como seria o tipo que mais provoca problemas no bairro:

89. FAIXA ETÁRIA

1 12-16	2 17-21	3 22-25
4 26-30	5 31-35	6 36-40

90. SEXO

1 Masculino	2 Feminino
-------------	------------

91. COR

92. NÍVEL EDUCACIONAL

1 Da 1ª a 4ª série	2 Da 5ª a 8ª série
3 Do 1º ao 2º ano	4 3º ano incompleto
5 2º grau completo	6 Superior incompleto
7 Superior completo	8 Formação Técnica

93. BAIRRO

94. COM QUEM VIVE

1 Com os pais	2 Com a mãe
3 Com o pai	4 Com os avós
5 Com os tios	6 Com vizinhos
7 Com companheira (o)	8 Sozinho

95. ONDE VIVE

1 Casa	2 Apartamento
3 Palafita	4 Barraco
5 Rua	6 Não sabe

96. Nas abordagens policiais o que mais diferencia o marginal de um trabalhador?

1 O modo de se vestir
2 A cor da pele
3 O horário que circula nas ruas
4 A falta de identificação
5 O andar, o falar, o vestir etc.

97. Em sua opinião, quais são os fatores que mais concorrem para a violência nas áreas que atua? Marque tanto quantas quiser.

1 Bebida	2 Dívidas de drogas
3 Jogo de azar	4 Briga de quadrilhas
5 Maconha	6 Justicciros
7 Desemprego	8 Grupo de extermínio
9 Crack	10 Falta de educação
11 Esporte	12 Ciúmes
13 Vingança	14 Outras dívidas

98. O que você recomendaria para redução da violência?

99. Qual o principal problema que afronta a Polícia?

1 Baixa remuneração	2 Corrupção
3 Falta de educação	4 Falta de estrutura
5 Falta profissionalismo	6 Nenhum
7 Nenhum	8 Não sabe

100. Para você, quais são as condições sociais que levam ao crime?

1 Pobreza	2 Drogas
3 Ócio	4 Desemprego
5 Más companhias	6 Falta de educação

101. Qual a freqüência que a comunidade procura a polícia para solucionar problemas?

1 Sempre	2 As vezes	3 Nunca
----------	------------	---------

102. Qual o principal defeito das polícias?

1 Mal tratamento	2 Ociosa
3 Mal preparada	4 Desonestidade
5 Falta de Inteligência	6 Rivalidade
7 Irresponsabilidade	8 Nenhum

103. Em sua opinião, por ordem de importância, dê notas de 0 a 10 às questões que considera mais graves para o PM (quanto mais grave maior a nota)

QUESTÕES	NOTA
1 Ausência de estrutura na Unidade	
2 Escassez de material bélico	
3 Falta de perspectiva profissional	
4 PM envolvido com roubo	
5 PM envolvido com tráfico de drogas	
6 PM envolvido com G. de extermínio	
7 Falta de reconhecimento de oficiais	
8 Falta de reconhecimento da população	
9 Falta de formação educacional	
10 Morar no bairro onde trabalha	
11 Ser soldado	
12 Falta de interação PM x Comunidade	

104. Em geral, como qualifica o tratamento que dão aos cidadãos da Polícia?

1 Muito bom	2 Bom
3 Regular	4 Mau
5 Muito mau	6 Não sabe

105. Você gosta de trabalhar no bairro onde atua?

1 Muito	2 Bastante
3 Um pouco	4 Nada

106. Como você vê a violência no bairro que trabalha?

107. Você acha que a polícia contribui para os índices da violência no bairro?

1 Sim	2 Não
-------	-------

108. Em sua opinião, as ações policiais são orientadas para servir qual classe?

1 Alta	2 Média
3 Trabalhadora	4 Todas

109. Você vê diferença na atuação policial entre as áreas do Subúrbio e da Orla?

1 Muito	2 Bastante
3 Um pouco	4 Nada

110. Se há diferença, quais seriam?

111. Para você, porque o subúrbio é considerado o lugar mais violento da cidade?

112. Quais os lugares da cidade que você considera mais violentos?

113. É possível mudar o quadro da violência?

1 Sim	2 Não
-------	-------

Como? _____

114. Você se sente respeitado(a) pela comunidade?

1 Muito	2 Bastante
3 Um pouco	4 Nada

E por que? _____

115. A situação da polícia tem melhorado, se mantém igual ou tem piorado no último ano?

1 Melhorado	2 Se mantém igual
3 Tem piorado	4 Não sabe

116. Em sua opinião, a aplicação dos Direitos Humanos mudou a relação entre PM x Comunidade?

1 Muito	2 Bastante
3 Um pouco	4 Nada

E por que? _____

117. E na relação entre PM x Comando, houve mudanças significativa?

1 Sim	2 Não
-------	-------

E por que? _____

118. A Polícia Cidadã melhorou as condições de trabalho e de satisfação dos policiais nos quartéis?

1 Sim	2 Não
-------	-------

E por que? _____

119. Em sua opinião, o PM age de forma violenta? Porque? Circule:

CAUSAS	S	N
120 Exercício legítimo do dever	1	2
121 Preservação da ordem pública	1	2
122 Consciência da impunidade	1	2
123 Imposição de respeito	1	2
124 Ausência de direitos na PMBA	1	2
125 Treinamento para o combate	1	2

126. Estar de acordo ou em desacordo com a união das polícias?

1 De acordo	2 Desacordo
3 Não sabe	4 Não contesta

127. A polícia de hoje é melhor do que a Polícia da farda azul?

1 Sim	2 Não
-------	-------

E por que? _____

128. Com qual dos seguintes políticos simpatiza mais? Circule:

1 Antonio Imbassay	2 Lídice da Mata
3 Paulo Souto	4 Waldir Pires
5 João Henrique	6 ACM
7 Marcos Medrado	8 Nelson Pelegrino
9 Nenhum/branco	10 Não sabe
11 Outro	

129. Qual dos seguintes partidos políticos simpatiza mais?

1 PSTU	2 PL
3 PT	4 PSDB
5 PFL	6 PDT
7 PC do B	8 PRONA
9 PSOL	10 Nenhum/branco
12 Não sabe	13 Outro

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)